

CENTRO UNIVERSITÁRIO ALVES FARIA
PÓS GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU*
MESTRADO PROFISSIONAL EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL (MPDR)

EDIFÁTIMA FREITAS DE SOUZA

**EVASÃO E ABANDONO ESCOLAR DE JOVENS DO ENSINO MÉDIO: O CASO
DAS ESCOLAS ESTADUAIS DE SANTA TEREZINHA DE GOIÁS**

GOIÂNIA
2020

CENTRO UNIVERSITÁRIO ALVES FARIA
PÓS GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU*
MESTRADO PROFISSIONAL EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL (MPDR)

EDIFÁTIMA FREITAS DE SOUZA

**EVASÃO E ABANDONO ESCOLAR DE JOVENS DO ENSINO MÉDIO: O CASO
DAS ESCOLAS ESTADUAIS DE SANTA TEREZINHA DE GOIÁS**

Dissertação apresentada para defesa com fins de obtenção de título de mestrado em desenvolvimento regional apresentada ao Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* do Centro Universitário Alves Faria – Mestrado Profissional em Desenvolvimento Regional.

Prof^a Orientadora: Dr^a Cíntia Neves Godoi

Linha de pesquisa: Políticas públicas e desenvolvimento regional

GOIÂNIA
2020

Catálogo na fonte: Biblioteca UNIALFA

S729r

Souza, Edifátima Freitas de

Evasão e abandono escolar de jovens do ensino médio: o caso das escolas estaduais de Sata Terezinha de Goiás. / Edifátima Freitas de Souza. – 2020.

105 f. : il.

Orientadora: Prof. Dra. Cíntia Neves Godoi.

Dissertação (mestrado) – Centro Universitário Alves Faria (UNIALFA) - Mestrado em Desenvolvimento Regional – Goiânia, 2020.

1. Evasão e abandono escolar. 2. Ensino Médio. 3. Santa Terezinha de Goiás. I. Souza, Edifátima Freitas de. II. UNIALFA – Centro Universitário Alves Faria. III. Título.

CDU: 37.091.52(817.3)

CENTRO UNIVERSITÁRIO ALVES FARIA
PÓS GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU*
MESTRADO PROFISSIONAL EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL (MPDR)

EDIFÁTIMA FREITAS DE SOUZA

**EVASÃO E ABANDONO ESCOLAR DE JOVENS DO ENSINO MÉDIO: O CASO
DAS ESCOLAS ESTADUAIS DE SANTA TEREZINHA DE GOIÁS**

Defesa ____/____/____.

Membros da banca para qualificação

Dra. Cíntia Neves Godoi

(Professora Orientadora)

Dr: Guilherme Oliveira Resende

(Professor Leitor)

DR. Bento Alves da Costa Filho

(Professor Leitor)

GOIÂNIA

2020

RESUMO

A evasão e abandono escolar são problemas presentes na educação e tema de preocupação e discussão de vários agentes, desde pais e comunidade até os agentes técnicos e pensadores. Pensar no papel social desempenhado pela educação na sociedade brasileira, mais especificamente, sob a ótica da evasão e abandono no ensino médio, é imprescindível em função dos dados apresentados nessa etapa da educação básica. Dos 3,6 milhões que se matriculam no ensino médio, apenas 1,8 milhão concluem esse grau. Neste sentido, o objetivo geral deste trabalho é realizar um diagnóstico da evasão e abandono nas escolas de Ensino Médio em Santa Terezinha de Goiás, as possíveis causas que levam os jovens a evadirem e propor subsídios para Políticas Públicas. Para tanto, foi realizado levantamento de referenciais bibliográficos que apoiem a discussão sobre os desafios da evasão, posteriormente foi realizado um exercício de contextualização do cenário da educação e desafios do Ensino Médio em Goiás, e especialmente na Microrregião de Porangatu. Os dados apontam um cenário de grandes desafios à microrregião de Porangatu, da qual Santa Terezinha de Goiás é parte. E, em função de um cenário de baixa escolaridade dos cargos ocupados, baixos salários quando comparados com outras localidades, foi realizado um avanço nas análises definindo Santa Terezinha como lócus de análise e de levantamento de dados junto aos jovens. Assim foi realizada uma pesquisa de campo por meio de questionário com alunos matriculados no ensino médio, nas escolas Estaduais de Santa Terezinha de Goiás, bem como levantamento dos dados de alunos que abandonaram ou evadiram, compreendendo das motivações que levaram os alunos a abandonarem e evadirem. Por meio aplicação de questionários, foi realizado levantamento das motivações que levaram os alunos a evadirem. Os principais resultados apontam que é necessária uma atenção especial para as condições locais, bem como um tratamento dos dados comparados que apontam nos principais índices de avaliação da evasão escolar. Buscou-se com este trabalho fornecer subsídios para políticas públicas e ações para o enfrentamento do abandono e evasão escolar.

Palavra-chave: Evasão e abandono escolar; Ensino Médio; Santa Terezinha de Goiás; Goiás.

ABSTRACT

School dropout and dropout are problems present in education and are a topic of concern and discussion for several agents, from parents and the community to technical agents and thinkers. Thinking about the social role played by education in Brazilian society, more specifically, from the perspective of dropout and dropout in high school, is essential due to the data presented in this stage of basic education. Of the 3.6 million who enroll in high school, only 1.8 million complete this degree. In this sense, the general objective of this work is to make a diagnosis of dropout and dropout in high schools in Santa Terezinha de Goiás, the possible causes that lead young people to evade and propose subsidies for Public Policies. To this end, a survey of bibliographic references was carried out to support the discussion on the challenges of evasion, afterwards an exercise was carried out to contextualize the scenario of education and challenges of High School in Goiás, and especially in the Microregion of Porangatu. The data point to a scenario of great challenges to the micro-region of Porangatu, of which Santa Terezinha de Goiás is part. And, due to a scenario of low schooling of the positions held, low wages when compared to other locations, an advance was made in the analyzes defining Santa Terezinha as the locus of analysis and data collection among young people. Thus, a survey of students enrolled in high school, in the schools of Santa Terezinha de Goiás, was carried out, as well as a survey of data on students who abandoned or evaded, and a survey of the motivations that led students to abandon and evade. Through the application of questionnaires, a survey of the motivations that led students to evade was carried out. The main results indicate that special attention is needed for local conditions, as well as a treatment of the comparative data that point to the main school dropout assessment indexes. This work sought to provide subsidies for public policies and actions to tackle school dropout and dropout.

Keywords: School dropout; High school; Santa Terezinha of Goiás; Goiás.

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

BEG	Banco do Estado de Goiás
BID	Banco Interamericano de Desenvolvimento
BNCC	Base Nacional Comum Curricular
CNTE	Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação
DCN's	Documentos Curriculares do Ensino Médio
EJA	Educação de Jovens e Adultos
ENEM	Exame Nacional do Ensino Médio
FIES	Financiamento Estudantil
FUNDEB	Fundo Nacional da Educação Básica
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDEB	Índice de Desenvolvimento da Educação Básica
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
IFs	Institutos Federais
INEP	Instituto Nacional de Ensino e Pesquisa
LDB	Lei de Diretrizes e Bases
MEC	Ministério da Educação e Cultura
OS	Organizações Sociais
PCNEM	Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Médio
PDE	Plano de Desenvolvimento da Educação
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
PnadC	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua
PNE	Plano Nacional de Educação
PROEJA	Programa de Educação de Jovens e Adultos
PROFEN	Programa de Fortalecimento do Ensino Médio Noturno
PROUNI	Programa Universidade para todos
PPP	Projeto Político Pedagógico
SENAI	Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Evolução da taxa de evasão em Goiás de 2012 a 2018.....	45
Figura 2: Mapa de evasão escolar por microrregião de Goiás	46
Figura 3: Mapa do Município de Santa Terezinha de Goiás.....	54
Figura 4: Mapa de exploração mineralógica de Santa Terezinha de Goiás	55
Figura 5: Taxa de Escolaridade e IDEB do Município de Santa Terezinha de Goiás...	65
Figura 6: IDEB no município de Santa Terezinha de Goiás.....	66
Figura 7: IDEB Anos Iniciais e Finais em Goiás	67
Figura 8: Dados IDEB de Santa Terezinha de Goiás.....	68

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Falta de engajamento e evasão escolar	37
Quadro 2: Percentual de matrículas no Ensino Fundamenta e EM.....	38
Quadro 3: Indicadores de Abandono Escolar.....	51
Quadro 4: Microrregião de Porangatu.....	55
Quadro 5: Motivos que levaram a evasão	76

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: População das cidades da Microrregião de Porangatu.....	57
Gráfico 2: IDMH da Microrregião de Porangatu.....	58
Gráfico 3: Taxa de abandono na Microrregião de Porangatu.....	58
Gráfico 4: Dados de reprovação na microrregião de Porangatu.....	59
Gráfico 5: IDMH e Abandono Escolar.....	61
Gráfico 6: IDMH e reprovação escolar na Microrregião de Porangatu.....	62
Gráfico 7: Trabalhadores na Microrregião de Porangatu por Escolaridade	62
Gráfico 8: Fluxo escolar por faixa etária – Santa Terezinha de Goiás – GO, 2010.....	64
Gráfico 9: Identificação de gênero dos entrevistados	72
Gráfico 10: Faixa etária dos entrevistados	72
Gráfico 11: Característica da modalidade de ensino.....	73

Gráfico 12: Transporte utilizado para se chegar à escola.....	75
---	----

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Rendimento do aluno por série (n ^{os} absolutos e relativos) EM – Goiás – 2016.....	44
--	----

Tabela 2: Distribuição de matrículas – EM – Goiás – 2016	
--	--

Tabela 3: Taxa de crescimento das Empregos Formais em Goiás e na Microrregião de Porangatu – 2006 a 2011.....	61
---	----

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	11
1 O ENSINO MÉDIO NA EDUCACAO BRASILEIRA	14
1.1 Contexto histórico-político do Ensino Médio	16
1.2 Lei nº 13.415 de 16 de fevereiro de 2017 e as mudanças para o EM.....	29
2 EVASAO ESCOLAR E EVASAO NO ENSINO MÉDIO	35
2.1 O EM no estado de Goiás	44
3 METODOLOGIA	49
4 RESULTADOS	53
4.1 O Município de Santa Terezinha de Goiás.....	53
4.2 A Educação na Microrregião de Porangatu.....	57
4.3 Educação em Santa Terezinha de Goiás	66
4.4 Ensino Médio, evasão e abandono na Educação Estadual em Santa Terezinha de Goiás	70
CONCLUSÃO	80
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	82
ANEXOS.....	88

INTRODUÇÃO

A educação e o ensino no Brasil apresentam desafios e problemas de diversas ordens e preocupa comunidade, pais, agentes técnicos e pensadores. O problema da evasão escolar recebe destaque nesse estudo por se tratar de um fator que gera discussões, pois resulta de situações internas e externas que merecem interpretação para apresentar condições que possam contribuir para sua superação.

O Censo Escolar (2010) e a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) de 2015, aponta que 8,8 milhões de jovens se matriculam e desse total, outros 0,7 milhão abandonaram a escola antes do final do ano letivo. Como resultado dessa elevada evasão e abandono, apenas 6,1 milhões de jovens entre 15 e 17 anos (59% do total) concluem a educação média com no máximo um ano de atraso.

De acordo com as estimativas apontadas no referido relatório, os problemas da evasão não se findam no momento da evasão, mas tem consequências sociais, de acesso à oportunidades de trabalho e renda, e tem consequências inclusive econômicas para o país como o custo que a União tem com um aluno por ano.

Santa Terezinha de Goiás, o município aqui estudado de maneira mais direta, também apresenta dados altos de evasão escolar. De acordo com os dados do Inep a cidade apresenta uma evasão escolar entre 5 % e 7,5%. E, destaca-se que este município é parte da microrregião de Porangatu, uma microrregião que apresenta, de maneira geral, municípios com salários menores do que as demais regiões do país e do estado, decréscimo de empregos formais, baixa escolaridade para os postos disponíveis, altos índices de reprovação e índices de abandono preocupantes em alguns municípios.

Neste sentido, cabe avançar para compreender os fenômenos, e por isso mesmo, avaliar como o município de Santa Terezinha se coloca para apresentar propostas para políticas públicas e direcionamentos que tentem reverter o cenário apresentado diante das variáveis de evasão que se destacaram.

Mediante os dados apontados percebe-se a necessidade de apoiar pesquisas que ajudem a identificar o que leva os alunos a abandonarem as salas de aula, pois conhecer as causas que desencadeiam o abandono, sob a visão dos próprios jovens, é fundamental para o desenvolvimento e o fortalecimento de estratégias que possam contribuir no combate à evasão ou diminuição do abandono no Ensino Médio.

Sabe-se que inúmeros são os fatores que levam os alunos a desistirem, tais como falta de estrutura familiar, dificuldades com condições sociais e econômicas, as quais acabam por levar o aluno a empregar-se em vez de permanecer estudando, a falta de estrutura e apoio aos professores, consequente falta de interesse dos professores em motivar os alunos a permanecerem na escola, o ensino de má qualidade, a estrutura escolar do prédio com cadeiras quebradas com faltas de recursos didáticos ou espaços adequados; leis que não se cumprem; problemas salariais dos professores; greves repetitivas que fazem com que alunos percam o interesse e evadam.

Este trabalho tem como objetivo realizar um diagnóstico da evasão ou abandono nas escolas de Ensino Médio em Santa Terezinha de Goiás, as possíveis causas que levam os jovens a evadirem e propor subsídios para Políticas Públicas. São objetivos específicos:

- Averiguar na literatura disponível desafios e dados sobre Evasão e Abandono no Ensino Médio;
- Fazer levantamento dos alunos matriculados no ensino médio, nas escolas estaduais de Santa Terezinha de Goiás, para detectar os alunos que evadiram;
- Realizar um levantamento das motivações que levam os alunos a evadirem do ensino médio das escolas de Santa Terezinha de Goiás.

A opção metodológica pela abordagem qualitativa, ocorreu ao buscar os estudos de Bogdan e Biklen (1994), pois para esses autores a expressão “investigação qualitativa” pode agrupar diversas estratégias de investigação que compartilham determinadas características, como a rigorosidade na análise estatística dos dados e demonstra riqueza em detalhes relativos a pessoas, conversas e locais.

Com essa abordagem foi possível construir uma investigação interpretativa e analítica dos dados, isso por intermédio da descrição do fenômeno da evasão dos alunos sob a perspectiva social, econômica e política. Nesse sentido as questões que se apresentam na pesquisa foram formuladas com o objetivo de investigar os fatos na sua complexidade como em seu contexto natural, privilegiando a compreensão dos comportamentos, a partir das perspectivas dos sujeitos investigados na pesquisa.

Dessa forma essa dissertação de Mestrado em Desenvolvimento Regional está estruturada da seguinte forma: o primeiro capítulo apresentou a discussão teórica e conceitual e também uma abordagem histórica sobre o Ensino Médio no Brasil.

No segundo capítulo foram debatidos os problemas da evasão e abandono no Ensino Médio no Brasil e em Goiás. Foi apresentada uma contextualização regional do problema da evasão, como se apresenta em Goiás, e regiões e de que maneira essa regionalização do problema da evasão pode ser enxergada no estado, e quais são os desafios dessa regionalização para o desenvolvimento.

No terceiro capítulo foi apresentada a Metodologia empregada para realização da pesquisa. O quarto e último capítulo apresentou os resultados da pesquisa sobre os desafios relacionados a baixa escolaridade, evasão e abandono do ensino na microrregião de Porangatu, e mais especificamente em Santa Terezinha de Goiás e os dados levantados pela aplicação do questionário em trabalho de campo.

De acordo com os levantamentos apresentados, pode-se destacar a presença de condicionantes familiares, trabalho e apoio da família como pontos importantes da evasão. As condições de evasão no turno noturno passam pela falta de motivação e jornada de trabalho, notando a necessidade de acompanhamento individualizado por parte da unidade escolar para minimizar esse quadro.

CAPÍTULO 01: O ENSINO MÉDIO NA EDUCAÇÃO BRASILEIRA.

Esse capítulo aborda os aspectos relacionados ao cenário brasileiro e principais desafios da educação especialmente do Ensino Médio.

Pensar no papel social desempenhado pela educação na sociedade brasileira, mais especificamente, sob a ótica da evasão no ensino médio, é imprescindível em função dos dados apresentados de evasão nessa etapa da educação básica.

O Ensino Médio apresenta-se como um dos grandes desafios das políticas públicas educacionais no que se refere ao desempenho escolar dos alunos, e, em especial, quando se trata da evasão escolar nessa etapa. Assim, a evasão escolar é um problema que tem atingido e interrompido a formação dos jovens brasileiros de forma temporária ou definitiva, como se discutirá neste estudo.

Segundo Azevedo e Reis (2013), esses fatores referentes à evasão têm gerado uma discussão ligada, na maioria das vezes, aos resultados quantitativos de aprendizagem, os quais têm demonstrado alto índice de repetência e abandono no Ensino Médio público, como afirmam os autores:

O Ensino Médio, como etapa final da Educação Básica, tem sido o foco permanente de discussões, reflexões e problematizações no âmbito da mídia, dos círculos acadêmicos, das organizações econômicas e em diversos espaços da sociedade. Isso se deve, em grande parte, ao histórico quadro de fracasso escolar que essa etapa da educação formal tem conservado ao longo das últimas décadas. O problema do Ensino Médio, historicamente constatado, é hoje um dos principais desafios para as políticas educacionais, em função das perdas materiais e humanas determinadas pelos baixos resultados alcançados. Sua colocação como etapa obrigatória da Educação Básica, dos 15 aos 17 anos, torna ainda mais complexa a constituição de políticas necessárias como resposta a suas demandas (AZEVEDO; REIS, 2013, p. 28).

Embora tenha acontecido uma ampliação do acesso ao Ensino Médio, isso não é garantia de aprendizagem e permanência dos alunos nessa etapa, já que vários são os problemas enfrentados pelos estudantes oriundos, na sua grande maioria, de camadas populares menos favorecidas.

Nesse contexto, investigar a evasão escolar no Ensino Médio implica compreender questões históricas, sociais e econômicas dos alunos envolvidos, pois essa história deve ser enxergada como parte de uma totalidade, visto que:

Qualquer que seja o objeto de análise no campo das ciências humanas e sociais que se queira tratar no plano da historicidade, vale dizer, no campo

das contradições, mediações e determinações que o constituem, implica necessariamente tomá-lo na relação inseparável entre o plano estrutural e o conjuntural. Por outra parte, implica tomar o objeto de análise não como um fator isolado ou soma de fatores, mas através das mediações que o constituem como parte de uma totalidade histórica. Frigotto e Ciavatta (2011, p. 621)

Percebe-se, portanto que o Ensino Médio não pode ser discutido isoladamente, ou seja, a política, as ideologias e concepções relativas à educação, nessa etapa, somente terão sentido se analisadas no conjunto das relações sociais inseridas em um determinado contexto histórico, dessa forma torna-se necessário apresentar, neste estudo, mesmo que em linhas gerais, uma análise dos fatores sociais, políticos e econômicos que determinaram a história da educação brasileira.

Segundo Löwy (1991), é impossível entender o desenvolvimento de uma ideia, “desvinculada ao processo de desenvolvimento das classes sociais, da história, da economia política.” (LÖWY, 1991, p. 16). A partir dessa análise, compreende-se que a evasão escolar não pode ser analisada de forma isolada, desvinculada do contexto social, político e econômico no qual o aluno está inserido. Sabe-se que as mudanças e os acontecimentos ocorridos nesse percurso histórico e social pelo qual passou a sociedade, e, em consequência, a educação brasileira, não se apresentam de forma isolada, visto que fazem parte de uma totalidade. Assim, para Fritsch, Vitelli e Rocha (2014, p. 133) “o Ensino Médio, como etapa final da Educação Básica, mantém-se como objeto de análise e discussão, e, especialmente, tem sido um desafio equacionar a dualidade entre o seu caráter profissionalizante e ou propedêutico.” Para esses autores a universalização do Ensino Médio com qualidade pressupõe:

Ações que visem a inclusão dos alunos no processo educacional com garantia de acesso à educação, permanência na escola e conclusão de estudos com bom desempenho; respeito e atendimento a diversidade socioeconômica cultural, de gênero, étnica, racial e de acessibilidade, promovendo igualdade de direitos; e o desenvolvimento da gestão democrática (FRITSCH; VITELLI; ROCHA, 2014, p. 134).

Para conhecer melhor esta etapa do ensino, cabe fazer um breve resgate histórico, que será apresentado a seguir.

1.1 Contexto histórico-político do Ensino Médio

O contexto histórico da educação brasileira evidencia caráter de distintivo social, capaz de dar *status*, uma vez que apenas os descendentes das famílias aristocráticas gozavam desse privilégio. Portanto, a educação foi um instrumento utilizado pelos grupos dominantes.

Os jesuítas ofertavam o nível secundário com a denominação de curso de Letras e o curso de Filosofia e Ciências. Já no início do século XIX, praticamente não existia educação formal no Brasil. Vários estabelecimentos de ensino secundário (o equivalente hoje ao ensino médio) foram fechados com a expulsão dos jesuítas. Cabe ressaltar que esses estabelecimentos não chegavam a vinte nesse período. O fechamento desses acabou atingindo aos filhos das classes dominantes.

Com a vinda da família real portuguesa ao Brasil, em 1808, surgiu a preocupação com a formação das elites dirigentes do território que passaria à condição de reino unido. Essa necessidade fez com que fossem criados os colégios e os cursos superiores de Direito e Medicina, no Brasil. Durante o período em que ele esteve no País, o Brasil passou de Colônia a Reino Unido, portanto D. João VI foi também rei do Brasil.

Eram pouquíssimos os formados em Medicina. Na capitania de São Paulo, por exemplo, em 1808, havia tão somente dois diplomados no exercício médico. Além do curso médico criado na Bahia, outro similar foi instituído no Rio de Janeiro, onde se instalou a corte. Seguiram as demais iniciativas com o ensino. Considerou-se a necessidade de formação de médicos militares em um tempo de guerra, com Napoleão a dominar a Europa, salvo a Inglaterra. Com a mesma motivação bélica, foram criadas a Real Academia Militar e a Academia de Marinha. Quanto ao ensino profissional, foi a vez do curso de Agricultura, aula de Desenho e cadeira de Química, na Bahia. A cidade do Rio de Janeiro recebeu a maior atenção com as academias militares, cadeiras de Botânica, Matemática e Música.

Posterior à independência do Brasil, já no período regencial, mais especificamente no ano de 1834, foi criado um Ato Adicional que dava às províncias o direito de regular sobre instrução pública e estabelecimentos próprios a promovê-las.

Foi durante o período Republicano, no século XX, que o analfabetismo do trabalhador passou a ser preocupação para as elites intelectuais, sempre com vistas

à melhoria dos índices de alfabetização, a fim de elevar a situação do Brasil nos *rankings* internacionais. A educação da massa passa a ser de interesse e objeto das políticas de Estado, “mas seu pano de fundo é sempre a educação geral para as elites dirigentes e a preparação para o trabalho para os órfãos e os desamparados” (FRIGOTTO; CIAVATTA; RAMOS, 2012, p. 32).

A Lei Orgânica do Ensino Secundário de 1942, promulgada durante o Estado Novo, na gestão do ministro Gustavo Capanema, acentuava a velha tradição do ensino secundário acadêmico, propedêutico e aristocrático. Juntamente com esta, havia o conjunto de leis orgânicas que regulamentaram o ensino profissional nos diversos ramos da economia, bem como o ensino normal. Se havia organicidade no âmbito de cada um desses segmentos, a relação entre eles ainda não existia, mantendo-se duas estruturas educacionais paralelas e independentes (FRIGOTTO; CIAVATTA; RAMOS, 2012, p. 32).

Para Ciavatta e Ramos (2011, p. 29) as Leis Orgânicas de Ensino Industrial e do Ensino Secundário como também a criação do SENAI (Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial) “determinaram a não equivalência entre os cursos propedêuticos e os técnicos, associando os currículos enciclopédicos à formação geral como expressão concreta de uma distinção social mediada pela educação”.

Em 1961, de acordo com Frigotto, Ciavatta e Ramos (2012, p. 32) foi estabelecida uma equivalência plena com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, LDB nº 4.024/1961¹, “podendo os concluintes do colegial técnico se candidatarem a qualquer curso de nível superior”; ou seja, darem prosseguimento aos estudos como previsto nos artigos 33 e 34 da LDB 4.024/61.

Art. 33. A educação de grau médio, em prosseguimento à ministrada na escola primária, destina-se à formação do adolescente.

Art. 34. O Ensino Médio será ministrado em dois ciclos, o ginasial e o colegial, e, abrangerá, entre outros, os cursos secundários, técnicos e de formação de professores para o ensino primário e pré-primário.

A LDB 4021 de 1961 organizou o Ensino Técnico em dois ciclos: o ginasial, com duração de quatro anos e o colegial com, no mínimo, três anos, abrangendo os cursos industrial, agrícola e comercial”; porém a equivalência proposta não foi suficiente para superar a divisão entre ensino técnico e propedêutico. Na década de 1960, enquanto no país vigorava a fase de pleno desenvolvimento industrial; segundo Ciavatta e

¹ Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L4024.htm. Acesso em 23 Fev. 2017.¹²
No Brasil, o Regime Militar vigorou no período de 1968 a 1985.

Ramos (2011), a função do Ensino Médio era a de preparar os indivíduos para o mercado de trabalho.

Durante Regime Militar, nos anos de 1968 a 1973, aconteceu “a era do milagre econômico e com isso, a constatação pelo capital, da necessidade de mão-de-obra especializada abundante”. Frigotto; Ciavatta; Ramos (2012), mostram que o Ensino Médio respondeu às condições gerais de produção capitalista instauradas na época, pois serviu como intermediário entre os operários e o escalão superior.

Em 1970, houve a promulgação da segunda LDB, a Lei nº 5.692/71, a qual para Frigotto, Ciavatta e Ramos (2012, p. 33) surgiu com “um duplo propósito: o de atender à demanda por técnicos de nível médio e o de conter a pressão sobre o Ensino Superior.” Para isso o governo utilizou o discurso da falta de profissionais técnicos nas diversas áreas, o que contribuiu para amenizar a frustração dos jovens que não conseguiam cursar o Ensino Superior nem ingressar no mercado de trabalho.

A Lei nº 5.692/71 possibilitou a equivalência entre os cursos propedêuticos e técnicos. É importante citar que, na década de 1980, a Lei 7.044/822 extinguiu a profissionalização obrigatória do Ensino Médio.

Na década de 1980, após a Constituição de 1988, a educação, embora pautada em princípios liberais, legitima direitos de estratos empobrecidos da população numa tentativa de promover o Estado de Bem-estar-social no contexto nacional e foi a partir de 1988 que o ensino médio passou a atingir a população em grande escala e não apenas os filhos da elite brasileira.

A Constituição de 1988, no Capítulo III, da Educação, da Cultura e do Desporto, na primeira seção que trata da Educação, destaca-se no Art. 205³ o direito à educação e à formação profissional afirma que:

A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. (BRASIL, 2012, p. 121)

Peroni (2003), afirma que a política educativa brasileira sofreu transformações, desde a promulgação da Constituição de 1988, até o governo do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso. De acordo com essa autora:

² Revogado pela Lei 9394/96.

³ Disponível em: http://www.senado.gov.br/legislacao/const/con1988/con1988_05.10.1988/art_193.shtm. Acesso em: 29 Set. 2019

Nos anos 1980, culminando com o período constituinte, as políticas tinham como eixo principal a democratização da escola mediante a universalização do acesso e a gestão democrática, centrada na formação do cidadão. Nos anos 1990, ocorreu a mudança dessa centralidade, passando-se a enfatizar a qualidade, entendida como produtividade, e o eixo deslocou-se para a busca de maior eficiência e eficácia via autonomia da escola, controle de qualidade, descentralização de responsabilidades e terceirização dos serviços (PERONI, 2003, p. 73).

Pós Regime Militar (1985), as políticas educacionais no Brasil foram realizadas e tiveram como referência o modelo neoliberal. Nesse modelo, Vasconcelos (2011) afirma que:

A ideia de indivíduo e de sociedade, de acordo com a concepção neoliberal, mostra a desigualdade dos homens como pressuposto fundamental, pois são todos diferentes em capacidades e necessidades. Os objetivos individuais são os que importam. Até mesmo a cooperação entre as pessoas é apenas uma forma de atingir seus interesses pessoais. O Estado é a instituição na qual analistas neoliberais mais se baseiam para expressar seus pensamentos. Ele é tratado como um indivíduo cujas intervenções na sociedade devem se limitar ao campo da política, deixando livres os sujeitos para agirem de acordo com seus interesses, principalmente quando se tratar de atividade econômica. Assim, a ordem social é o resultado do equilíbrio que o mercado faz na sociedade. A interferência do Estado naquele âmbito só pode acontecer quando os fundamentos da ordem social estiverem em risco (VASCONCELOS, 2011, p.1038).

Com a revolução tecnológica, marcada pelo desenvolvimento da ciência e da tecnologia, houve a consolidação da conjuntura internacional e da globalização; situação que implica em transformações profundas no mundo do trabalho, e, conseqüentemente, impacta na formação dos trabalhadores. Sobre a globalização, Lima Filho (2002) diz que:

[...] a partir de uma perspectiva crítica, situam-se as análises que consideram a globalização um processo ocorrente nos marcos do capitalismo. O fenômeno expressaria a interrupção do ciclo iniciado ao término da Segunda Guerra Mundial e representaria o início de um novo ciclo de reprodução e acumulação do capital, agora sob a dominância de sua forma financeira. Nesse sentido, representaria mudanças com continuidade histórica, mas não ruptura com a ordem social capitalista. Lima Filho (2002, p. 46).

Porém, torna-se necessário esclarecer que o neoliberalismo achou campo para expansão e aplicação de suas ideias, fato que levou a sociedade e o governo a entenderem que a inserção do país na globalização mundial, seria a melhor saída para o enfrentamento da crise instaurada. Para Oliveira (2005):

As reformas de Estado que a maioria dos países ocidentais conheceu a partir dos anos de 1980 vieram como corolário do processo de globalização. Na

realidade, trata-se de um processo mais amplo de mudança econômica, política e cultural a que o mundo assistiu nas últimas décadas e que tem forjado novas formas de gestão econômica e controle social. As noções de governabilidade e governança nunca estiveram tão em voga como no momento em que as tradicionais instituições de poder sofrem pressões para saírem de seu território (OLIVEIRA, 2005, p. 756).

Para Garcia (2009), as políticas neoliberais de privatizar e elevar o *superávit* nas contas públicas, para assim conseguir hierarquizar e individualizar as relações de trabalho, tomaram formas mais flexíveis, tanto na produção quanto no trabalho; assim se diminuía a força de trabalho, sem prejudicar o resultado que era a produtividade, “porém causando impactos sobre os trabalhadores e suas formas de organização” (GARCIA, 2009, p. 26). Isso gerou um desemprego estrutural, visto que o avanço da tecnologia tornou a mão de obra humana mais cara do que o uso das máquinas, dado que, por maior que seja o esforço humano na sua produção de trabalho, sua produtividade e desempenho nunca serão maiores do que a de um maquinário.

Segundo Kuenzer (2013, p. 82), na ótica do capital, a educação “constitui-se em um processo permanente de disciplinamento, tendo em vista a produção e a reprodução, naturalizada, da mercadoria. Já na ótica do trabalho o que acontece é o enfrentamento das determinações estruturais do capitalismo”; assim a superação desse fato exige apreensão e compreensão, além do desenvolvimento e da disseminação, de uma concepção de mundo contra hegemônica, que organize as ações de transformação da forma capitalista de produção e reprodução da existência humana. Para essa autora, a transformação na educação só acontecerá se os processos educativos permitirem o desenvolvimento de consciência crítica, de forma coletiva sem o individualismo tão presente na educação capitalista.

A partir dos anos de 1990, o Brasil colocou em vigor amplo programa de reformas educativas, resultando em mudanças para todo o sistema educacional brasileiro. Particularmente quanto ao ensino médio, houve recomendações do Banco Mundial, no modelo latino-americano de formação profissional, que indica a separação entre o ensino médio e a educação profissional, reforçando novamente a dualidade estrutural e, colocando o setor privado como principal protagonista para a oferta da educação profissional.

Em 1996, com a divulgação da nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), o ensino médio foi incluído na educação básica. A mais nova reforma do ensino médio diz respeito aos Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino

Médio (PCNEM), se referindo à separação das matrículas e cursos de formação geral e os da educação complementar, uma acrescentando a outra, dessa forma atual, a Lei 9.394/96 instituiu as bases de organização da educação apresenta o ensino médio como a última etapa da educação básica e, com o mínimo de três anos de duração, segundo Ciavatta e Ramos (2011), a ideia não foi mais a preparação para o trabalho e “sim para a vida, visto que ressalta uma falsa dicotomia só explicável pelo estigma escravocrata de nossa sociedade. Sob esse ideário, preparar para a vida significaria desenvolver nas pessoas competências genéricas e flexíveis” (CIAVATTA; RAMOS, 2011, p. 30), ou seja, os cidadãos poderiam adaptar-se facilmente às incertezas e exigências do mundo contemporâneo. A concretização da LDB 9394/96, segundo Peroni (2003), foi uma conquista, porque foram anos de discussão para chegar ao que se tem hoje como Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional Brasileira.

Houve mudanças estruturais, pois o ensino médio deixou a obrigatoriedade de habilitar para o trabalho, e passou a ter como finalidades: consolidar e aprofundar os conhecimentos adquiridos no ensino fundamental, preparar para o trabalho e para a cidadania do educando, aprimorar o educando como pessoa humana, e permitir a compreensão de fundamentos científico-tecnológicos dos processos produtivos, relacionando a teoria com a prática no ensino de cada disciplina, já a educação profissional passou a ser uma modalidade, a qual pode ser integrada às diferentes formas de educação. É destinada ao aluno matriculado no ensino fundamental, médio ou superior ou egresso deles.

Nesse contexto, a educação caminha da mesma forma, pois cobra do aluno competências pessoais, e deixa recair sobre ele a responsabilidade sobre o sucesso e o insucesso escolar, e, conseqüentemente, o problema da inserção no mercado de trabalho. Dessa maneira, “Os liberais consideram que, sendo a competência um atributo natural e o esforço um ato de vontade individual, é ‘socialmente justo’ que aqueles que reúnam estas melhores condições, possam melhor aproveitar” (LIMA FILHO, 2002, p.100, grifo do autor). O papel do Estado nessa organização reduz-se a ofertar o caminho para que, os que possuam competências, alcancem o sucesso.

Em 1998, as Diretrizes Curriculares Nacionais para o ensino médio, somadas ao Decreto 2.207/97 garantiram o desenvolvimento de um ensino justaposto e, não uma escola unitária e sob a recomendação do Banco Mundial, as responsabilidades pela superação do desemprego e de outras desigualdades sociais ficaram a cargo do

indivíduo, ocultando os condicionais sociais e históricos da conjuntura brasileira, objetivando a mudar radicalmente o perfil do ensino médio.

Em relação aos currículos, o Decreto nº 2.208/97, consoante Ciavatta e Ramos (2011, p. 30), foram baseados em “competências, descritas como comportamentos esperados em situações de trabalho”. Por mais que as discussões e argumentos apresentados sobre a necessidade de uma formação que promovesse o desenvolvimento de competências flexíveis, a formação “não escapou a uma abordagem de condução do comportamento humano e funcionalista de sociedade; tal fato reproduziu objetivos operacionais do ensino coerentes com padrões taylorista-fordista de produção” (CIAVATTA; RAMOS, 2011 p. 31).

O Decreto 2.207/97 excluiu a formação profissional técnica integrada ao ensino médio, ao estabelecer que no ensino profissional só poderá matricular alunos com o ensino médio concluído ou que o estejam realizando simultaneamente, na forma subsequente e concomitante.

A possibilidade de integração do ensino médio com a educação profissional, bem como os debates sobre o Plano Nacional de Educação e a Emenda Constitucional 59/2009, fizeram voltar à cena o ensino médio, apontando na direção da universalização de acesso a esta etapa de ensino.

Dessa maneira, faz-se necessário que essa política desenvolva cursos que visem superar uma formação profissional fragmentada e descontínua e que esses cursos promovam a qualificação para a inserção no mercado de trabalho e sirvam para elevar a escolaridade, pois podem dar a oportunidade para esses alunos continuarem os estudos.

Outra política para o fortalecimento desta modalidade de ensino é o Programa de Melhoria e Expansão do Ensino Médio e o Projeto Escola Jovem, financiado pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), visa à expansão do ensino médio no país, juntamente com a igualdade de classes sociais. Alguns desafios foram colocados frente a este programa, como: A reforma física das instituições, para atender melhoria do recebimento dos sistemas de educação, fornecendo uma demanda equilibrada, entre os turnos do ensino médio. Atitudes que visem o crescimento da cultura juvenil aos projetos e currículos das escolas, sendo papel fundamental na captação de jovens, contribuindo para formação e aprendizagem dos cidadãos brasileiros, fornecendo recursos para que os alunos sejam inseridos no curriculum, podendo assim ingressar no mercado de trabalho (BRASIL, 2000).

Em 2001, através da lei 10.172, foi formulado o Plano Nacional de Educação (PNE), formando assim as políticas públicas para a área de educação, buscando uma visão abrangente da educação. Em 2007, o governo federal estabeleceu o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), fornecendo diversas ações que identificavam os problemas, assim como buscavam-se soluções que influenciassem a educação brasileira (SANTOS, 2015).

O Decreto n. 5.154/04 readmitiu ao conjunto das escolas médias no país, a possibilidade de integrar o ensino médio à educação profissional no período de 2004 a 2007. Em 2006, foi fundado o Programa Nacional de Integração da Educação Profissional à Educação Básica na modalidade de Educação de Jovens e Adultos (PROEJA), que institui oportunidades de ensino-aprendizagem a jovens e adultos trabalhadores (BRASIL, 2007).

O Art. 10 da Lei 11.494/07, regulamenta o FUNDEB (Fundo Nacional da Educação Básica), em 2007, foi um passo importante para o Ensino Médio, o qual recebia, proporcionalmente, a menor fatia do investimento público em ensino. O aporte do Governo Federal ao Ensino Médio, via FUNDEB considerou o custo/ano de um aluno do nível médio, o qual teve como aporte de 2 bilhões em 2007 e passou para R\$ 5,3 bilhões em 2010.

Ainda em 2007, o governo federal estabeleceu o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), propondo diversas ações que identificavam os problemas, assim como, buscavam soluções que influenciassem a melhoria da educação brasileira (SANTOS, 2015).

Em 2008, pela lei n.11.892/2008, foram criados os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IF) e foi realizada a reorganização da Rede Federal de Educação Tecnológica, os Institutos Federais (IFs). Em Goiás, tem-se 14 campus, sendo 2 em Goiânia, e outros 12 em: Águas Lindas, Anápolis Aparecida de Goiânia, cidade de Goiás, Formosa, Inhumas, Itumbiara, Jataí, Luziânia, Senador Canedo, Uruaçu e Valparaíso (MELO; DUARTE, 2011). Ferretti (2011) chama a atenção para o papel cumprido por esses IF no processo de reforma do ensino médio e profissional e os desafios postos a eles em função da amplitude e verticalização de todos os IF com seus múltiplos campi em cada estado brasileiro; das expectativas sociais e governamentais dirigidas a estes institutos; das demandas em termos de seu papel social e de materialização da integração do ensino médio à educação profissional técnica nos moldes do proposto pelo Decreto n. 5.154/2004.

Em meados de 2009 a 2010 foi reformulado o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), criado desde de 1998. (IBIDEM, 2011). O ENEM é formado por provas objetivas, compreendendo as áreas do conhecimento de acordo com as DCNEM e a redação, levando a formação curricular do ensino médio, sendo formado pelas universidades federais e o vestibular, para que os cidadãos brasileiros possam passar pela verificação de desempenho acadêmico, ingressando no ensino superior (BORBA, 2011).

Em 2009, criou-se o Programa Ensino Médio Inovador, por meio do qual buscavam-se melhorias para o Ensino Médio, levando se em consideração os índices educacionais e as avaliações desta fase da Educação Básica (NICOLODI, 2013), como uma forma de incentivar as redes estaduais de educação, por meio de parceria com o Sistema S, a criar iniciativas inovadoras para o ensino médio mediante apoio técnico e financeiro do governo federal). O currículo proposto pelo Ensino Médio Inovador tinha quatro eixos: trabalho, ciência, tecnologia e cultura. Além disso, a carga horária deveria ser ampliada de 2.400 horas nos três anos do ensino médio para, no mínimo, 3 mil horas.

Brandão (2011) destaca que em 2009 foi aprovada a Emenda Constitucional n. 59/2009, que deu nova redação ao artigo 208 da Constituição Federal, tornando a educação básica obrigatória e gratuita dos 4 aos 17 anos de idade, inclusive para todos os que não tiveram acesso a ela na idade própria. A aprovação dessa Emenda reflete uma conquista decorrente de uma luta histórica, quer seja, a luta para que o ensino médio também fosse considerado como uma etapa de escolaridade constitucionalmente obrigatória e gratuita para todos os brasileiros, dentro de uma concepção de educação como direito de todos (BRANDÃO, 2011)

Ainda de acordo com Brandão (2011) o ensino médio durante o Governo de Fernando Henrique Cardoso foi alvo de reforma curricular estabelecendo a separação compulsória entre o ensino médio propedêutico e o ensino médio profissionalizante e no âmbito curricular introduziu o modelo de competências e a valorização dos métodos ativos, tornando o ensino médio mais curto e de rápida conclusão.

As mudanças demográficas e os impactos das políticas de proteção social, assim como aquelas estabelecidas pelo mercado de trabalho, são fatores essenciais para inserção do jovem no mercado de trabalho brasileiro. Em 2004-2015, foi fundamentado o programa Bolsa Família, que visa à valorização do salário mínimo, o Programa Universidade para Todos (Prouni), assim como o Financiamento Estudantil

(Fies), forneceram um aumento das vagas nas escolas técnicas e federais de nível superior, estabelecendo melhores circunstâncias para a inserção do jovem no mercado de trabalho. O mercado de trabalho enfrenta dificuldades, como o número elevado de jovens no mercado de trabalho, trabalhadores desprotegidos e despreparados para suas funções, baixos salários, diminuída qualidade de ensino (SANTOS; GIMENEZ, 2015).

As Diretrizes Curriculares do Ensino Médio DCN's (2013) apontam a educação como um direito social, visto que a educação escolar permite socializar os indivíduos de acordo com valores, padrões éticos e culturais da sociedade, essa educação permite o acesso a conhecimentos científicos e reflete o direito a formação de cidadãos que saibam exercer sua cidadania e práticas sociais.

Conforme as DCN's (2013) o Ensino Médio noturno não esteve presente no conjunto de medidas apresentadas para a melhoria da Educação Básica, e definem:

Todas as escolas com Ensino Médio, independentemente do horário de funcionamento, sejam locais de incentivo, desafios, construção do conhecimento e transformação social. Para que esse objetivo seja alcançado, é necessário ter em mente as especificidades dos estudantes que compõem a escola noturna, com suas características próprias. Em primeiro lugar, cabe destacar que a maioria dos estudantes do ensino noturno são adolescentes e jovens. Uma parte está dando continuidade aos estudos, sem interrupção, mesmo que já tenha tido alguma reprovação. Outra parte, no entanto, está retornando aos estudos depois de haver interrompido em determinado momento. (BRASIL, 2013, p. 157)

Diante do que afirmam as DCN's, a educação de Ensino Médio deve possibilitar, aos alunos, acesso e construção de conhecimentos que permitam a compreensão de mundo, com a inclusão da organização social e os seus processos produtivos, tendo em mente os anseios e demandas dos jovens e adolescentes.

Em relação às DCN's (2013), essas trazem um discurso sobre a real situação do Ensino Médio regular noturno, porém entender as especificidades dessa etapa, nesse turno, não é garantia de melhoria no ensino, nem de adequação dos estudos à realidade desses alunos. Faz-se necessário uma mudança real na concepção de educação, que essa seja entendida como uma formação para a cidadania, e que ofereça, ao estudante, meios para ingressar e progredir no mercado trabalho, de forma que possa, também, dar continuidade aos estudos. Logo, as políticas educacionais precisam prever e fazer cumprir essa concepção de educação.

Em relação aos aspectos comuns, posso destacar a situação de estudos e de trabalho. (...) todos os entrevistados trabalham e enfrentam dificuldades para conciliar estas duas atividades. Contudo, existem peculiaridades que marcam suas trajetórias e que não podem ser ocultadas através de generalizações, considerando apenas o fato de os entrevistados pertencerem às camadas populares. (OLIVEIRA, 1994, p. 95)

Com a aprovação do Plano Nacional de Educação (PNE) para o período de 2014-2024, pretende-se: "Universalizar, até 2019, o atendimento escolar para toda a população de 15 a 17 anos e elevar, até 2024, a taxa líquida de matrículas no ensino médio para 85/%, nessa faixa etária". Para Silva (2000), os estudantes do turno noturno possuem demandas e destaca que a maioria dos alunos do noturno é jovem; no entanto, a escola tende a esperar dos mesmos um comportamento adulto. Ou seja: "são alunos trabalhadores, mas são jovens trabalhadores (...) por parte da escola espera-se um aluno maduro, responsável, marcado, não pela juventude, mas pelo mundo do trabalho" (SILVA, 2000, p. 51).

Em 2017, foi estabelecido (Programa de Fortalecimento do Ensino Médio Noturno (PROFEN), através da realização da matrícula de estudantes menores de 18 anos no programa que comprovem tais circunstâncias: menor aprendiz, menor trabalhador, condições de dupla aprendizagem. Com essa nova modalidade de ensino, fica inexistente a oferta de vagas aos estudantes no ensino médio regular noturno da rede estadual (CEE, 2017).

A produtividade dos jovens é um grande desafio das políticas públicas brasileiras de emprego. Os jovens enfrentam maiores dificuldades nesse campo, devido à inexperiência no mercado de trabalho, sendo vulneráveis se tratando nas situações de desemprego e de valorização do jovem na permanência a longo prazo, baixa qualidade de ensino e formação inadequada, juntamente com a inserção precoce do jovem no mercado de trabalho (GUIMARÃES; ALMEIDA, 2012).

Políticas educacionais e de moderação salarial, juntamente com esforços coletivos e corporativos, podem melhorar a integração dos jovens no mercado de trabalho, em níveis de empresas, indústrias e econômicos. O entendimento da dinâmica do mercado de trabalho diz respeito a diversas perspectivas sendo elas: o cidadão que está em busca de uma vaga, os que estão dentro do mercado de trabalho, mas buscam por crescimento profissional, as instituições que realizam a captação de profissionais no mercado, as organizações que procuram a formação do cidadão brasileiro, os gestores que lidam rotineiramente com questões do mercado de trabalho (SAAR; UNT; KOGAN, 2008; ARAÚJO, 2013).

Quanto às políticas públicas voltadas para o Ensino Médio, no Estado de Goiás, torna-se necessário apresentar o papel do Estado no contexto de uma sociedade capitalista, não deixando de mencionar o papel da sociedade civil organizada, no diálogo, nos embates, nas tensões e nos limites estabelecidos, para o exercício do poder do Estado, em relação à sua ação por meio de políticas públicas e reformas. Assim, partiu-se da concepção de Estado observada em Cunha (1975, p. 60), pois, para ele, “o Estado que regulamenta, dirige e empreende a educação é o mesmo Estado que regulamenta, dirige (em parte, pelo planejamento) e empreende (em parte, por meio das empresas públicas e dos aportes de capital) a ordem econômica”.

Portanto, na construção constante de um Estado que cria e é reproduzido, dá-se a necessidade de reformas políticas, nesse projeto de pesquisa o foco está nas políticas educacionais, uma vez que é permitido ao “Estado exercer um poder sobre os diversos campos” (BOURDIEU, 1996, p. 97), incluindo, sem dúvida, o campo educacional. Assim sendo, a partir do ano de 1990, no estado de Goiás, foram inseridas políticas reformistas, fundamentando-se por meio do financiamento, para reestruturação do Ensino Médio, e, no contexto das reformas educacionais a partir da década de 1990, evidencia-se, segundo Bueno (2000, p. 19), que, com o novo papel do Estado, se instala “um ritual manipulador que simula a participação democrática por intermédio de um conjunto articulado de procedimentos”.

Quanto à identidade do Ensino Médio, toma-se por base a formação integral para a constituição do sujeito, considerando os conhecimentos científicos, tecnológicos, sociais e culturais, ou seja, uma formação unitária, uma identidade “expressa pelos objetivos de formação dos sujeitos individuais e coletivos que a vivenciam – os jovens” (FRIGOTTO; CIAVATTA, 2004, p. 5). Somente compreendendo os sujeitos, suas necessidades, compreender-se-á qual a identidade do Ensino Médio – etapa final da Educação Básica. Essas reflexões contribuem para compreender que Estado, que escola, que reforma do Ensino Médio buscou-se implementar nos governos (1995-2002) e (2003-2010).

O Programa Universidade para Todos (PROUNI), assim como o Financiamento Estudantil (FIES), forneceram um aumento das vagas nas escolas técnicas e federais de nível superior, estabelecendo melhores circunstâncias para a inserção do jovem no mercado de trabalho. O mercado de trabalho enfrenta dificuldades, como o número elevado de jovens no mercado de trabalho, trabalhadores desprotegidos e

despreparados para suas funções, baixos salários, diminuída qualidade de ensino (SANTOS; GIMENEZ, 2015).

Em 2017, foi estabelecido (Programa de Fortalecimento do Ensino Médio Noturno (PROFEN), com a realização da matrícula de estudantes menores de 18 anos no programa que comprovem tais circunstâncias: menor aprendiz, menor trabalhador, condições de dupla aprendizagem.

Políticas educacionais e de moderação salarial, juntamente com esforços coletivos e corporativos, podem melhorar a integração dos jovens no mercado de trabalho, em níveis de empresas, indústrias e econômicos. O entendimento da dinâmica do mercado de trabalho diz respeito a diversas perspectivas sendo elas: o cidadão que está em busca de uma vaga, os que estão dentro do mercado de trabalho, mas buscam por crescimento profissional, as instituições que realizam a captação de profissionais no mercado, as organizações que procuram a formação do cidadão brasileiro, os gestores que lidam rotineiramente com questões do mercado de trabalho (SAAR; UNT; KOGAN, 2008; ARAÚJO, 2013).

Já para Charlot (2000) e Schwartzman (2010) o Ensino Médio no Brasil é enciclopedista e por isso os alunos não conseguem acompanhá-lo, havendo assim, uma necessidade de diversificação do conteúdo. Muitas vezes, a sala de aula é vista como um local pouco estimulante, onde há pouca interação, caracterizada pelo silêncio, pela rigidez dos horários, pela privação da espontaneidade e os conteúdos são carentes de sentido, dificultando a compreensão dos assuntos abordados em sala devido à falta de conectividade com o cotidiano.

Para Kuenzer (2010) em se tratando de ensino médio como etapa da educação básica na perspectiva do direito à educação, significa promover a sua democratização [...] dado o reduzido percentual de jovens e adultos atendidos e o número decrescente, ano a ano. Isso significa que a promoção de efetivo avanço na democratização do acesso e na ampliação da permanência vai exigir um novo pacto federativo, cimentado por um forte investimento, principalmente pelas esferas federal e estadual, mesmo que se considere apenas a dimensão quantitativa.

Kuenzer (2010) alerta ainda no âmbito do PNE 2011-2020 (aprovado para o decênio 2014-2024) no que diz respeito ao ensino médio, o Sistema Nacional de Educação (SNE) deverá definir metas e indicadores claros para esta etapa, as responsabilidades pela sua execução e as formas de acompanhamento e controle que deverão ser realizadas no período de implementação do Plano, prevendo fóruns

específicos periódicos, pelo menos a cada três anos, para revisão de rumos a partir de dados que explicitem claramente os percentuais atingidos em relação ao proposto para o decênio.

Nesse contexto, torna-se relevante analisar as mudanças provocadas pela Lei 13.415, de fevereiro de 2017, a qual trouxe mudanças significativa para o Ensino Médio, mudanças essas que denotam aspectos positivos e, também, negativos, conforme será evidenciado a seguir.

1.2 Lei nº 13.415 de 16 de fevereiro de 2017 e as mudanças para o Ensino Médio

As políticas públicas voltadas para o ensino médio no Brasil vêm causando conflito no meio educacional, sendo observado por meio dos traços de dicotomia estrutural da sociedade, alavancados por diversos estágios de crescimento nos últimos anos, frente à igualdade da produção capitalista. As políticas públicas buscam averiguar as ações em conjunto, colocando em ascensão suas particularidades, propondo mudanças dessas ações, podendo gerar modificações nas atitudes do cidadão, na educação básica e superior no Brasil (MELO; DUARTE, 2011; BRITO, 2012).

O MEC (Ministério da Educação e Cultura), em 2016, classificou algumas mudanças no ensino médio como urgentes. Entre as mudanças propostas estão: a) Dividir o ensino médio em duas etapas, cada uma com um ano e meio de duração. Na primeira metade, o estudante tem todas as matérias que são divididas em linguagens (português, língua estrangeira, educação física e artes), ciências da natureza (Biologia, química e física), ciências humanas (história, geografia, sociologia e filosofia) e matemática. Já na segunda parte, o aluno vai decidir em quais matérias ele vai focar ou ainda optar por um ensino técnico; b) Inglês vai ser o conteúdo oficial de língua estrangeira dentro das escolas; e c) Aumentos da carga horária para 1.400, tendo em vista que as escolas vão ser de período integral.

Assim, antes de se transformar na Lei 13.415/2017, a Medida Provisória MP 746, encaminhada ao Congresso Nacional em setembro de 2016, teve como propósito a reestruturação do Ensino Médio. As mudanças propostas, por essa MP, provocaram discussões e mobilizações pelo país como, por exemplo, o dos profissionais da escola básica.

Para Faria Filho e Gill (2017), a MP 746 provoca alterações na carga horária do Ensino Médio e na formação de professores, permitindo que pessoas sem formação em licenciatura atuem como docentes, mudando o currículo e a forma de financiamento da educação. Segundo o mesmo autor, a MP 746 retrocede aos anos de 1930 com a legitimação de uma educação dualista: uma trajetória mais curta para aqueles que se dirigem ao mundo do trabalho e outra para os quais serão reservadas as vagas no Ensino Superior, tornando o ensino de 2º Grau obrigatoriamente profissionalizado para todos, e não apenas para os mais pobres.

Segundo a CNTE (Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação), a referida medida “não se encaixa nas condições legais, jurídicas ou morais para esse tema de imensa importância para a vida de milhões de pessoas das atuais e futuras gerações”, (CNTE, 2016 p.01); pois teria, como objetivo principal, o de reduzir a aprendizagem dos alunos, como também o de privatizar o Ensino Médio e de terceirizar os seus profissionais.

Essa medida provisória revelou o desejo do Governo de Temer em “limitar o acesso da população e das entidades educacionais sobre as decisões em torno da reforma do Ensino Médio” (CNTE, 2016 p. 1).

Já Motta e Frigotto (2017, p. 357) afirmam que um dos objetivos da MP 746 “foi mostrar que se trata de uma 'reforma' contra a maioria dos jovens, cerca de 85% dos que frequentam a escola pública, cujo objetivo é administrar a questão social, condenando gerações ao trabalho simples”, ou seja, uma forma de retroceder, ainda pior do que o que fez a ditadura militar.

De acordo com a Lei nº 13.415, foi mantida a obrigatoriedade do ensino de Língua Portuguesa e de Matemática, como também, a obrigatoriedade da prática de Educação Física, Arte, Sociologia e Filosofia. A Língua Inglesa passou a ser disciplina obrigatória a partir da nova Lei; assim deverá ser ministrada a partir do sexto ano do Ensino Fundamental, fato que muda o que acontece hoje nas escolas, pois antes da Lei, as escolas podiam escolher entre o Inglês e o Espanhol, com a Lei 13.415 deixa de ser a critério da instituição de ensino.

Outra mudança foi a Educação de Tempo Integral, segundo o art. 13 “Fica instituída, no âmbito do Ministério da Educação, a Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral.

Sobre a Educação de Tempo Integral prevista na referida Lei, Freitas (2016) afirma que:

A educação que ela pensa dar para a juventude é apenas educação de tempo integral e não uma educação de formação integral. É escola de preparação para testes combinada com mera antecipação da profissionalização. Com a desculpa de “adequar-se ao projeto de vida” dos estudantes, a nova proposta reforça a segregação e a dualidade no ensino brasileiro, retirando os estudantes mais pobres da escola pela vertente da profissionalização precoce – afinal são os pobres que precisam entrar logo no mercado para ganhar a vida – e mantendo nele os mais ricos que têm tempo e dinheiro para prosseguir em direção à Universidade (FREITAS 2016, p. 2, grifo do autor).

Porém, torna-se importante esclarecer que para as escolas ofertarem período integral, antes deverá haver políticas de expansão de unidades escolares e de formação de professores.

Outro ponto de discussão na referida lei é a implantação de itinerários formativos ou de áreas de conhecimentos, determinadas pela Base Nacional Comum Curricular (BNCC), conforme diretrizes do CNE, estabelecido no art. 35-A e §1:

Art. 35-A. A Base Nacional Comum Curricular definirá direitos e objetivos de aprendizagem do Ensino Médio, conforme diretrizes do Conselho Nacional de Educação, nas seguintes áreas do conhecimento:

- I - Linguagens e suas tecnologias;
- II - Matemática e suas tecnologias;
- III - Ciências da natureza e suas tecnologias;
- IV - Ciências humanas e sociais aplicadas.

§ 1º A parte diversificada dos currículos de que trata o caput do art. 26, definida em cada sistema de ensino, deverá estar harmonizada à Base Nacional Comum Curricular e ser articulada a partir do contexto histórico, econômico, social, ambiental e cultural.

O artigo 26 da LDB 9394/96 citado na Lei nº 13.415 descreve:

Art. 26. Os currículos da Educação Infantil, do Ensino Fundamental e de Ensino Médio devem ter base nacional comum, a ser complementada, em cada sistema de ensino e em cada estabelecimento escolar, por uma parte diversificada, exigida pelas características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e dos educandos.

Ao realizar a leitura desses dois artigos, percebe-se a preocupação com essa área de conhecimento, que será complementada de acordo com as escolhas de cada estabelecimento de ensino; nessa perspectiva, as escolas não serão obrigadas a oferecer, aos alunos, todas as cinco áreas, mas pelo menos uma. Observa-se que as públicas brasileiras, vivenciam falta de habilitação específica dos professores para atuarem nas diversas áreas de conhecimento, as escolas acabarão por disponibilizar

apenas uma área; assim caberá ao aluno adaptar-se ao que pode ser oferecido, ou procurar outra escola que ofereça o currículo de sua preferência. Para que haja diferentes áreas de conhecimento, a Lei 13.415/2017 aponta no art. 61, incisos IV e V a contratação de profissionais com notório saber:

- IV - Profissionais com notório saber reconhecido pelos respectivos sistemas de ensino, para ministrar conteúdos de áreas afins à sua formação ou experiência profissional, atestados por titulação específica ou prática de ensino em unidades educacionais da rede pública ou privada ou das corporações privadas em que tenham atuado, exclusivamente para atender ao inciso V do caput do art. 36;
- V - Profissionais graduados que tenham feito complementação pedagógica, conforme disposto pelo Conselho Nacional de Educação.

Evidencia-se, portanto, um retrocesso na educação, ao autorizar a contratação de pessoas que não são habilitados, ou seja, são técnicos em sua área de atuação, porém sem o devido conhecimento didático pedagógico necessário ao ato de ensinar-aprender.

Nessa mesma direção Motta e Frigotto (2017) pontuam que retroage à Reforma Capanema no contexto da ditadura Vargas, onde o ensino secundário industrial, comercial e agrícola não tinha equivalência para o ingresso no Ensino Superior. A superação definitiva deu-se mediante a Lei nº 4.024/1961, que estabeleceu a equivalência dos diferentes ramos do então ensino industrial, agrícola e comercial. Agora, o aluno tem alternativas de escolha, a Lei cria cinco itinerários estanques que supostamente seriam oferecidos pelas escolas. Dessa forma remete-se à Lei nº 5.692/1971, reforma da educação dos tempos da ditadura empresarial militar com uma profissionalização precária frente às realidades dos estados. Ainda segundo o autor, não há uma livre escolha, pois será obrigatório cumprir com a carga horária e, quando houver, a ampliação da escola de tempo integral, terá como desafio as condições precárias das unidades escolares de apresentar condições mínimas de funcionamento. Nessas condições dadas, cada escola vai ofertar a educação profissional que couber em seu orçamento:

Retoma, em um outro contexto e dentro de um estado de exceção, o ideário da política de Paulo Renato de Souza. Agora sequer precisam postergar as medidas, como ocorreu com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) nº 9.394/1996. Retoma, de forma pior, o Decreto nº 2.208/1996, que já aprofundava a dualidade estrutural entre educação profissional e educação básica. O anúncio do Médio-Tec pelo

MEC indica, de forma clara, a incorporação do Pronatec no Ensino Médio regular. Uma comprovação inequívoca de que se trata de uma contrarreforma destinada aos filhos da classe trabalhadora. Também uma confissão explícita de que o MEC assume, de fato, uma divisão classista da educação. (MOTTA; FRIGOTTO, 2017, p. 368)

Nota-se que as mudanças causadas pela Lei 13.415/2017, causaram um tríplice retrocesso na educação, existindo aspectos positivos e/ou outros negativos a destacar:

- O aumento da carga horária poderá possibilitar um maior aproveitamento do ensino escolar da rede pública, porém na rede privada tais mudanças podem encarecer bastante os custos na educação;
- Outro aspecto a ser observado refere-se à flexibilização curricular ao dar autonomia aos estudantes para escolherem as disciplinas, de acordo com suas aspirações profissionais pode ser precário, tendo em vista o risco de que os discentes escolham não cursar determinadas disciplinas por julgarem que elas não seriam necessárias, quando, na verdade, elas seriam de extrema necessidade para a sua formação profissional, o que poderá causar deficiências em sua formação.

Destaca-se que o fato de o Ensino Médio passar a constituir uma etapa da Educação Básica foi uma grande conquista para os brasileiros, principalmente para os alunos de baixa renda; contudo, questões como a universalização do acesso, permanência e qualidade no ensino ainda não se constituem uma realidade no país, ocasionando altos índices de evasão nessa etapa de ensino, tema esse que será tratado a seguir.

Em julho de 2020 foi aprovada a prorrogação do Fundo de Desenvolvimento da Educação Básica (Fundeb), principal mecanismo de financiamento das escolas públicas do país. Além da aprovação da continuidade do Fundeb foram feitas alterações estratégicas, pois até então a lógica de aprovação era estadual, e passou a ser municipal, como forma de tentar aproximar os representantes políticos de localidades mais carentes ao acesso ao fundo.

O estudo de Pacheco *et al* (2016) traz debate sobre a importância da análise municipal, e até regional para entender os problemas e desafios da evasão. Uma pergunta suscitada neste estudo é: existiria relação significativa entre o desenvolvimento de determinada região ou município com seus respectivos índices de deserção escolar? Pacheco *et al* (2016) tentam responder a essa questão analisando os índices de evasão na transição para o Ensino Médio em onze

municípios da microrregião de Guaratinguetá -SP. Para tanto, os autores utilizam informações do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM), a razão do número de habitantes / número de escolas e a média de alunos por sala de aula. No trabalho, é encontrada uma forte correlação entre evasão e o IDHM, enquanto que os outros indicadores não possuem uma relação de causalidade tão forte.

Assim, esta aproximação com agentes municipais pode ser interessante, especialmente para as localidades com problemas mais graves. Este item será retomado quando da discussão da contextualização dos desafios em Goiás.

CAPÍTULO 02: A EVASÃO NO ENSINO MÉDIO

No que se refere à evasão pesquisadores como Queiroz (2011), Digiácomo (2005), Arroyo (1997), Fernandes (2005), Menezes (2011), Dias (2013), Souza (2011), Klein (2008), Patto (1997), Marun (2008), Abramovay e Castro (2003) dentre outros, tem pesquisado sobre esse tema, com o objetivo de encontrar meios superar e ou minimizar, essa problemática.

O abandono à escola é composto então pela conjugação de várias dimensões que interagem e se conflitam no interior dessa problemática. Dimensões estas de ordem política, econômica, cultural e de caráter social. Dessa maneira, o abandono escolar não pode ser compreendido, analisado de forma isolada. Isto porque, as dimensões socioeconômicas, culturais, educacionais, históricas e sociais entre outras, influenciam-se mutuamente. Segundo Batista; Souza e Oliveira (2009, p.4).

Segundo Aurélio (2010) a palavra evadir significa escapar, iludir, sofismar. Fugir (de onde se estava retido) desaparecer; escapar-se (para lugar incerto). Para a área educacional. evadir é deixar de frequentar as aulas, caracterizando como abandono da escola. Este abandono pode ser definitivo, quando o aluno não retorna à escola, ou temporário, quando o aluno abandona a escola num ano, mas volta a frequentá-la no ano seguinte.

[...] interrupção de um ciclo de estudo, onde o estudante deixa de completar o curso ou programa que frequenta. São considerados evadidos inclusive os estudantes que se matriculam e desistem antes mesmo de iniciar o curso (COMARELLA, 2009, p. 52).

Segundo Klein *et al.* (2008), abandono e evasão possuem significados diferentes, embora com características semelhantes, o abandono refere-se ao aluno matriculado que deixa de frequentar a escola durante o andamento do ano letivo, sem comunicação formal ou sem ter solicitado a transferência. E a evasão ocorre quando o aluno matriculado em determinada série, em determinado ano letivo, não renova sua matrícula para o ano seguinte, independentemente se foi aprovado ou retido.

Quanto à evasão escolar Queiroz (2011. p. 02), afirma que “não é um problema restrito apenas a algumas escolas, mas é uma questão nacional que vem ocupando relevante papel nas discussões e pesquisas educacionais no cenário brasileiro”. O número de matrículas na educação básica tem aumentado significativamente nos últimos anos, porém os índices de evasão e/ou abandono são alarmantes, revelando que apenas a universalização do acesso não é suficiente.

Dourado (2011, p. 7) pontua que “na história da educação brasileira, o Ensino Médio e a Educação Profissional vêm sendo marcados por políticas, programas e ações que traduzem a secularização dessas etapas e modalidades da educação básica.” O autor afirma:

Nos últimos anos, novas políticas foram direcionadas à educação básica, em todas as etapas e modalidades. Lembre-se a aprovação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb), em vigor desde janeiro de 2007, a aprovação da Emenda Constitucional nº 59, de 2009, que aprova a ampliação da obrigatoriedade, propondo a universalização na educação de 4 a 17 anos, até 2016. E, especialmente no Ensino Médio e educação profissional, a aprovação do Decreto nº 5.154, de 2004. Todo esse processo, apesar dos avanços legais, traduz a complexidade e a busca de organicidade das ações, programas e políticas, de modo a garantir a universalização do ensino obrigatório de 4 a 17 anos, até 2016. (DOURADO, 2011, p.7).

Ou seja, mesmo com políticas para o desenvolvimento do Ensino Médio, como por exemplo o Decreto nº 5.154/2004, e a Emenda Constitucional nº 59/09 que propõe a universalização na educação de 4 a 17, os baixos índices de matrículas, como também os índices de evasão nessa etapa da educação básica, percebe-se a necessidade de políticas específicas que visem à democratização do acesso e a permanência dos alunos no Ensino Médio, com uma educação básica de qualidade para todos, conforme está previsto nas finalidades propostas para o Ensino Médio, na Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) 9394/96 no art. 35:

O Ensino Médio, etapa final da educação básica, com duração mínima de três anos, terá como finalidades:

- I – A consolidação e o aprofundamento dos conhecimentos adquiridos no O Ensino Fundamental, possibilitando o prosseguimento de estudos;
- II – A preparação básica para o trabalho e a cidadania do educando, para continuar aprendendo, de modo a ser capaz de se adaptar com flexibilidade a novas condições de ocupação ou aperfeiçoamento posteriores;
- III – O aprimoramento do educando como pessoa humana, incluindo a formação ética e o desenvolvimento da autonomia intelectual e do pensamento crítico;
- IV– A compreensão dos fundamentos científico-tecnológicos dos processos produtivos, relacionando a teoria com a prática, no ensino de cada disciplina.

Fritsch, Vitelli e Rocha (2014) mostram a necessidade de se formular políticas públicas que sejam voltadas para o atendimento a essa etapa. Esses autores afirmam que:

Para além da universalização do acesso à educação, é preciso também a implantação de políticas voltadas a permitir a possibilidade de o estudante permanecer na escola, dando continuidade a seus estudos, até a conclusão de cada etapa do sistema educacional. Desde muito tempo, a literatura tem apontado que a repetência gera consequências muito negativas, não somente para o indivíduo, mas para o sistema educacional como um todo (FRITSCH; VITELLI; ROCHA, 2014, p. 147).

Fritsch, Vitelli e Rocha (2014, p. 147), afirmam que a situação de repetência, e de defasagem idade-série dentre outras situações vivenciadas pelos alunos do Ensino Médio noturno estimulam a evasão “impedindo o fluxo do aluno no sistema educativo”.

Para Souza (2011), a evasão escolar no Brasil apresenta-se como um problema histórico, que perdura até hoje, resultado da inter-relação de inúmeros e complexos fatores. Tal complexidade impede que o abandono escolar seja compreendido e analisado isoladamente. Segundo Menezes (2011) o problema da evasão tem raízes históricas e acrescenta que é resultado de diversas intervenções do governo no sistema escolar, sucumbindo-se à política imposta pelas elites. Ainda de acordo o autor, apesar de todos os avanços realizados nas últimas décadas, o sistema educacional brasileiro continua sendo altamente elitista.

Embora reconheça que as causas da evasão são variadas, Ferreira (2011) elenca, classifica e agrupa os fatores determinantes em quatro eixos centrais que são a Escola, que se apresenta não atrativa, autoritária, professores despreparados, insuficiente, ausência de motivação, etc.; Aluno: desinteressado, indisciplinado, com problema de saúde, gravidez, etc.; Pais/responsáveis: não cumprimento do pátrio poder, desinteresse em relação ao destino dos filhos, etc. Social: trabalho com incompatibilidade de horário para os estudos, agressão entre os alunos, violência em relação a gangues, etc. (FERREIRA, 2011 p.02).

Entre os adolescentes de 15 a 17 anos, que deveriam estar no ensino médio, só 84,3% estudam. O maior desafio, atualmente, se concentra nessa faixa, aponta Olavo Nogueira Filho, diretor de políticas educacionais do movimento Todos Pela Educação. “Alguns índices têm melhorado, mas, quando chega aos anos do ensino médio, ainda há problemas”, diz.

O número de matrículas nessa faixa etária caiu de 8,1 milhões, em 2016, para 7,9 milhões em 2017. Já em 2018 quase quatro (36,5%) em cada dez brasileiros de 19 anos não concluíram o ensino médio, idade considerada ideal para esta etapa de ensino. Entre eles, 62% não frequentam mais a escola e 55% pararam de estudar ainda no ensino fundamental. Os dados foram fornecidos pelo movimento Todos pela

Educação, com base na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PnadC), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), como pode ser observado no Gráfico 2.

Dos 3,6 milhões que se matriculam no ensino médio, apenas 1,8 milhão concluem esse grau. A taxa de evasão é de 13,3% no ensino médio contra 6,7%, de 5ª a 8ª série, e 3,2%, de 1ª a 4ª série.

O Quadro 1 abaixo, apresenta informações gerais sobre os dados resultante da falta de engajamento dos jovens de 15 a 17 anos.

Quadro 1: Falta de engajamento e evasão escolar.

Resultado da Falta de Engajamento dos jovens de 15 a 17 anos (em milhões)	
1 - Total de jovens de 15 a 17 anos	10,3
2 - Matriculam-se no início do ano	8,8
3 - Abandonam a escola antes do final do ano	0,7
4 - Frequentam a escola durante todo o ano letivo	8,1
5 - Reprovados por falta	0,6
6 - Reprovados por desempenho	0,6
7 - Nem chegam a se matricular no início do ano	1,5
Não chegam a concluir a série por falta de engajamento (3 + 5 + 7)	2,8

Fonte: IBGE (2015), adaptado.

De acordo com o quadro acima, no Brasil, há atualmente cerca de 10 milhões de jovens entre 15 e 17 anos que, segundo a Constituição Brasileira, deveriam obrigatoriamente estar frequentando a escola e que 1,5 milhão de jovens sequer se matricula no início do ano letivo.

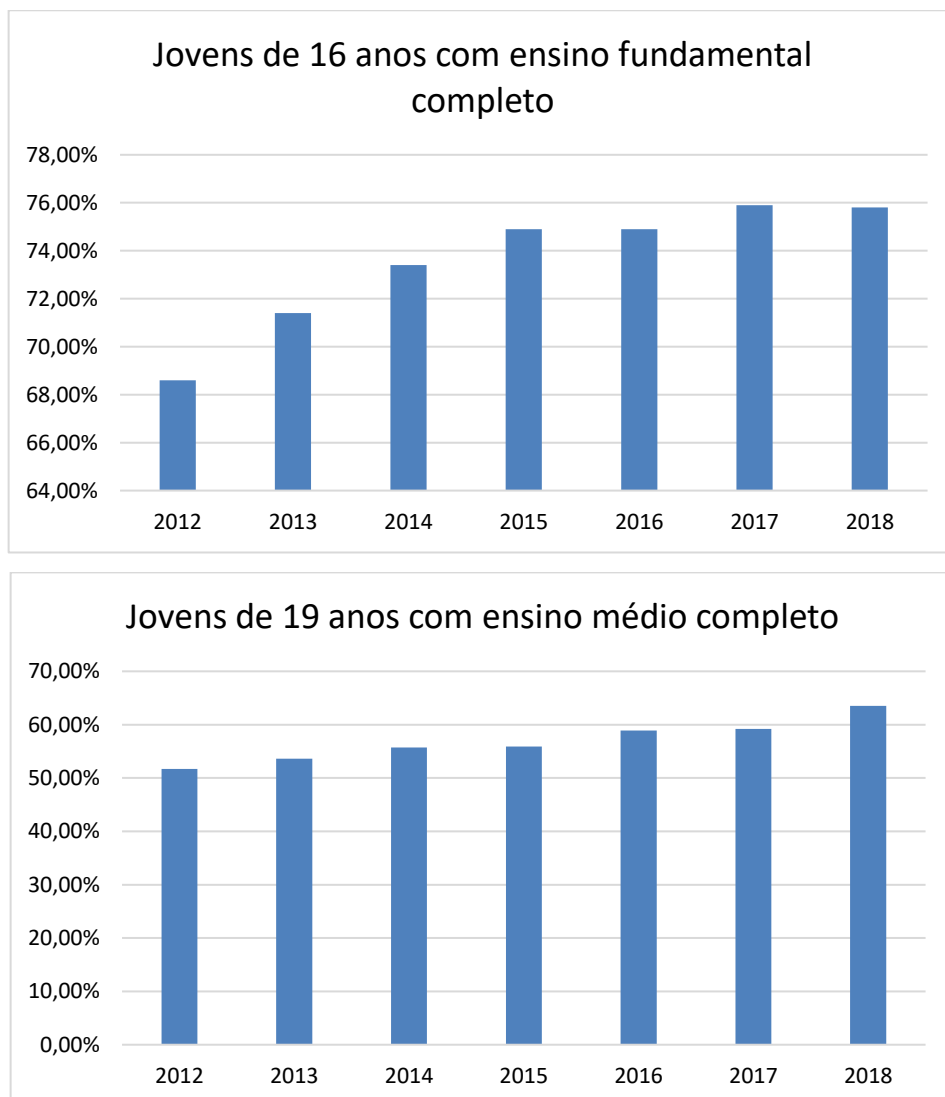
O Brasil tem, atualmente, 8,3 milhões de alunos no ensino médio, matriculados em 24 mil escolas – sendo 17 mil públicas – e metade destes, conforme o Ministério da Educação, não finalizam seus estudos (BRASIL, 2007).

A maior taxa de evasão revelada pelo Censo Escolar entre 2014 e 2015 foi de 12,7% dos alunos matriculados na primeira série do ensino médio, seguida por 12,1% dos matriculados na segunda série. A terceira maior taxa de evasão é no nono ano ensino fundamental, que registrou 7,7%.

O Censo também mostra outros dados importantes. Dentre os professores do Ensino Médio, 38,1% não são licenciados na área específica em que lecionam. E no Fundamental 2, 48,3% não tem formação específica na área em que lecionam.

Em relação às estruturas das escolas, os resultados mostram uma porcentagem imensa de escolas que sequer possuem biblioteca, acesso à internet e pátio. E mais da metade de todas elas não têm laboratório de ciências, sendo que os números mais gritantes se apresentam nas escolas de Ensino Fundamental: só 11,5% o possuem, e mais da metade dessas escolas não têm laboratório de informática ou quadra esportiva.

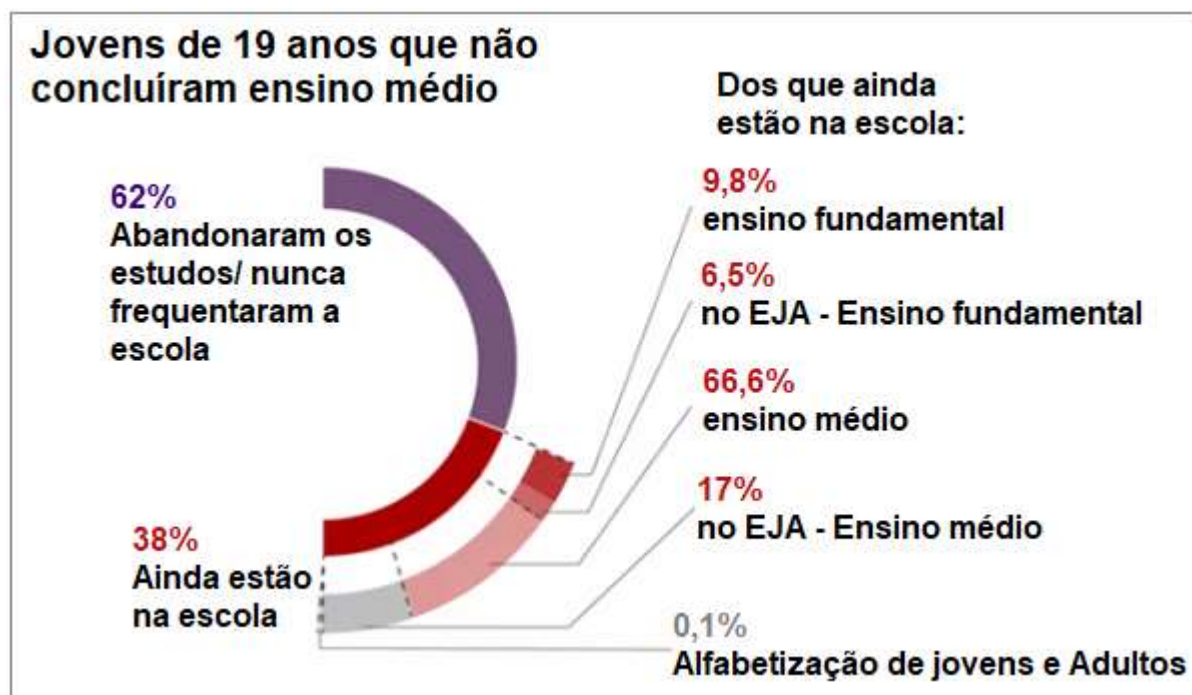
Gráfico 2: Percentual de matrículas no Ensino Fundamental e no EM.



Fonte: IBGE/Pnad Contínua/ Todos pela Educação 2018.

Diante disso, o número de jovens de 19 anos, que não concluiu o ensino médio, ou apresentam em estágio atrasado pode ser observado no Gráfico 3. O percentual de 62% chega a ser alarmante para um país que afirma que a educação é gratuita e direito de todos. Dos alunos que iniciaram o Ensino Fundamental, apenas 38% continuaram seus estudos. Conforme dados do Censo Escolar de 2012, no Brasil, a taxa de aprovação no ensino fundamental foi de 88,2% do total de estudantes, enquanto a taxa de reprovação foi de 9,1% e a taxa de abandono chegou a 2,7%. Com relação ao ensino médio, houve uma taxa de aprovação de 78,7%, uma taxa de reprovação de 12,2% e uma taxa de abandono de 91%. Ou seja, a taxa de abandono do ensino médio é de 6 pontos percentuais superior à observada para o ensino fundamental.

Gráfico 3: Jovens de 19 anos que concluíram e que evadiram do EM



Fonte: IBGE/Pnad Contínua/ Todos pela Educação 2018.

O abandono escolar é um problema que as escolas brasileiras enfrentam e atinge toda a sociedade. Como afirma Azevedo (2011, p.05):" A evasão escolar é um dos maiores desafios enfrentados pela escola pública, pois esse problema está relacionado a fatores culturais, sociais, políticos e econômicos".

Entre 2014 e 2018, a Educação Básica (Educação Infantil, Ensino Fundamental 1 e 2, Ensino Médio e Educação de Jovens e Adultos – EJA) “perdeu” 1,3 milhão de alunos matriculados, apontam os dados do Inep.

O Brasil tem cerca de 2 milhões de crianças e adolescentes de 4 a 17 anos fora da escola. As maiores concentrações estão na faixa de crianças com 4 anos de idade, com 341.925 crianças fora da pré-escola e aos 17 anos, com 915.455 jovens, conforme pode ser verificado no Gráfico 4. (Dados em Anexo).

Gráfico 4: Quantidade de pessoas de 4 a 17 anos de idade sem frequência escolar



Fonte: INEP (2018).

Disponível: http://download.inep.gov.br/educacao_basica/censo_escolar/apresentacao/2019/apresentacao_coletiva_censo_escolar_2018.pdf. Acesso: 14/07/2020.

Segundo Patto (1999), apesar das diversas tentativas de reverter o quadro da evasão escolar, como a implantação da política educacional no país, esse problema continua atingindo a sociedade significativamente. A literatura tem mostrado que o problema da evasão está ligado a fatores como repetência, e formas de avaliação. Esse assunto sempre foi motivo de discussões e de preocupações por parte dos educadores e da sociedade, porém, a escola de forma geral e o professor em particular não se preocuparam em desenvolver um trabalho comprometido com a aprendizagem do educando. Assim, Demo (1993, p. 39), relata que: “a evasão

significa o abandono antes de concluir, geralmente induzida por força da repetência acumulada.” A repetência escolar está presente no cotidiano das escolas brasileiras causando prejuízos para o país, para a escola e principalmente para o aluno. Na maioria dos casos o estudante se sente desmotivado para cursar novamente a mesma série e abandona os estudos.

Para Bridgeland et al. (2006), o abandono escolar, conforme pesquisa com os próprios estudantes, deve-se: ao fato de ser reprovado em uma série escolar; à falta de preparo anterior acompanhar cada ano, sugerindo quantidade maior de docentes, e que estes docentes tenham melhores qualificações, visando melhorar o currículo acadêmico; e o interesse dos alunos, não apenas a compreensão do material, mas também a importância do mesmo para o futuro. McNeal (1997) também apresenta as causas do abandono escolar, particularmente dos adolescentes americanos, e relaciona este às possibilidades e necessidade de emprego.

Para Digiácomo (2005), a evasão escolar é um problema crônico em todo o Brasil, conivente por escolas e sistemas de ensino, que chegam ao exercício de expedientes maquiadores ao admitirem a matrícula de um número mais elevado de alunos por turma do que o adequado, já contando com a ‘desistência’ de muitos ao longo do período letivo.

De acordo com Ferreira, (2013), os principais fatores que causam a evasão escolar são:

- A escola: não se prepara para receber e manter os alunos na instituição mostra-se autoritária, distante da realidade dos alunos, com professores despreparados, número insuficiente de docentes e ausência de motivação;
- O aluno: que apresenta os mais diversos problemas tais como: indisciplina, desinteresse, problemas de saúde;
- Os pais/responsável: não acompanha a vida escolar do aluno, mostra-se desinteressado e não exerce a autoridade familiar;
- Social: o horário de trabalho dos alunos é incompatível com o horário de estudo, atrapalhando significativamente o desempenho escolar do discente; agressão entre os alunos e violência entre gangues.

Ainda de acordo com o autor, essas causas, são concorrentes e não exclusivas, ou seja, a evasão escolar se verifica em razão do somatório de vários fatores e não necessariamente de um especificamente. Detectar o problema e enfrentá-lo é a

melhor maneira para proporcionar o retorno efetivo do aluno à escola. (FERREIRA, 2013, p. 415).

Segundo Lopes (2010), a equipe gestora deve ter com parceiro de prontidão o Conselho Tutelar, órgão responsável pelo cumprimento dos direitos da criança e do adolescente, promovendo um diálogo constante. É necessário que o grupo gestor promova uma interação entre a escola e o órgão com: reuniões, palestras, apresentação do Projeto Pedagógico. Quando houver omissão do órgão procurar a promotoria do município ou se for necessário o Ministério Público.

Ferreira (2013), ressalta que a intervenção em prol da solução do problema da evasão escolar precisa ser compartilhada e poderá ocorrer de forma direta ou indireta, com base na Constituição Federal, Estatuto da Criança e do Adolescente, e na Lei de diretrizes e Bases da Educação Nacional e tendo como apoio a família, a escola, o Conselho Tutelar, Ministério Público, poder judiciário, secretarias de assistência social e saúde, o Conselho Municipal da Criança e do Adolescente.

O autor relata também (2013, p.416), que: “O principal agente de combate à evasão escolar é o professor, pelo seu contato direto e diário, cabendo diagnosticar quando ele não está participando das aulas, injustificadamente, e iniciar o processo de resgate”.

Quanto ao Ensino Médio na modalidade da Educação de Jovens e Adultos (EJA), Pacó (2014) sinaliza a ausência de uma proposta curricular específica para essa modalidade, um Projeto Político Pedagógico (PPP) da escola que atenda esses alunos respeitando as suas especificidades, falta de planejamento adequado por parte dos Docentes, insuficiência de recursos didáticos e inadequados a esse grupo, falta de professores com formação específica para essa área, até, problemas sociais, como mulheres que precisam desistir de estudar por resistência machista, necessidade de ficar com os filhos, necessidade especial como baixa visão e impossibilidade de aquisição de óculos e consulta ao oftalmologista.

Há diversidade de produção intelectual e de dados sobre evasão e abandono, mas dada a complexidade do tema, e o período de produção da pesquisa e construção da dissertação, essa pesquisa abrangerá os alunos que, em algum momento, interromperam os estudos, independente se retornaram ou não (pois não haverá tempo de acompanhar dados de retomada e há ainda o problema atual da pandemia) para identificar os motivos que os levaram a evadir-se, bem como identificar as políticas públicas destinadas a essa etapa da educação básica.

2.1 O EM no Estado de Goiás

Após ter compreendido as questões históricas, conceituais e principais debates teóricos sobre o problema da evasão, é preciso contextualizar como está o cenário da educação e da evasão em Goiás.

No Brasil, o Plano Nacional de Educação (PNE) determinou diretrizes, metas e estratégias para a política do setor no país, no período de 2014 a 2024. Em Goiás, o Plano Estadual de Educação foi instituído em 2015, por meio da Lei n. 18969-2015.

No que diz respeito ao Ensino Médio, a meta construída foi: Universalizar, no prazo de 5 (cinco) anos, o atendimento escolar para toda a população de 15 (quinze) a 17 (dezessete) anos e elevar até o final da vigência deste Plano, a taxa líquida de matrícula do Ensino Médio para 85% (oitenta e cinco por cento).

Quanto ao Ensino a nota alcançada por Goiás no IDEB foi 4,3, superando a projeção do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Inep), que era 4,2, porém alguns dados demonstram que o Ensino Médio, em Goiás, enfrenta dificuldades para avançar em relação às matrículas; segundo a Secretaria de Educação, mesmo que os resultados do IDEB indiquem um bom posicionamento em relação aos demais estados brasileiros, esse enfrenta o chamado efeito funil, pois tal situação significa a diminuição dos alunos ao longo do percurso estudantil no Ensino Médio. Foi detectada uma diminuição aproximada de 24% de matrículas dos alunos na passagem do primeiro para o segundo ano dessa etapa e de 14,6% de redução na passagem do segundo ano para o terceiro ano.

O estudo “Determinação de fatores associados ao abandono escolar: uma análise do Ensino Médio Goiano” trata do abandono escolar, mas também obviamente faz uma análise do Ensino Médio em Goiás que nos permite enxergar o cenário goiano, e os principais desafios.

O trabalho identificou elementos de abandono do Ensino Médio em Goiás, utilizando o Censo Escolar da Educação Básica de 2016, com associações de rendimento dos discentes ao final do ano. O estudo partiu do pressuposto de que a ocorrência do fenômeno abandono escolar está atrelada à fatores individuais, sociais, escolares e regionais.

As características analisadas dos discentes foram sexo, idade, cor-raca, se utiliza transporte público, se possui necessidades especiais, de turma (se matriculado em projetos de Educação de Jovens e Adultos, se alunos de Educação Jovens,

Adultos Profissionalizante, Profissionalizante), da localização da escola, se em zona urbana, ou zona rural, da estrutura da escola, se possui Banda Larga, do tipo da escola, se Militar, Particular, Conveniada, Municipal, Estadual ou Federal.

Os resultados do estudo trouxeram dados como maior propensão de evasão por alunos mais velhos, homens, expos eficácia das políticas de transporte para manutenção dos jovens nas escolas, menor probabilidade de abandono escolar para alunos de escolas particulares e militares. O estudo também expos que a necessidade de trabalho, e falta de perspectiva na educação superior aparecem como possíveis geradores de abandono, especialmente para os grupos da educação pública, turno noturno.

É possível perceber através do estudo goiano, que a maior parte do abandono e das reprovações ocorrem no início do Ensino Médio, e que o baixo índice dos alunos que concluem este nível, este pequeno grupo tem índice maior de aprovação, conforme Tabela 1 abaixo:

Tabela1: Rendimento do Aluno por série (números absolutos e relativos) - EM – Goiás -2016.

Variável		Abandono	Falecido	Reprovado	Aprovado	Aprovado concluinte	Sir ^a	Total
1° série	N°	6.074	32	10.174	70.626	78	4.973	91.957
	%	6,61	0,03	11,06	76,80	0,08	5,41	100,00
2° série	N°	3.865	17	5.453	66.091	130	3.667	79.223
	%	4,88	0,02	6,88	83,42	0,16	4,63	100,00
3° série	N°	2.680	22	2.831	3.176	61.573	2.322	72.604
	%	3,69	0,03	3,90	4,37	84,81	3,20	100,00
4° série	N°	1	0	10	25	31	114	181
	%	0,55	0,00	5,52	13,81	17,13	62,98	100,00
Não seriada ^a	N°	2.586	3	1.211	3.828	8.014	17.229	32.871
	%	7,87	0,01	3,68	11,65	24,38	52,41	100,00
Total	N°	15.206	74	19.679	143.746	69.826	28.305	276.836
	%	5,49	0,03	7,11	51,92	25,22	10,22	100,00

Fonte: Determinação de fatores associados ao abandono escolar: uma análise do Ensino Médio Goiano Pag. 17. Disponível em: <https://www.imb.go.gov.br/files/docs/publicacoes/estudos/2018/estudo-analise-do-ensino-medio-goiano-201803.pdf>. Acesso: 20/07/2020.

Os dados de Goiás referentes às matrículas expõem que as instituições federais são em maior parte responsáveis pelos matriculados no Ensino Profissionalizante, pelos alunos de turmas de Educação De jovens E Adultos Profissionalizante. As matrículas estaduais apontam maior número de alunos

regulares e de Educação de Jovens e Adultos. Os municípios representam pouca oferta e representatividade de oferta do ensino médio. E as escolas particulares apresentam representatividade na oferta de ensino técnico, com 42,7% desta, e 14,75% das matrículas regulares.

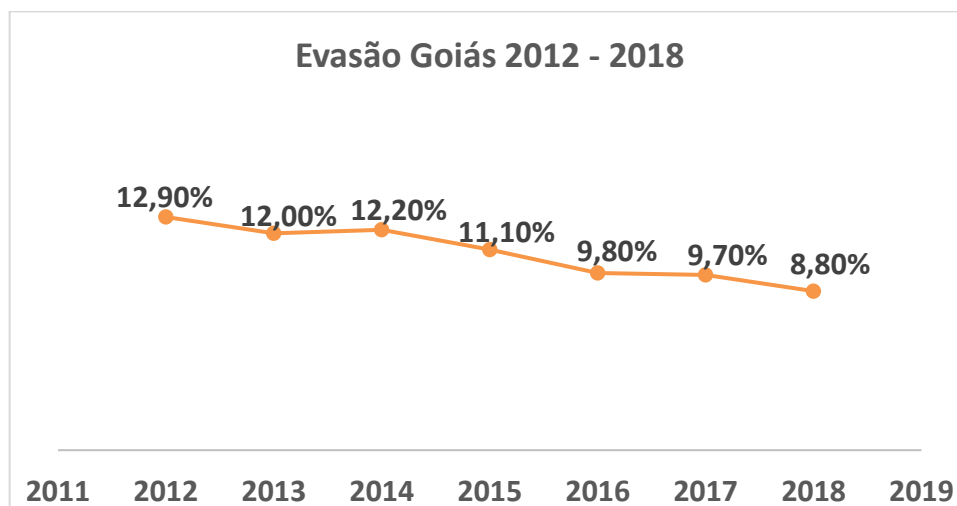
Tabela 2: Distribuição de matrículas - EM – Goiás -2016.

Variável		Federal	Estadual	Municipal	Privada	Total
Ensino profissionalizante	Nº	6.310	1.256	53	5.689	13.308
	%	47,42	9,44	0,40	42,75	100,00
EJA Profissionalizante	Nº	1.304	68	0	0	1.372
	%	95,04	4,96	0,00	0,00	100,00
EJA	Nº	119	22.864	586	1.449	25.018
	%	0,48	91,39	2,34	5,79	100,00
Ensino Regular	Nº	296	201.232	630	34.980	237.138
	%	0,12	84,86	0,27	14,75	100,00
Total	Nº	8.029	225.420	1.269	42.118	276.836
	%	2,90	81,43	0,46	15,21	100,00

Fonte: Determinação de fatores associados ao abandono escolar: uma análise do Ensino Médio Goiano Pag. 18. Disponível em: <https://www.imb.go.gov.br/files/docs/publicacoes/estudos/2018/estudo-analise-do-ensino-medio-goiano-201803.pdf>. Acesso: 20/07/2020. Dados em Anexo

De maneira geral, a evasão em Goiás (Figura 1) parece apresentar uma redução ao longo do tempo, embora a taxa ainda seja relevante, com 8,8%.

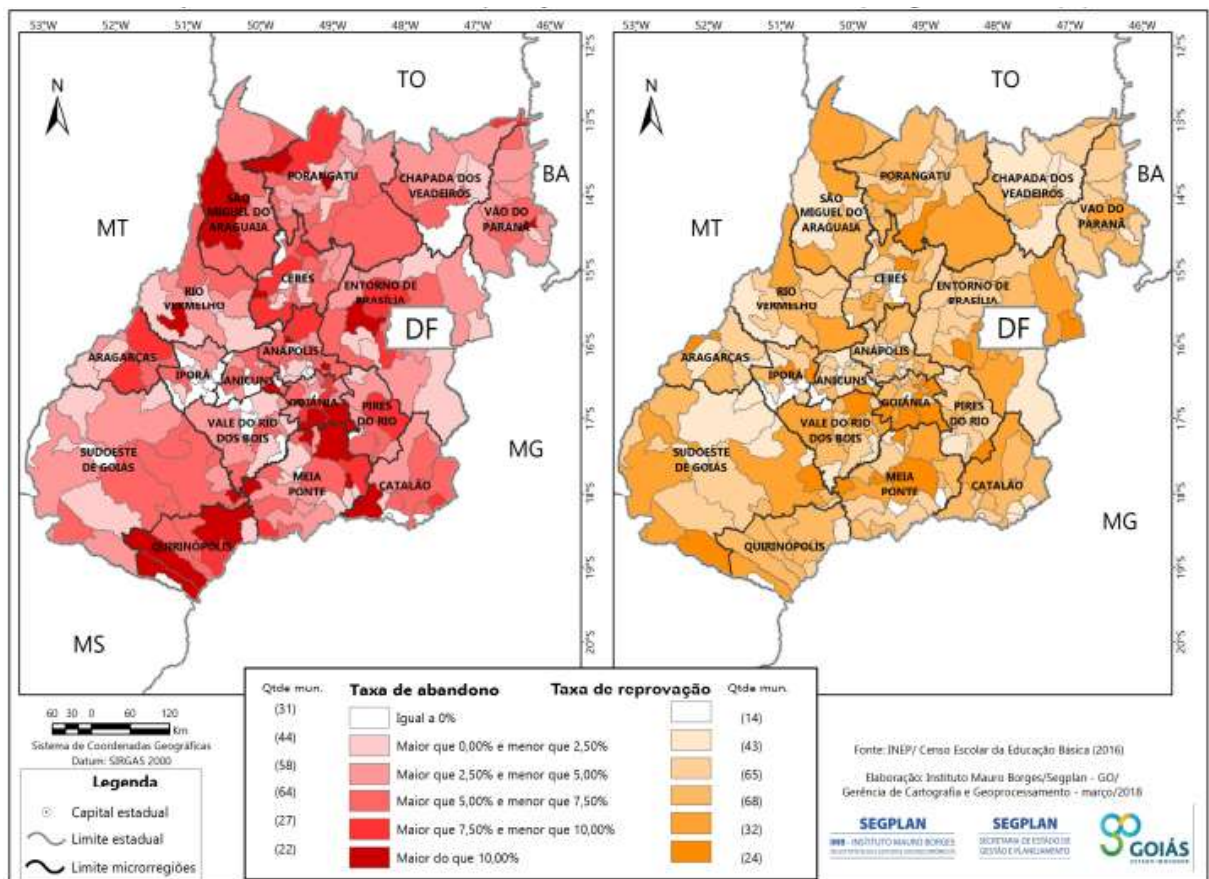
Figura 1: Evolução da taxa de evasão em Goiás de 2012 a 2018.



Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua – PNAD, (IBGE) 2018. Disponível: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/educacao/17270-pnad-continua.html?=&t=o-que-e>. Acesso: 10/10/2019.

Os mapas de evasão e reprovação em Goiás (Figura2) apontam dispersão dos índices altos tanto de evasão quanto de reprovação ao longo do estado, de modo que quase todas as microrregiões pareçam apresentar municípios com altos índices, com exceção do Sudoeste de Goiás que não apresenta altos índices de evasão, mas apresenta índice alto de reprovação.

Figura 2: Mapa de evasão escolar por microrregião de Goiás



Fonte: INEP, Censo escolar da Educação Básica (2016).

Disponível: <http://portal.inep.gov.br/censo-escolar>. Acesso: 12/07/2020.

As microrregiões de Goiás foram divididas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, que através da Resolução da Presidência (PR) Nº 11, de 5 de junho de 1990, dividiu o Estado de Goiás em 18 Microrregiões Geográficas e as definiu "como um conjunto de municípios, contíguos e contidos na mesma Unidade da Federação, definidos com base em características do quadro natural, da organização da produção e de sua integração". Estas, por sua vez são parte de mesorregiões que possuem relações no que diz respeito à estrutura da produção agropecuária, industrial,

extrativismo, bem como presença de elementos do quadro natural ou relações sociais e econômicas.

Para entendermos a situação de Terezinha de Goiás será importante, comparar os dados da microrregião. E, comparar também os dados de IDH dos municípios, conforme o estudo de Pacheco *et al* (2016) para avaliar se há alguma relação entre municípios com melhores índices de desenvolvimento, e menores índices de evasão, abandono e reprovação, esta discussão será apresentada no capítulo dos Resultados.

3 METODOLOGIA

Trata-se de uma pesquisa bibliográfica, documental e de campo, com uma abordagem qualitativa. Para Fonseca (2002, p.32) “a pesquisa bibliográfica é feita a partir do levantamento de referências teóricas já analisadas, e publicadas por meios de escritos eletrônicos. O procedimento inicial adotado foi a realização de um levantamento da literatura acerca do objeto de pesquisa, pois o desenvolvimento da dissertação tem necessidade de um conhecimento prévio sobre o tema abordado. É neste momento que a pesquisa forma a sua linha de raciocínio embasada em conhecimento de outros autores, sendo assim, o referencial teórico é o alicerce da pesquisa. Para Minayo (1994), o tema escolhido apresenta vários pontos de estudo e fontes de pesquisa por ser um estudo de caso que tem seu referencial baseado em levantamentos de documentos de órgãos públicos, como no caso da das escolas públicas, e de anais científicos, artigos, monografias, teses e dissertações publicadas.

Dentro do levantamento da literatura, fez-se necessário o arrolamento das principais leis da educação embasadas na Constituição e resoluções do MEC, para se conhecer e entender o objeto de pesquisa no âmbito das políticas públicas.

Este trabalho tem sua estrutura conforme descrito por Fonseca (2002), de caráter bibliográfico, onde serão coletados informações, conhecimentos e referências teóricas para evidenciar os motivos da evasão escolar, e as propostas das políticas públicas em relação a esta temática.

A perspectiva qualitativa busca “explicar o porquê das coisas, exprimindo o que convém ser feito, mas não quantificam os valores e as trocas simbólicas nem se submetem à prova de fatos, pois os dados analisados são não-métricos (suscitados e de interação) e se valem de diferentes abordagens”. (GERHARDT, SILVEIRA, p.32, 2009).

Segundo Bogdan e Biklen (1994), com a abordagem qualitativa é possível construir uma investigação interpretativa e analítica dos dados, para tanto, por meio da descrição do fenômeno da evasão dos alunos, sob a perspectiva social, econômica e política serão realizadas as pesquisas. Nesse sentido as questões que se apresentam na pesquisa foram formuladas com o objetivo de investigar os fatos na sua complexidade, em seu contexto natural, privilegiando a compreensão dos comportamentos, a partir das perspectivas dos sujeitos investigados na pesquisa.

A primeira etapa: Levantamento bibliográfico para conhecer o estado da arte no que se refere ao Ensino Médio, as mudanças ocorridas e os fatores condicionantes que levam à evasão escolar.

A segunda etapa exigiu levantamento de dados e documentos para apresentar o cenário dos desafios do Ensino Médio em Goiás. Nesta parte do trabalho foram utilizados trabalhos desenvolvidos pelo Instituto Mauro Borges (IMB), Instituto de Geografia e Estatística do Brasil (IBGE), Observatório do Mundo do Trabalho do IFG e suas publicações sobre microrregiões de Goiás. Para esta análise foram construídas tabelas, planilhas e gerados infográficos para avaliação das relações entre os dados de Índice de Desenvolvimento Humano nos Municípios (IDMH), população, e índices de abandono e reprovação.

Na terceira etapa se avançou para o entendimento, conhecimento e apresentação dos dados do município de Santa Terezinha de Goiás. Apresentar o contexto histórico do município de Santa Terezinha de Goiás e as escolas pesquisadas, que são as duas únicas escolas da rede estadual que atendem à esse nível de escolaridade no município: Colégio Estadual Maria Lopes e Colégio Estadual São Geraldo. Houve levantamento documental, nas duas escolas anteriormente citadas, para que, de forma clara e segura, fosse possível identificar os alunos evadidos, seus endereços de contatos dentre outras questões. Para Bardin (1977), a análise documental é uma operação que é feita visando à análise de um documento ou em vários documentos. Dessa forma, a busca dessas informações permitirá realizar a entrevista e relacionar os motivos que levaram à evasão.

Bardin (1977, p. 40) afirma que a análise documental é “uma operação ou um conjunto de operações visando representar o conteúdo de um documento sob uma forma diferente do original, a fim de facilitar num estado ulterior a sua consulta e referência”. Entender essa definição foi relevante para a compreensão das informações contidas nos documentos estudados, com vistas ao esclarecimento dos aspectos quantitativos, com a assimilação, também, dos aspectos qualitativos neles contidos”. Para a realização da pesquisa documental, primeiro foi agendada uma reunião com a Diretora, a Professora Núcia Lemes Vaz, com o intuito de mostrar o Projeto de Pesquisa e solicitar autorização para a realização da pesquisa. A seguir foram definidos os dias, nos quais juntamente com a Secretária Geral, seria disponibilizado os dossiês dos alunos e os diários dos últimos anos, visando identificar os alunos evadidos.

Nos dossiês dos alunos foi possível obter o endereço e telefone dos alunos evadidos e foi realizada uma seleção para a amostragem por conveniência. O mesmo procedimento foi realizado no Colégio São Geraldo. Com a lista em mãos de aproximadamente 30 alunos de cada escola, procedeu-se à terceira etapa da pesquisa.

Na etapa de pesquisa de campo, que, segundo Pereira (2016, p. 39) “busca na voz dos atores inestimáveis contribuições sobre suas relações com a escola e os saberes” através do levantamento realizado dos nomes e endereços dos alunos evadidos, procedeu-se à busca por esses alunos, porém ressalta-se que nem todos os alunos foram encontrados, pois alguns já haviam mudado de cidade e/ou mesmo falecido.

O universo da pesquisa foi constituído de 53 alunos que abandonaram o Ensino Médio no período de 2011 a 2018, 2 gestoras, 02 coordenadores pedagógicos, sendo um do turno matutino e um do noturno, que fazem parte do grupo gestor e 03 professores que trabalham na unidade escolar, sendo 01 do turno matutino, 02 do turno noturno, onde o índice de evasão é mais crítico.

Quanto ao turno de maior índice de evasão, a pesquisa realizada por Castro e Junior (2016) destaca que:

Em relação ao turno, observa-se que os casos de sucesso escolar estão alocados, principalmente, no turno da manhã (51,6%), noite (24,3%) e tarde (24,1%). Os casos de não sucesso escolar estão inseridos, em maiores proporções, no turno da noite (45,3%), manhã (31,8%) e tarde (22,8%). Isso pode indicar que a família, muitas vezes, permite que o filho estude de manhã, possivelmente dedicando-se somente aos estudos em detrimento do trabalho, pelo menos enquanto não for reprovado. O aluno que é reprovado tende a ir para o turno da noite, em muitos casos precisando trabalhar durante o dia. Nota-se que apenas 29,9% dos casos de sucesso trabalham, enquanto que 44,5% dos casos de não sucesso escolar trabalham (CASTRO; JÚNIOR, 2016, p. 252).

Os alunos identificados como evadidos foram contatados um por um, e todos os que foram encontrados foram convidados para responderem à pesquisa no Colégio Maria Lopes.

De acordo com o estudo realizado pelo Insper (2018) há três tipos de razões para que jovens deixem de frequentar as salas de aulas, são eles:

1. Questões de acesso (disponibilidade dos estabelecimentos de ensino, necessidade de inserção no mercado de trabalho, gravidez, pobreza e doença,

2. Ambiente escolar (qualidade educacional, defasagem do aprendizado)
3. Questões de engajamento ou resiliência emocional do jovem.

Por isso mesmo, foram estabelecidas algumas partes para o questionário, mas foram apresentadas algumas indicações para que os jovens que abandonaram ou evadiram seus estudos em Santa Terezinha de Goiás pudessem expor principais razões, representadas (Quadro 2) nos seguintes itens:

Quadro 2: Indicadores de abandono escolar mais relatados pelos alunos

	Fatores de acesso	Fatores ambientais	Fatores emocionais
a falta de motivação e interesse			X
a dificuldade de conciliar o trabalho e o colégio;	X		
falta de meio de transporte;	X		
fatores sociais como: uso de drogas; trabalho precoce; violência doméstica. (Referente ao item)			X
Problemas com bullying;		X	
falta de professores;		X	
gravidez na adolescência;	X		
falta de vaga nos colégios próximos as suas residências;	X		
renda insuficiente para manter os estudos (ônibus, materiais escolares, entre outros);	X		
falta de apoio dos pais e familiares;	X		
dificuldade na compreensão dos conteúdos;		X	
desmotivação.			X
Insatisfação com o curso escolhido			X
Problemas familiares			X
Paternidade ou maternidade	X		
Dificuldades financeiras	X		
Moro muito longe da escola	X		
Doença	X		
Outro motivo?			

Fonte: Autoral 2020.

O questionário aplicado foi estruturado com indagações abertas e fechadas e cada entrevistado recebeu o termo de consentimento livre e esclarecido onde sua identificação seria preservada.

4 RESULTADOS

4.1 O município de Santa Terezinha de Goiás

De acordo com Pimentel (2010) em 1953, a família Batista Ferreira saiu de Anápolis/GO com o fim de conhecer as terras que haviam comprado dos legítimos herdeiros daquela região. Saíram preparados, pois somente até a cidade de Itapaci que havia estradas, daí em diante foi preciso abrir estradas, onde só havia trilhas de animais. Dessa forma a família Batista Ferreira foram os fundadores de Santa Terezinha de Goiás, verdadeiros bandeirantes, que venceram diversos obstáculos até alcançar o objetivo.

Ainda Segundo o autor, para conseguirem chegar ao destino traçado, tiveram que fazer pontes de buritis, abriram estrada com foice, machado, enxadas, ferramentas rudimentares; cozinham em trempes, dormiram sob a luz das estrelas. Chegando às terras que haviam comprado a primeira coisa que fizeram foi erguer uma cruz tosca e rezaram um terço. Essa cruz foi arrancada da praça da Igreja quando da construção do 1º jardim da praça José Batista Ferreira.

A cidade de Santa Terezinha de Goiás desde o início recebeu este nome devido à devoção do fundador e por causa da fazenda adquirida também ter este nome. Depois disto as mulheres fizeram os adobes e os homens ergueram uma igrejinha, e a primeira missa foi no dia 28 de julho de 1954, celebrada pelo Padre Luiz Olabamieta, a sombra de um pequizeiro (IBGE)

A pequena população da região vivia de modo rudimentar, toda mercadoria, por exemplo, era buscada em lombo de cavalo, usando-se cangalhas e bruacas para carregar todo tipo de alimentação de que precisava a população, de cidades distantes, estas viagens levavam semanas, meses, por falta de estradas.

O Distrito de Santa Terezinha de Goiás foi criado pela Lei Municipal n.º 19, de 22/07/1963, subordinado ao município de Pilar de Goiás e foi emancipado e elevado à categoria de município com a denominação de Santa Terezinha de Goiás pela Lei Estadual n.º 4.705, de 23-10-1963, desmembrado de Pilar de Goiás. Na época, foi nomeado como subprefeito o senhor Geraldo Batista Ferreira. A Lei Estadual que emancipou o município foi a de nº 4705, de 23 de outubro de 1963, sendo que a posse foi no dia 1º de janeiro de 1964.

De acordo com os documentos pesquisados na Prefeitura de Santa Terezinha de Goiás a divisão territorial e datada de 01 de janeiro de 1979, dessa forma o município foi constituído e permanecendo assim até o ano de 1988 quando houve a emancipação do Distrito de Campos Verdes (garimpo de esmeraldas).

Em 1981 foi descoberto no município um garimpo de esmeraldas. A cidade ficou superpovoada, todos os quartos de pensões e hotéis ficaram ocupados. Proprietários de casas alugavam quartos, mudavam para casas menores e alugavam as casas onde residiam. Os becos serviam de moradas, pessoas construíam quartos e mais quartos e alugavam, havia até barracas de lona e de plástico. Os moradores de Santa Terezinha de Goiás passaram a conviver com pessoas das diversas regiões brasileiras, cada um trazendo consigo seus saberes, práticas, tradições costumes e crenças. Após sete meses de garimpo, a população passou de 6 mil habitantes para 30 mil habitantes com residência fixa e mais de 15 mil flutuantes. A cidade de Santa Terezinha se viu invadida, praticamente de um dia para o outro. De acordo com Silva (2018) os moradores de Santa Terezinha de Goiás passaram a conviver com pessoas das diversas regiões brasileiras, cada uma trazendo consigo seus saberes, práticas, tradições, costumes e crenças.

Gilberto Velho (2006) afirma que vivemos numa sociedade marcada, sobretudo pela coexistência de uma pluralidade de tradições decorrentes de diversas bases, sejam elas ocupacionais, étnicas, religiosas, etc. Dessa forma, os habitantes de Santa Terezinha de Goiás encontraram-se distribuídos em múltiplas redes de relações, na forma de grupos que compartilham certos valores, sentidos e significados, visões de mundo e concepções simbólicas.

De acordo com Brito (2012) no ano de 1983, o município vive seu momento de glória, onde a população ficou inebriada pela possibilidade de riqueza rápida. Durante muito tempo, Santa Terezinha de Goiás foi a Capital das Esmeraldas, conhecida internacionalmente. Uma emissora esteve no município para registrar o crescimento do garimpo, tamanha foi a repercussão deste garimpo para o Brasil. Muitas pessoas carregavam o dinheiro destas esmeraldas em sacos de linhagem, tamanho era o montante de dinheiro que corria na cidade. Esse mito de riqueza rápida embriagou os pacatos moradores, que também começaram a se interessarem por esta pedra de cor verde.

Em pouco tempo foram instaladas na cidade agências do Banco do Brasil, da Caixa Econômica Federal, do Bradesco, do Bamerindus e do BEG (Banco do Estado

de Goiás, hoje extinto), tudo para garantir os serviços bancários aos cidadãos. Torna-se importante ressaltar que segundo Jakob e Barea (2000) em meados da década de 80, dentre os estados do Centro-Oeste, Goiás é aquele que apresenta o maior dinamismo econômico, perdendo apenas para o DF em receita de serviços, em razão da concentração das funções de governo na capital federal. Além do mais, Goiás também apresenta uma maior diversificação da atividade econômica. Após 15 anos das frentes de expansão, Goiás e Mato Grosso do Sul são os estados de maior dinamismo produtivo e tecnificação (IPEA/NESUR/IBGE, 1999). Nesse contexto, Santa Terezinha é destaque em crescimento, com o advento do garimpo.

Conforme Fuck et al. (2003), surge às margens do rio Crixás, Santa Terezinha de Goiás, pertence à mesorregião norte do Estado na microrregião de Porangatu e corresponde ao quinto maior em extensão de sua microrregião. Situa-se à margem direita do rio Crixás-Açu. Santa Terezinha de Goiás é uma cidade pequena, localizada no norte de Goiás, a 300 km da capital do Estado, conforme pode ser observado na Figura 3.

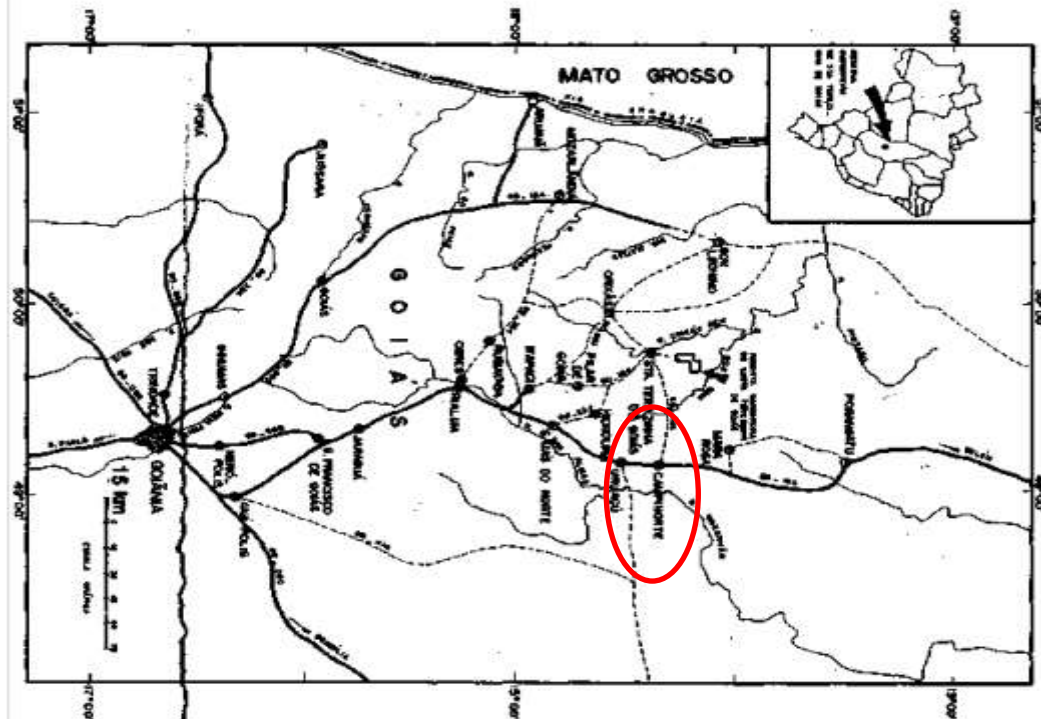
Figura 3: Mapa do Município de Santa Terezinha de Goiás



Fonte: GoogleMaps. Disponível: <https://www.google.com/search?q=mapa+santa+terezinha+de+goi%C3%A1s&oq=mapa+santa+terezinha+de+goi%C3%A1s&aqs=chrome..69i57j0.96j92j0j7&sourceid=chrome&ie=UTF-8>. Acesso: 19/12/2019

Ribeiro & Sá (1983) consideraram que a área do garimpo apresenta como patrimônio econômico e cultural de Santa Terezinha de Goiás (Figura 4) foi construído ao longo do tempo, por moradores antigos, mas com a participação de garimpeiros que emigraram para o município em busca das esmeraldas. Houve, então, um entrelaçamento da cultura goiana com a cultura de outras regiões do Brasil, notadamente a nordestina, que mesmo com o fim do garimpo permanece viva entre os moradores da cidade. Sendo assim, é possível afirmar que os garimpeiros deixaram suas marcas na cultura local.

Figura 4: Mapa de exploração mineralógica de Santa Terezinha de Goiás



Fonte: Sordi, 2007. Disponível: https://www.ifg.edu.br/attachments/article/493/microrregiao_sao_miguel.pdf. Acesso: 15/07/2020.

Quanto à sua localização, o município é integrante da microrregião de Porangatu, compondo a II mesorregião do norte goiano. As cidades próximas à Santa Terezinha de Goiás conforme Quadro 6.

Segundo Castro (2006), a economia é baseada no comércio e no setor agropecuário, principalmente na criação de gado de corte e de leite. A cidade conta com grande variedade no comércio de alimentos, roupas e materiais de construção, uma fábrica de condimentos e uma de sorvete, móveis, e carrocerias para caminhões.

A cidade também conta com três jornais de circulação regional: Jornal Regional, Imprensa do Cerrado e Goiás Notícias.

Para Saquet (2007), um dos projetos para a economia municipal alavancar, é a criação do Distrito Industrial de Santa Terezinha de Goiás. A cidade contará com grandes e pequenas novas indústrias e comércios, gerando mais renda e trazendo benefícios para a cidade. A cidade contará também com um hospital regional para atender às cidades circunvizinhas.

4.2 A educação na Microrregião de Porangatu

Para verificar os dados de educação (Quadro3), especialmente no que diz respeito aos desafios do abandono, evasão e reprovação, foram elencados dados dos municípios da Microrregião de Porangatu para análise. E, posteriormente será melhor analisado o caso de Terezinha de Goiás.

Quadro 3: Microrregião de Porangatu

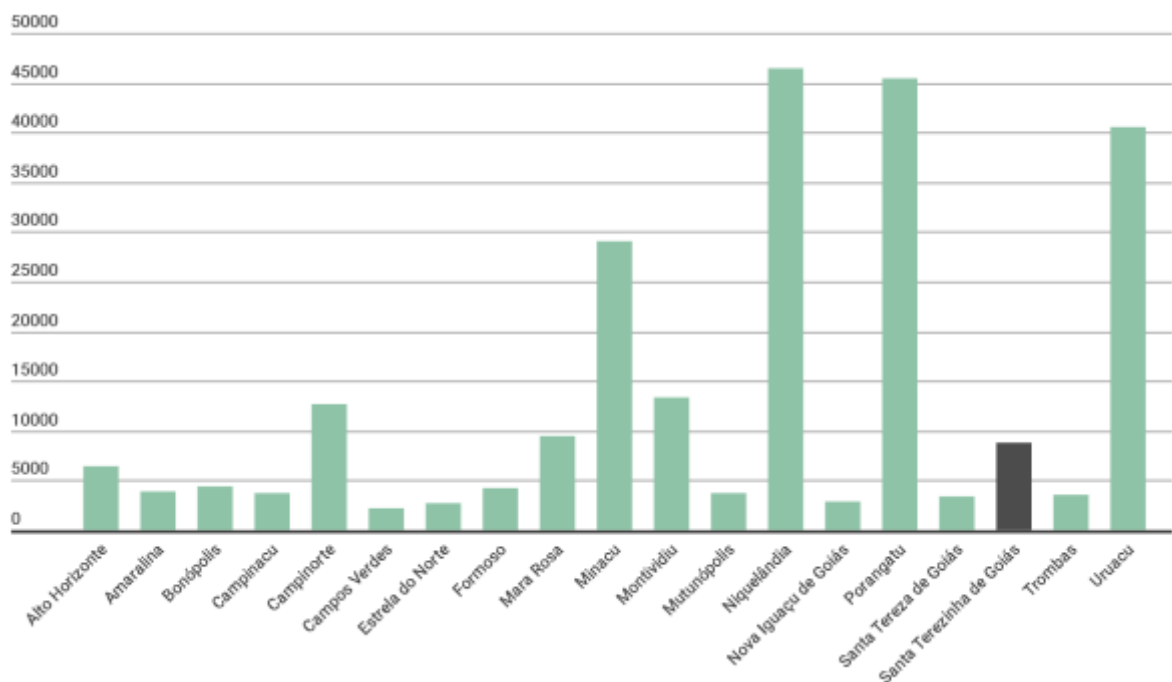
Microrregião de Porangatu					
	Municípios	População (Estimativa IBGE 2019)	IDMH (2010)	Taxa de Abandono (INEP 2016)	Taxa de Reprovação (INEP 2016)
1	Alto Horizonte	6.414	0,719	4,81	8,56
2	Amaralina	3.812	0,609	6,67	3,81
3	Bonópolis	4.405	0,63	12,65	5,42
4	Campinacu	3.640	0,631	5,42	3,61
5	Campinorte	12.626	0,688	2,48	4,55
6	Campos Verdes	2141	0,654	3,45	5,42
7	Estrela do Norte	2766	0,74	2,93	4,4
8	Formoso	4248	0,715	2,33	0,78
9	Mara Rosa	9503	0,691	3,09	9,69
10	Minacu	29070	0,707	3,88	6,04
11	Montividiu	13396	0,733	6,9	1,51
12	Mutunópolis	3778	0,68	2,3	8,05
13	Niquelândia	46388	0,715	5,84	7,63
14	Nova Iguaçu de Goiás	2929	0,655	7,48	3,4
15	Porangatu	45394	0,727	8,47	6,27
16	Santa Tereza de Goiás	3355	0,665	2,96	0,74
17	Santa Terezinha de Goiás	8.744	0,701	7,03	7,03
18	Trombas	3500	0,653	2,68	2,68
19	Uruacu	40532	0,737	6,19	10,44

Fonte: IBGE (1983). Disponível: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/go/porangatu/panorama>.

Acesso: 15/07/2020. Organização: Autoral, 2020.

Como se pode perceber (Gráfico 1) Santa Terezinha de Goiás tem uma das menores populações de toda a microrregião, e os mais populosos são Niquelândia, Porangatu e Uruaçu.

Gráfico 1: População na Macrorregião de Porangatu



Fonte: IBGE. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/go/porangatu/panorama>. Acesso: 22/07/2020.

No que diz respeito ao IDMH da microrregião, também há grande variação do índice, e municípios como Alto Horizonte, Estrela do Norte, e Uruaçu se apresentam os melhores resultados, e, os piores resultados ocorrem em Amaralina, Bonópolis e Campinaçu. Os dados podem ser observados no Gráfico 2 a seguir, onde os resultados são bem equilibrados entre as cidades.

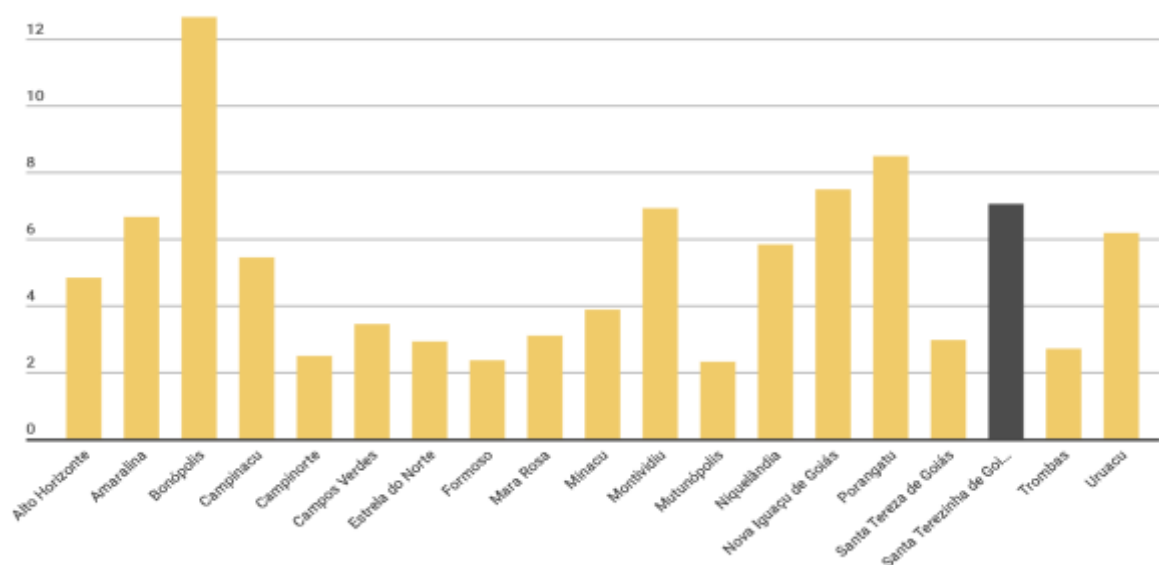
Gráfico 2: IDMH da Macrorregião de Porangatu



Fonte: IPEA, 2016. Disponível em: <http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/6217/1/Desenvolvimento%20humano%20nas%20macrorregi%C3%B5es%20brasileiras.pdf>. Acesso em: 27/07/2020.

No que diz respeito às taxas de abandono (Gráfico 3), pode-se observar os maiores índices em municípios como Bonópolis, Porangatu, Montividiu e Santa Terezinha de Goiás e menores em Campinorte, Formoso, Mutunópolis e Trombas.

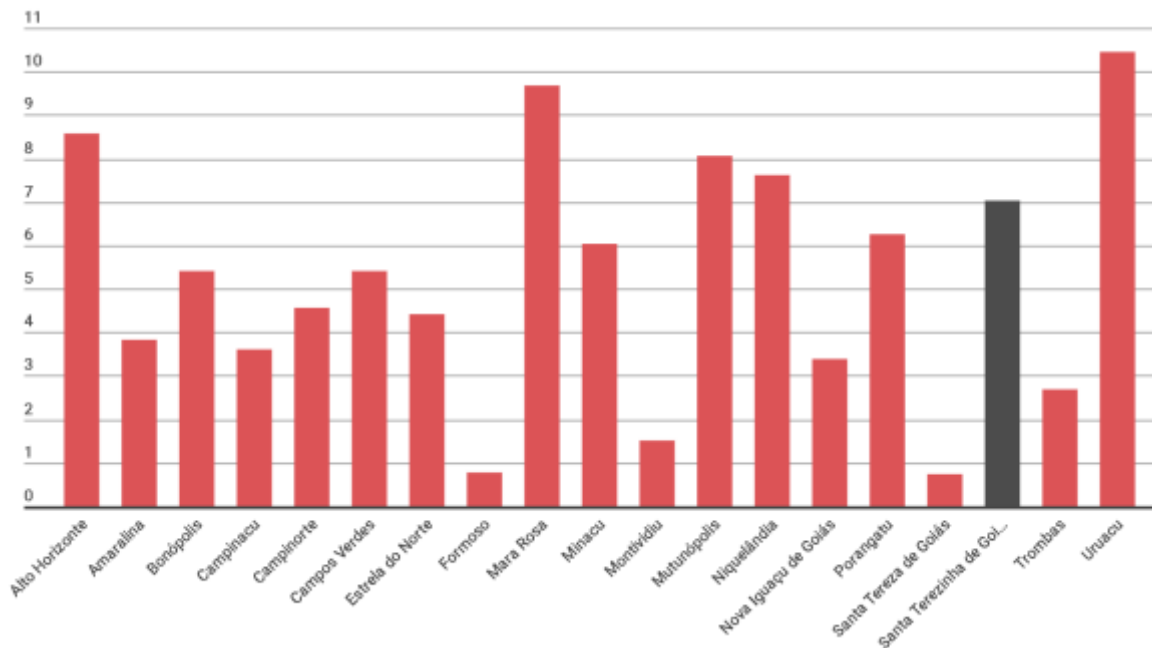
Gráfico 3: Taxa de Abandono na Macrorregião de Porangatu



Fonte: IPEA, 2016. Disponível em: <http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/6217/1/Desenvolvimento%20humano%20nas%20macrorregi%C3%B5es%20brasileiras.pdf>. Acesso em: 27/07/2020.

Quanto ao tema da reprovação, os municípios que mais apresentam dados de reprovação dos alunos são Uruaçu, Mara Rosa, Alto Horizonte e Mutunópolis. E, os municípios que apresentam menor índice de reprovação são: Formoso, Montividiu e Santa Tereza de Goiás.

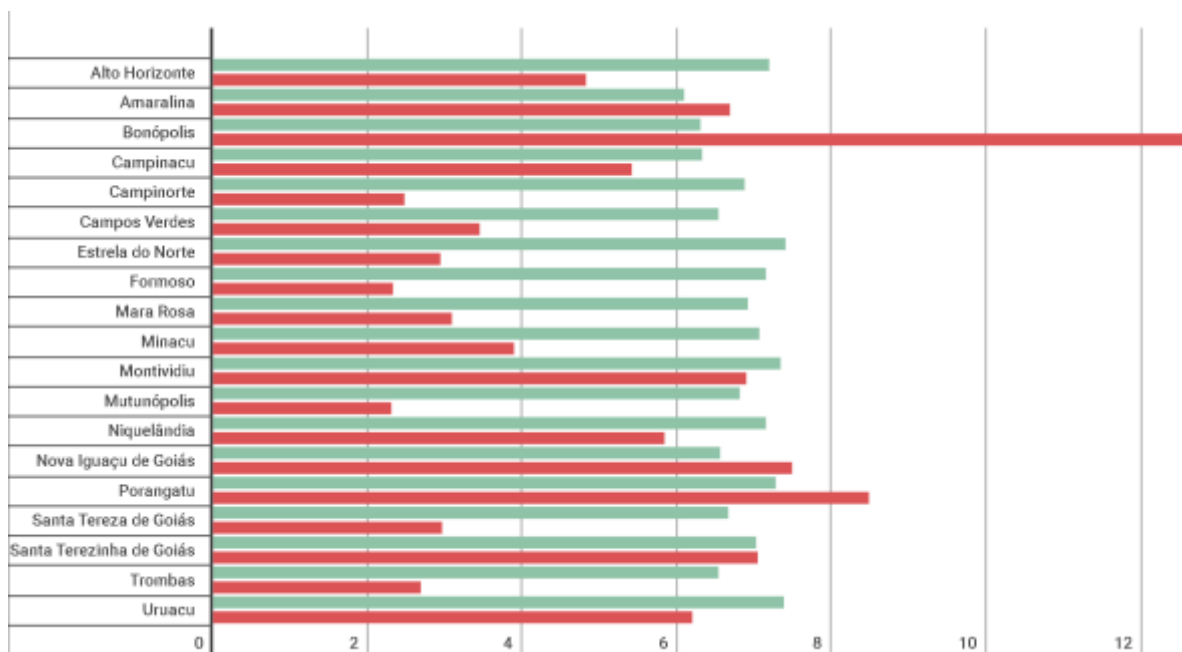
Gráfico 4: Dados de reprovação da Macrorregião de Porangatu



Fonte: IPEA, 2016. Disponível em: <http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/6217/1/Desenvolvimento%20humano%20nas%20macrorregi%C3%B5es%20brasileiras.pdf>. Acesso em: 27/07/2020.

Para a análise da relação entre IDMH e abandono (pois são os dados disponíveis), foi feito o gráfico a seguir. Destaca-se que para melhor visualização dos dados os dados de IDMH foram multiplicados por 10 para tentar verificar se há alguma indicação de quanto maior o IDMH, menor o índice de abandono. Assim, pode-se avaliar a seguir, em verde os dados IDMH e em vermelho os dados de abandono. Conforme citado anteriormente, Pacheco et al (2016) infere que quanto maior o IDMH, menores as possibilidades de abandono e evasão. No Gráfico 5 então, quanto maior a barra verde, mais chances de o abandono ser menor no município.

Gráfico 5: IDMH e Abandono Escolar



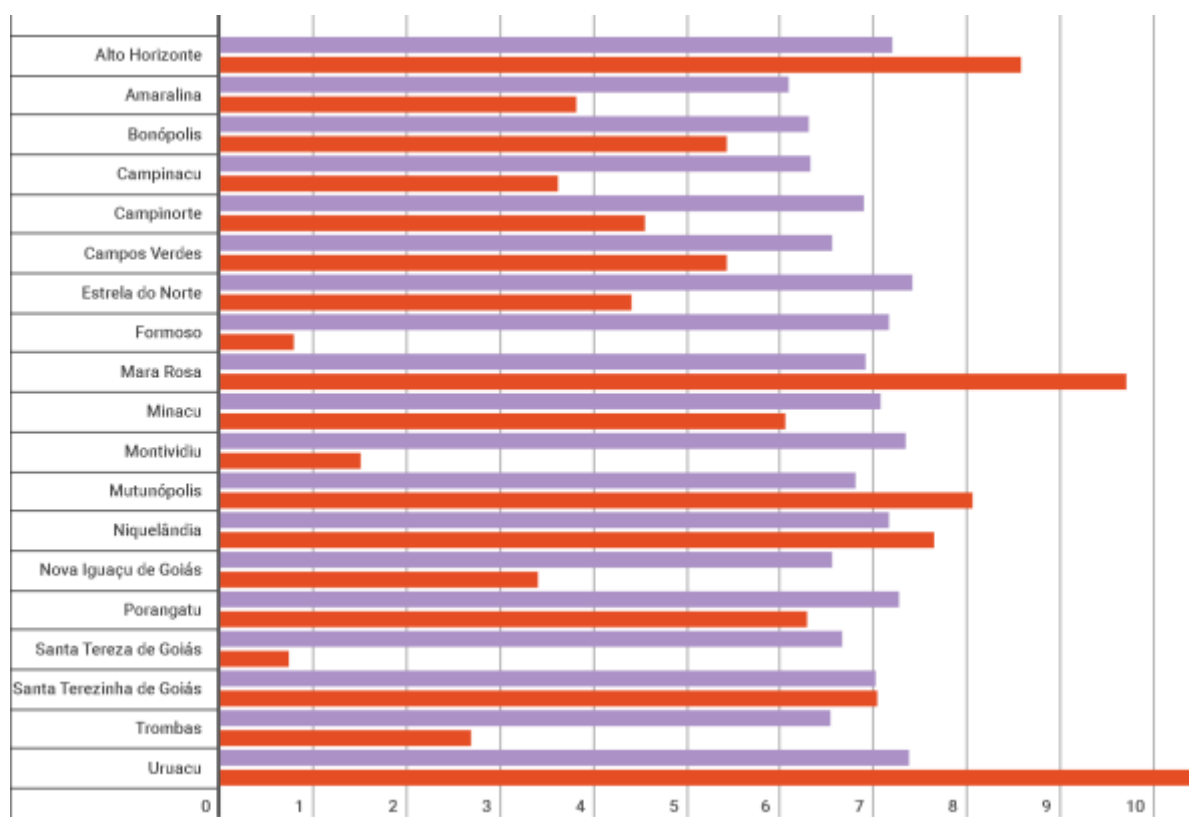
Fonte: Organização própria, 2020.

No entanto, como se pode perceber a situação da microrregião de Porangatu é bastante diversa, não sendo possível estabelecer relações diretas. Pois tanto há situações como sugerem os autores citados acima, como é o caso de Alto Horizonte que apresenta um IDMH relativamente alto, e um abandono baixo, mas aparecem casos como Porangatu com IDMH relativamente alto, e abandono bastante alto.

Para os dados de reprovação e comparação com IDMH ocorre a mesma falta de padronização dos resultados. Alto Horizonte que aparece com IDMH relativamente alto, e índice de reprovação alto (Gráfico 6).

No que diz respeito à Santa Terezinha de Goiás, este município apresenta alto índice de abandono em relação à sua microrregião, porém os dados comparativos apontam que a evasão é elevada em toda a região.

Gráfico 6: IDMH e Reprovação escolar na Microrregião de Porangatu.

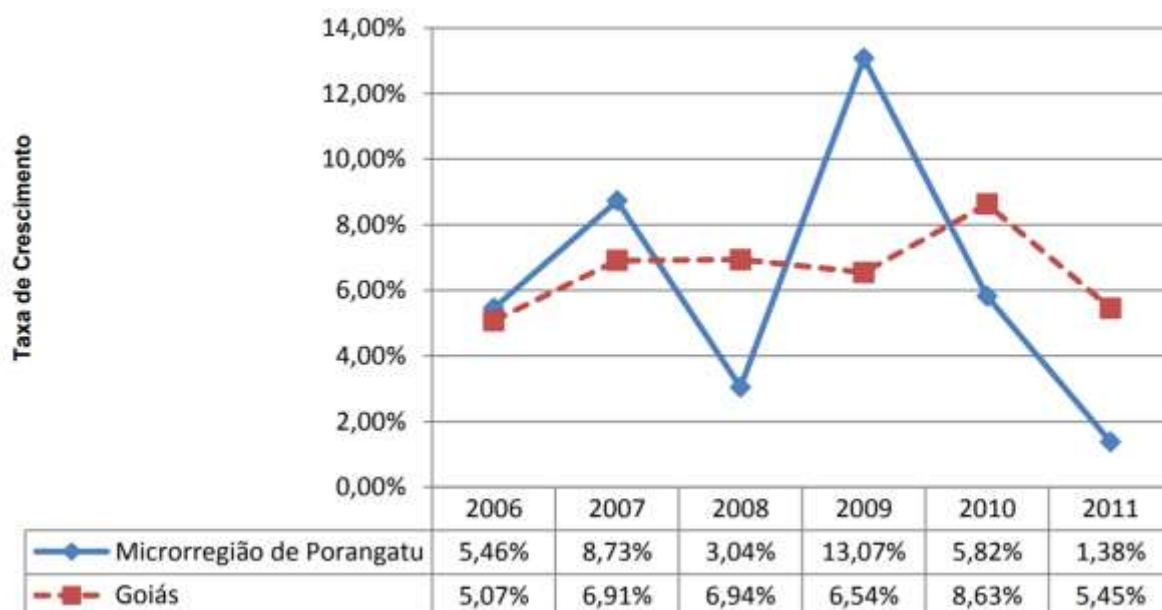


Fonte: IPEA, 2016. Disponível em: <http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/6217/1/Desenvolvimento%20humano%20nas%20macrorregi%C3%B5es%20brasileiras.pdf>. Acesso em: 27/07/2020.

Cabe destacar que os dados de alto índice de abandono e de reprovção, de acordo com pesquisas já realizadas, como as de Caetano (2005) sugerem que podem /prejudicar a competitividade das regiões e localidades, pois a baixa escolaridade impede que trabalhadores se tornem capazes de criar e replicar tecnologias e métodos de produção mais sofisticados, e reforça desigualdades socioeconômicas.

As Tabelas 3 e 4 a seguir expõe a situação socioeconômica da microrregião e permitem perceber que não se trata de uma região de prosperidade e crescimento econômico para o estado, e país.

Tabela 3: Taxa de Crescimento dos Empregos Formais em Goiás e na Microrregião de Porangatu – 2006 a 2011



Fonte: Elaborado pelo Observatório a partir de dados da RAIS/MTE. Disponível: https://www.ifg.edu.br/attachments/article/493/microrregiao_porangatu_1%20consolidacao.pdf Acesso: 14/07/2020.

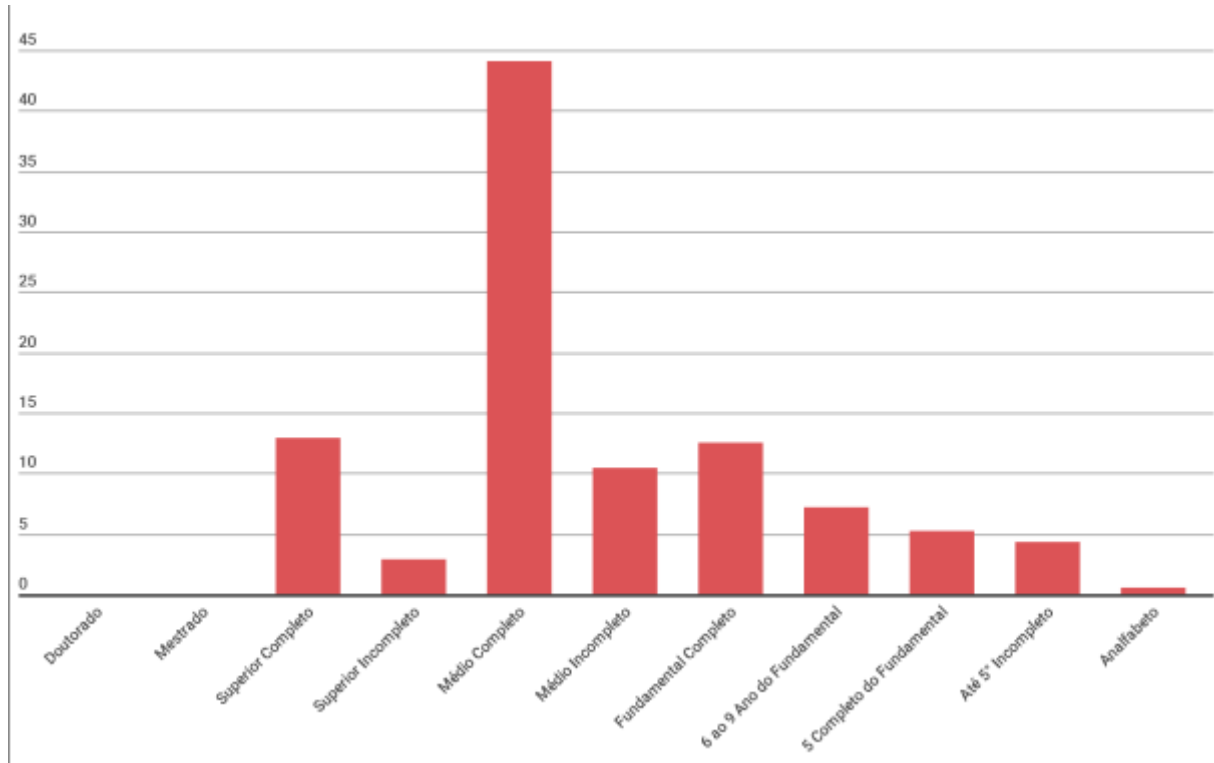
Tabela 4: Remuneração Média no Brasil, no Estado de Goiás e na Microrregião de Porangatu por Faixa Etária – 2011 (Salários Mínimos)

	15 a 17 anos	18 a 24 anos	25 a 29 anos	30 a 39 anos	40 a 49 anos	50 a 64 anos	65 anos ou mais	Média
Brasil	1,05	1,76	2,55	3,22	3,87	4,56	4,78	3,18
Goiás	0,92	1,62	2,28	2,75	3,24	3,83	4,21	2,69
Microrregião de Porangatu	0,99	1,55	2,18	2,47	2,72	2,74	2,12	2,35

Fonte: Elaborado pelo Observatório a partir de dados da RAIS/MTE. Disponível: https://www.ifg.edu.br/attachments/article/493/microrregiao_porangatu_1%20consolidacao.pdf Acesso: 14/07/2020.

De acordo com os dados do Gráfico 7 a seguir, pode-se observar que o percentual de estudantes que não completaram o EM e as séries anteriores representa quase 40% do total avaliado. Considera-se as séries anteriores pois impactam na continuidade dos estudos.

Gráfico 7: Trabalhadores na Microrregião de Porangatu por Escolaridade (2011)



Fonte: Elaborado pelo Observatório a partir de dados da RAIS/MTE. Disponível: https://www.ifg.edu.br/attachments/article/493/microrregiao_porangatu_1%20consolidacao.pdf
Acesso: 14/07/2020.

Assim, percebe-se que a microrregião está em situação socioeconômica adversa, com salários menores do que as demais regiões do país, decréscimo de empregos formais, baixa escolaridade para os postos disponíveis, altos índices de reprovação e índices de abandono preocupantes em alguns municípios.

Neste sentido, cabe avançar para compreender os fenômenos, e por isso mesmo, avaliar o município de Santa Terezinha se coloca como exercício para buscar apontamentos para políticas públicas e investimentos que tentem reverter o cenário apresentado.

Santa Terezinha de Goiás também aparece com alto índice de reprovação. Desta maneira, serão analisados mais especificamente os dados do município em questão.

4.3 Educação em Santa Terezinha de Goiás

Santa Terezinha de Goiás se apresenta como município com 95,8% dos jovens de 6 a 14 anos de idade inseridos no contexto escolar.

Os dados do IDEB representam uma nota 5,9 nos anos iniciais do Ensino Fundamental e 5,4 nos anos finais, ambos em escolas públicas. O Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) é o principal indicador da qualidade do ensino básico no Brasil. Em uma escala de 0 a 10, sintetiza dois conceitos, a aprovação escolar e o aprendizado em português e matemática.

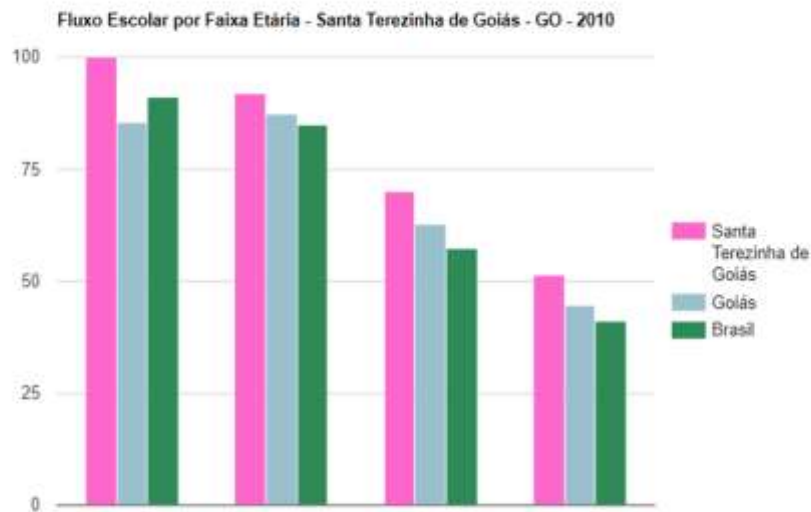
No município de Santa Terezinha, a proporção de crianças de 5 a 6 anos na escola é de 100% em 2010. No mesmo ano, a proporção de crianças de 11 a 13 anos frequentando os anos finais do ensino fundamental é de 91,92%. A proporção de jovens de 15 a 17 anos com ensino fundamental completo é de 69,97%. E a proporção de jovens de 18 a 20 anos com ensino médio completo é de 51,27%.

O município contava com três Escolas estaduais, porém com a reforma estadual realizada no ano de 2019 duas escolas foram doadas ao município, ficando apenas o Colégio Estadual Maria Lopes Martins. Conta ainda com duas Escolas particulares que são: Colégio Santa Marina, Educandário SRS LTDA e Amiguinhos do saber. Já o ensino superior é ofertado pela instituição Universidade Norte do Paraná (UNOPAR), no qual funciona a Faculdade Dinâmica, na modalidade EaD (Ensino à distância).

O Colégio Santa Maria possui, em média, 160 alunos distribuído em ensino Infantil e fundamental I e II. A Escola Amiguinhos do saber possui em média 82 alunos, distribuídos em ensino infantil, fundamental I e II (Censo, 2019).

O Gráfico 7 abaixo, apresenta o fluxo escolar por faixa etária no município de Santa Terezinha de Goiás em 2010, apresentando um fluxo maior no município em comparação com o estado e o país. Esse fluxo pode ser explicado pela taxa de vulnerabilidade social nessa faixa etária (Figura 5).

Gráfico 7: Fluxo Escolar por faixa etária – Santa Terezinha de Goiás, GO, 2010.



Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano.

Disponível em: <http://dados.gov.br/dataset/atlasbrasil>. Acesso em: 27/07/2020.

Figura 5 – Taxa de Escolarização e IDEB do Município de Santa Terezinha de Goiás

Vulnerabilidade social

Vulnerabilidade Social - Município - Santa Terezinha de Goiás - GO

Crianças e Jovens	1991	2000	2010
Mortalidade infantil	33,31	30,80	13,80
% de crianças de 0 a 5 anos fora da escola	-	82,03	67,00
% de crianças de 5 a 14 fora da escola	19,68	5,00	4,20
% de pessoas de 15 a 24 anos que não estudam, não trabalham e são vulneráveis, na população dessa faixa	-	19,24	14,79
% de mulheres de 10 a 17 anos que tiveram filhos	5,23	5,14	1,59
Taxa de atividade - 10 a 14 anos	-	18,82	9,06
Família			
% de mães chefes de família sem fundamental e com filho menor, no total de mães chefes de família	22,75	17,02	11,19
% de vulneráveis e dependentes de idosos	3,36	3,74	4,01
% de crianças extremamente pobres	24,65	20,44	12,00
Trabalho e Renda			
% de vulneráveis à pobreza	62,61	72,16	43,93
% de pessoas de 18 anos ou mais sem fundamental completo e em ocupação informal	-	67,39	50,89
Condição de Moradia			
% da população em domicílios com banheiro e água encanada	52,20	69,34	94,40

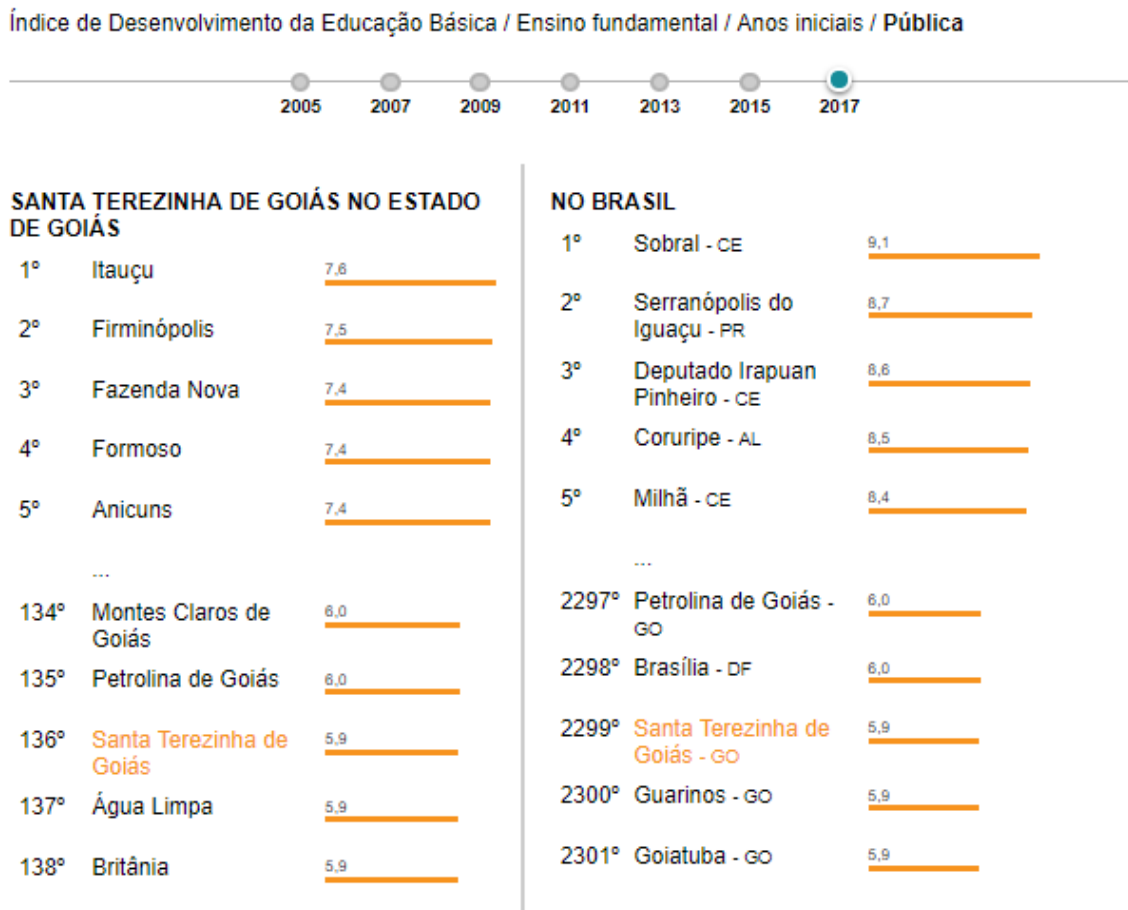
Fonte: PNLD, Ipea e FJP

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano

Disponível em: <http://dados.gov.br/dataset/atlasbrasil>. Acesso em: 27/07/2020.

A Figura 6 mostra a evolução do IDEB no município de Santa Terezinha de Goiás

Figura 6 - IDEB no município de Santa Terezinha de Goiás

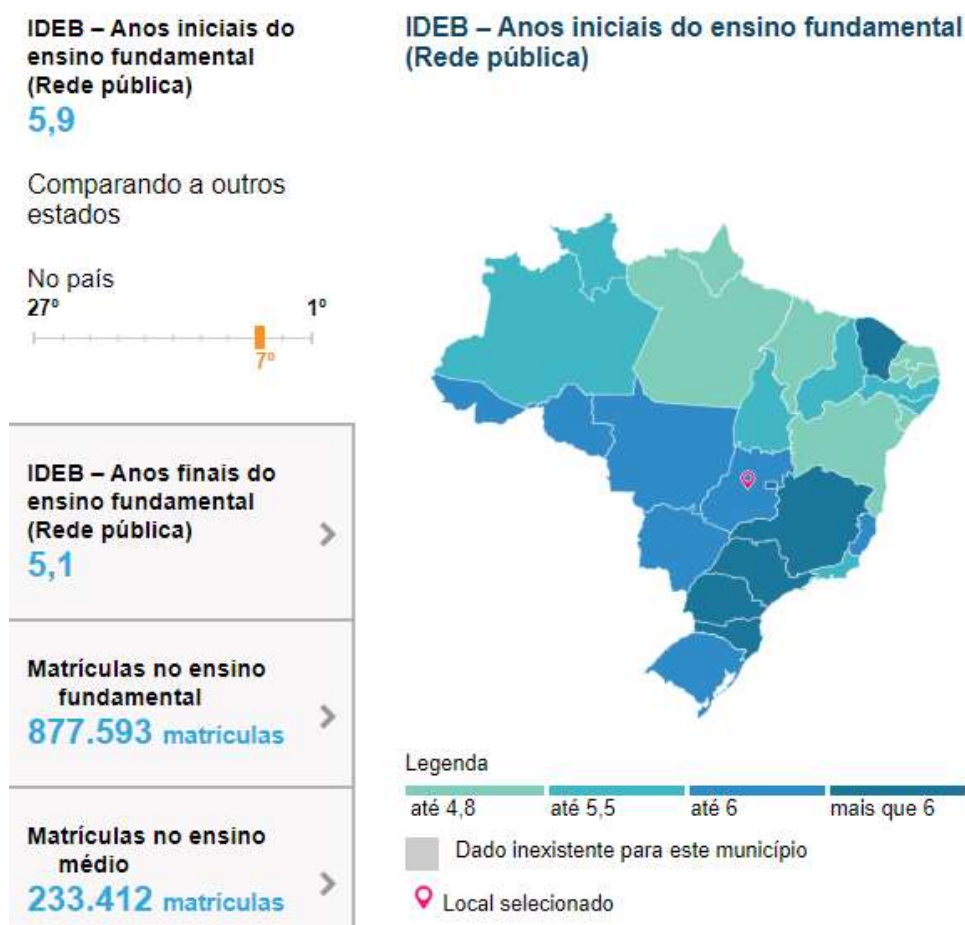


Fonte: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/go/santa-terezinha-de-goias/pesquisa/40/30277?tipo=ranking>. Acesso em 22/07/2020.

Dados comparativos remetem aos índices de desenvolvimento da educação básica IDEB e a colocação do estado de Goiás e da Cidade de Santa Terezinha de Goiás.

Considerando que o IDEB leva em consideração o rendimento escolar (taxa de aprovação/reprovação e a evasão escolar, podemos observar a posição do Estado de Goiás conforme Figura 7.

Figura 7: IDEB Anos Iniciais e Finais em Goiás

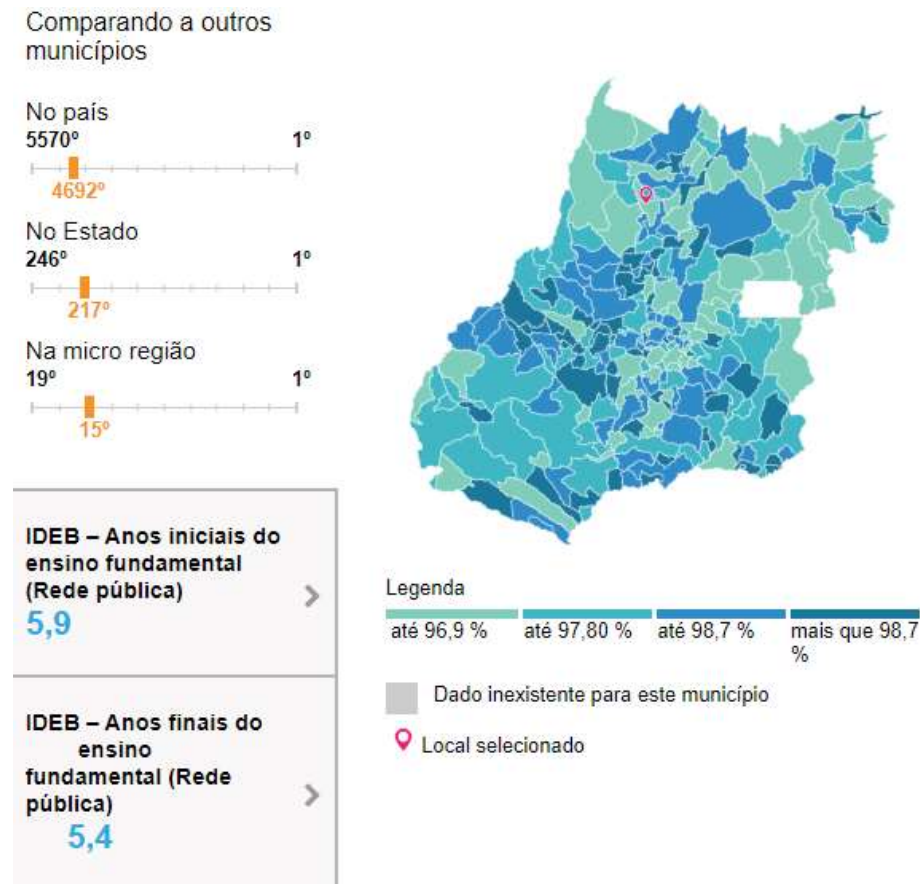


Fonte: IBGE, Disponível: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/go/panorama>. Acesso em: 13/07/2020.

Observa-se na Figura 7 que Goiás ocupa uma posição intermediária a boa em comparação com outros estados, quanto à nota do IDEB. Porém, segundo a meta 7 do Plano Nacional da Educação (PNE) para 2021, é atingir a nota 6,0.

Consoante à realidade nacional, a cidade de Santa Terezinha de Goiás apresenta resultados inferiores como pode ser observado na Figura 8 abaixo.

Figura 8: Dados IDEB de Santa Terezinha de Goiás



Fonte: IBGE, Disponível: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/go/panorama>. Acesso em: 13/07/2020.

Para os dados apresentados, Santa Terezinha de Goiás ocupa uma posição inferior quando comparada à sua microrregião, apresentando deficiências nos parâmetros de reprovação e evasão conforme metas do IDEB. Segundo o Gráfico 1 abaixo, pode-se notar a escolaridade dos trabalhadores da microrregião de Porangatu onde Santa Terezinha está inserida, onde apresenta a realidade da região com 40,13% de trabalhadores com escolaridade inferior ao ensino médio.

Quanto ao Ensino a nota alcançada por Goiás foi 4,3, superando a projeção do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Inep), que era 4,2, porém alguns dados demonstram que o Ensino Médio, em Goiás, enfrenta dificuldades para avançar em relação às matrículas; segundo a Secretaria de Educação, mesmo que os resultados do IDEB indiquem um bom posicionamento em relação aos demais estados brasileiros, esse enfrenta o chamado efeito funil, pois tal situação significa a diminuição dos alunos ao longo do percurso estudantil no Ensino Médio.

Foi detectada uma diminuição aproximada de 24% 04 de matrículas dos alunos na passagem do primeiro para o segundo ano dessa etapa e de 14,6% de redução na passagem do segundo ano para o terceiro ano.

O município contava com três Escolas estaduais, porém com a reforma estadual realizada no ano de 2019 duas escolas foram doadas ao município, ficando apenas o Colégio Estadual Maria Lopes Martins

Conta ainda com três Escolas particulares que são: Colégio Santa Marina, Educandário SRS LTDA e AMIGUINHOS DO SABER, e uma Instituição de Ensino Superior com polo da Universidade Norte do Paraná (UNOPAR), no qual funciona a Faculdade Dinâmica, na modalidade EaD.

Os demais acadêmicos dirigem-se, por meio de transporte particular ou público subsidiado pela prefeitura local, para outras cidades como Crixás, Ceres e Rubiataba para cursarem o ensino superior na modalidade presencial.

4.4 Ensino Médio, evasão e abandono na Educação Estadual em Santa Terezinha de Goiás

Há duas escolas de ensino médio em Santa Terezinha de Goiás. O Colégio Estadual Maria Lopes Martins (265 alunos), e o Colégio Estadual São Geraldo (240 alunos).

No ensino Médio das escolas públicas, os alunos, em sua maioria, são oriundos das classes populares, e ficou evidenciado que as escolas públicas têm evasão maior, o que inviabiliza a continuidade dos estudos, fato esse que priva o aluno, dessa faixa etária, de ter mais chances de cursar o Ensino Superior ou de se inserir no mercado de trabalho.

Segundo o mesmo autor, as causas da evasão são concebidas como algo fora do contexto escolar, inclusive inerentes aos próprios alunos. Nesse sentido, constatou-se que a aparência mais esconde que revela a essência. O problema social vem carregado de influências e determinantes, visto que a tarefa é descobrir as manifestações que estão por detrás dos fatos. Assim, analisa-se o universo escolar em interface com o contexto social, econômico e político, defendendo-se a tese de que os fatores que contribuíram para a evasão escolar nessa etapa de ensino possuem uma estreita ligação entre o universo escolar e o contexto social, econômico e político. Defende-se, também, que não existe uma política pública educacional

específica externa ou interna à escola para garantir e incentivar a permanência desses alunos à escola.

Para compreender a complexidade e a natureza multiforme da evasão escolar, é preciso, primeiro entender que a evasão escolar não pode ser investigada isoladamente, fora do contexto socioeconômico, histórico e político, portanto, ao se refletir sobre a complexidade da evasão, perguntou-se: quais fatores contribuíram para a evasão escolar no Ensino Médio regular, nas escolas públicas estaduais de Santa Terezinha de Goiás?

Para responder esta pergunta realizada no início da pesquisa foi realizada a aplicação dos questionários.

No dia combinado apareceram 16 alunos. Foram esclarecidos sobre o questionário e sobre a entrevista prevista para fazer com eles. Foi esclarecida a importância da contribuição de cada um para a compreensão a respeito da evasão escolar. Após todos os esclarecimentos, foi entregue o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido e com todos assinados foi iniciado a pesquisa, primeiro com o questionário e posteriormente com as entrevistas.

Os jovens responderam os questionários, porém durante a entrevista verificou-se que alguns ficaram tímidos e foi necessário estimular e mostrar o quanto essa pesquisa é importante para compreender o fenômeno da evasão, foram orientados para que pudessem falar o motivo da desistência de cada um e uns 3, mesmo assim, saíram na hora da entrevista, mas antes da filmagem cada um expôs o verdadeiro motivo do abandono da escola.

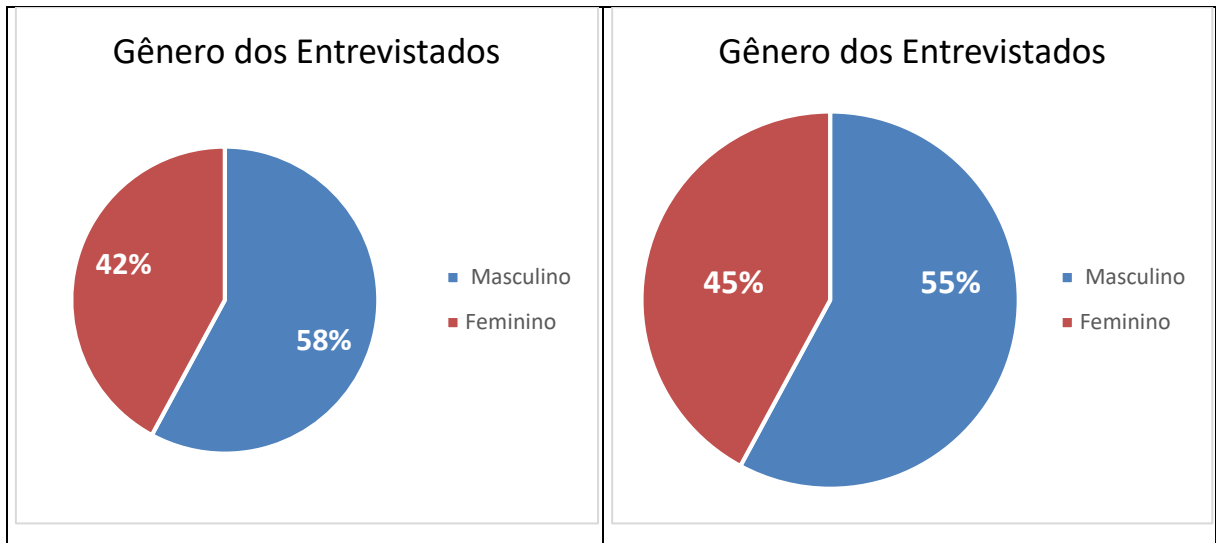
A seguir serão apresentados os resultados da pesquisa realizada com a aplicação do questionário no Colégio Estadual Maria Lopes e São Geraldo.

O primeiro questionamento foi sobre o consentimento para a participação na pesquisados, onde todos aceitaram responder de forma livre e os dados pessoais foram preservados, totalizando 35 alunos: 19 alunos que frequentaram o Colégio Estadual São Geraldo e 16 alunos que frequentaram o Colégio Estadual Maria Lopes.

A pesquisa também contemplou o questionamento quanto ao gênero dos entrevistados conforme o Gráfico 9 a seguir.

Gráfico 9: Identificação de gênero dos entrevistados

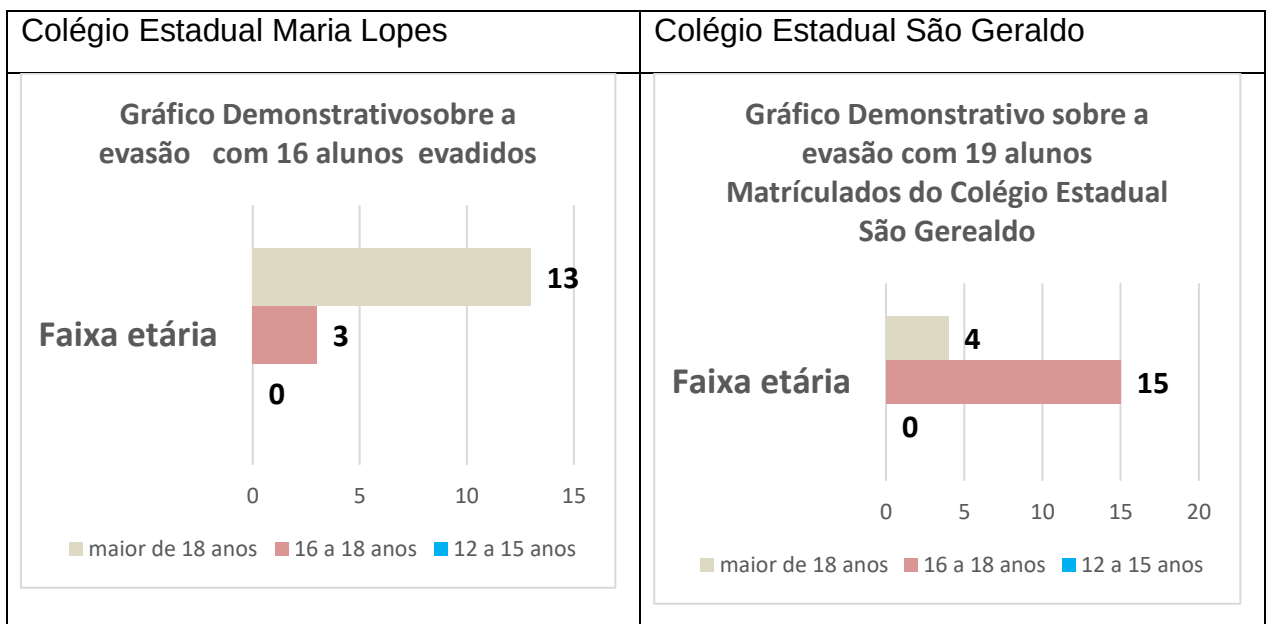
Colégio Estadual Maria Lopes	Colégio Estadual São Geraldo
------------------------------	------------------------------



Fonte: Autoral 2019.

O percentual de cada gênero foi o mesmo nas duas amostras em cada colégio. Caracterizando essas informações com os dados do Pnad/ IBGE no Gráfico 6 a seguir, interpretando o Gráfico 10, que indicam as condições dos trabalhadores da microrregião de Porangatu, a realidade dos entrevistados masculinos interpretam esses resultados quando se trata de pessoas de baixa renda e escolaridade que deixaram os estudos para entrar no mercado de trabalho.

Gráfico 10: Faixa etária dos entrevistados



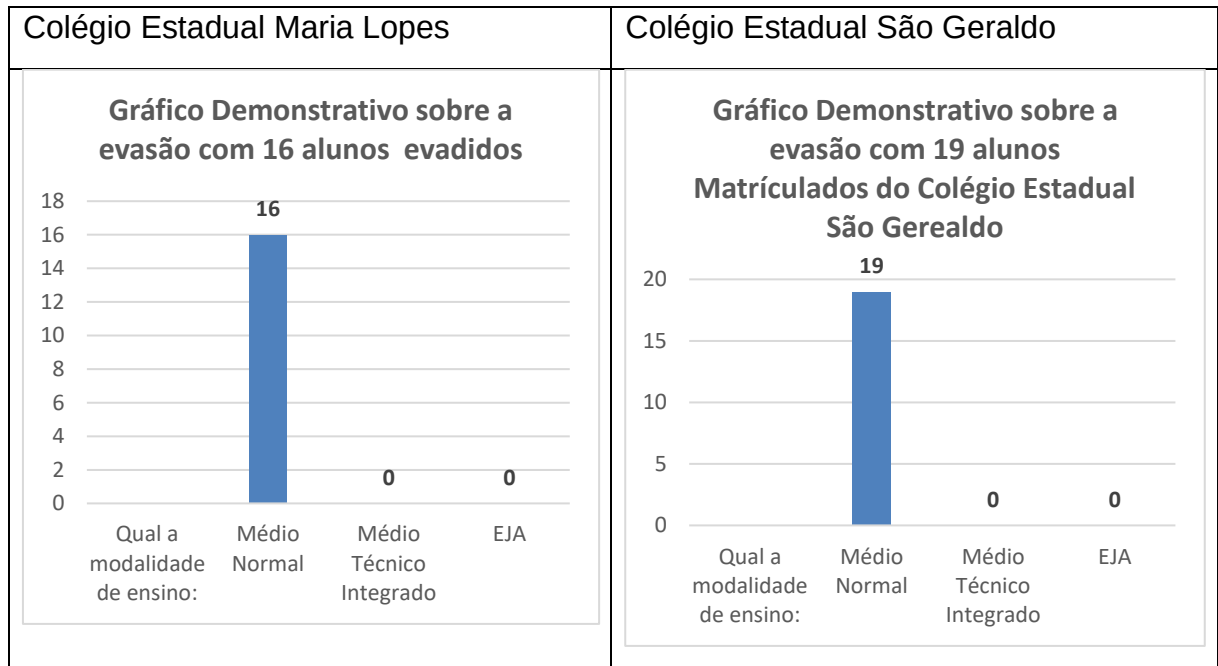
Fonte: Autoral, 2019.

O Gráfico 10 mostra que dos 16 participantes da pesquisa, do Colégio Maria Lopes, treze estão na faixa etária com maior de 18 anos. Já dos 19 participantes do Colégio Estadual São Geraldo 15 participantes estão na faixa etária de 16 a 18 e 4 estão com a faixa etária acima de 18 anos. Para Honda (2006), não ter a idade esperada para a série causa desvantagens aos estudantes, como, por exemplo, afeta a qualidade do aprendizado e compromete a autoestima. Para identificar os grupos mais vulneráveis à evasão precoce, portanto, faz sentido excluir da análise aqueles que já completaram o ensino médio. Ao fazer isso, é possível identificar que da população total (dentro ou fora da escola) de homens de 15 a 17 anos, por exemplo, 14% não estudavam e não haviam completado o Ensino Médio. Entre mulheres, a proporção é de 12% conforme dados do Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (Pnad)/IBGE.

A esse respeito os Dados da Pnad, mostram que em 2018, 11,8% dos jovens nesta faixa etária estavam fora da escola, o equivalente a 1,1 milhão de pessoas, apesar de o PNE de 2014, ter estabelecido a meta de universalizar o atendimento à população de 15 a 17 anos até 2016. A pesquisa mostra também que a taxa de frequência escolar para alunos no grupo etário aumentou um ponto percentual em relação aos dois anos anteriores, passando para 88,2% em 2018, ou um total de 8,6 milhões de jovens de 15 a 17 anos. Shirasu e Arraes (2015), utilizando um modelo logístico multinível para as escolas públicas do Ceará no período 2009 a 2011, analisaram a evasão e a repetência escolar no ensino médio. Os resultados indicam que as maiores chances de abandono ocorrem em virtude da repetência persistente, do desinteresse pelos estudos e do elevado atraso escolar. Outro fator que eleva o risco de o aluno evadir, conforme Pnad, é a participação no mercado de trabalho, que é mais alta entre os homens de 15 a 17 fora da escola sem Ensino Médio completo: quase dois terços deles trabalham ou estão procurando emprego

Já o Gráfico 11 questiona o tipo de ensino médio, se médio normal, se técnico ou se Educação de Jovens e Adultos (EJA).

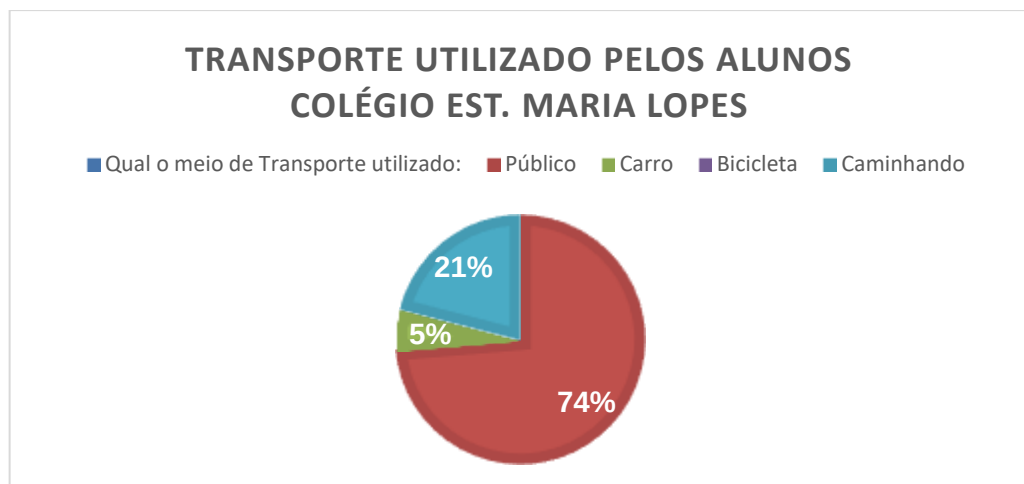
Gráfico 11: Característica da modalidade de ensino

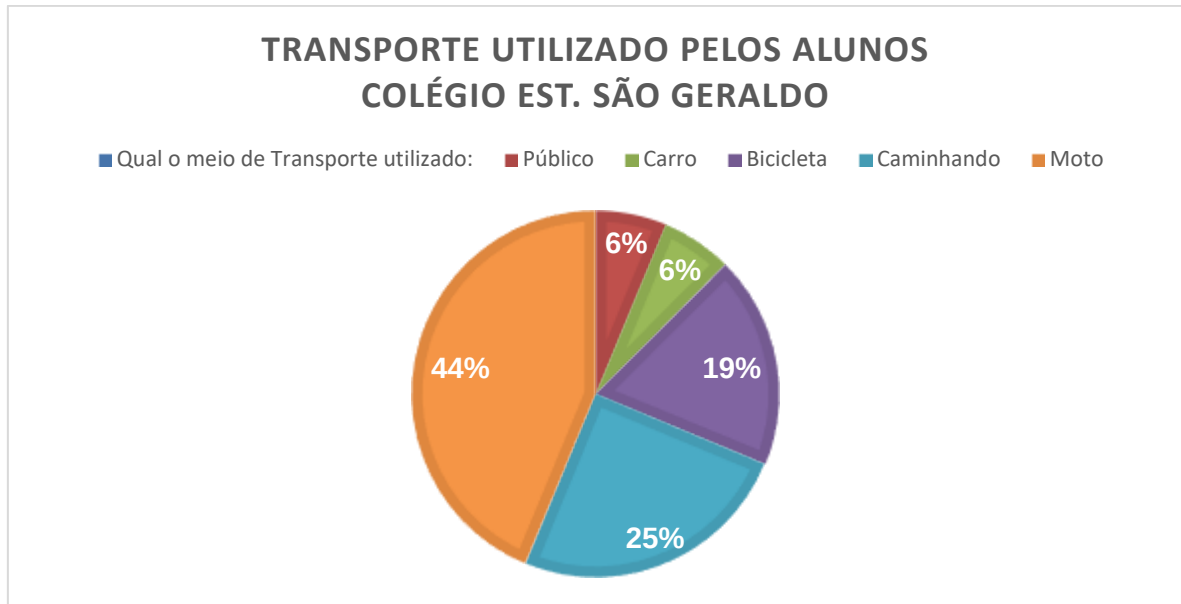


Fonte: Autoral, 2019.

O Gráfico 12 abaixo apresenta a maneira que os alunos evadidos, se deslocavam até os Colégios. Segundos dados do Inep/MEC em 2003, realizado com em 218 municípios de 19 estados, aponta a dificuldade do transporte escolar como uma das principais causas da evasão escolar.

Gráfico 12: Transporte utilizado para se chegar à escola





Fonte: Autoral: 2019.

A Constituição Federal, no art. 208 diz que é dever do estado o “atendimento ao educando, em todas as etapas da educação básica, por meio de programas suplementares de material didático-escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde”. No que se trata do transporte, o MEC criou, em 2007, o programa Caminho da Escola, com o objetivo de renovar a frota de veículos escolares das redes municipal e estadual de educação básica na zona rural. Mesmo assim, os valores apresentados no colégio São Geraldo de 74% que dependem de transporte público são relevantes. O apoio de políticas públicas de apoio do município com o transporte escolar gratuito, poderia minimizar os custos com transporte, além de evitar condições de segurança que eventualmente pode ocorrer no turno noturno. Nesse caso, é necessário um acordo entre Prefeitura e Estado, criando projetos para solicitar ao MEC os veículos adotados no projeto Caminhos da escola, ou mesmo remanejar esses veículos de acordo com a demanda nas cidades vizinhas.

Já o Quadro 5 a seguir, leva em consideração as demandas locais associadas às condições do município. A cada ano, um grande número de alunos menores de idade abandona os estudos. Segundo o Censo Escolar de 2018, divulgado pelo Instituto Inep, as matrículas na Educação Básica caíram 1,3 milhão em 4 anos. Segundo o mesmo instituto, pobreza e situação econômica desfavorável, necessidade de ir cedo para o mercado de trabalho, distância da escola e pouco investimento em tecnologia, são fatores que contribuem para a evasão escolar. Esse último, refere-se

à monotonia do sistema de ensino. Seguindo os indicadores adotados no referencial teórico, 10 itens foram contemplados pelos entrevistados dos dois colégios estaduais onde cada entrevistado teve a liberdade de assinalar mais de uma resposta. No total, 81 itens foram selecionados pelos 35 entrevistados dos dois colégios.

Quadro 5: Motivos que levaram a evasão

Motivo da Evasão	Percentual
1. Falta de Motivação e interesse	23,43%
2. Dificuldades de conciliar com o trabalho	16,04%
3. Falta de apoio dos pais e familiares	12,51%
4. Gravidez na adolescência	12,45%
5. Dificuldades financeiras	11,10%
6. Mora longe da escola	6,17%
7. Renda insuficiente para manter os estudos	5,30%
8. Falta de meio de transporte	5,00%
9. Problemas com Bullying	5,00%
10. Problemas familiares	3,00%
Total de respostas	81

Fonte: Autoral, 2020.

Os itens avaliados no Quadro 3, destaca-se a falta de motivação com o motivo mais apontado pelos estudantes. NOVELLI (1997) afirma que a sala de aula é um espaço que está sujeito aos efeitos das tecnologias digitais. Através das tecnologias aplicadas no processo de ensino e aprendizagem o estudante tem acesso a pesquisas, eventos, publicações, debates, entre outras atividades que vêm sendo produzidas no mundo contribuindo com as reflexões sobre os processos de mudanças que estão ocorrendo com a forma de estruturação, organização e de produção do espaço da sala de aula.

O ensino no turno noturno precisa de mudanças para se tornar mais dinâmico, pois, tomando como exemplo a realidade dos entrevistados, é de pessoas que trabalham durante o dia e precisam de metodologias ativas para minimizar o cansaço e a falta de aplicação prática dos conteúdos ministrados. Queiroz (1998), apresenta um estudo sobre a evasão escolar dos alunos dos cursos noturnos e aponta que a evasão acontece devido a esses alunos serem obrigados a trabalhar para o sustento

da própria família, exaustos com a maratona diária e desmotivados pela baixa qualidade do ensino, muitos adolescentes desistem dos estudos sem completar o curso secundário. Dentre as políticas públicas que poderiam ser criadas para motivar esses estudantes seria o ensino misto, com um percentual de aulas ou atividades não presenciais, acompanhadas por um orientador ou tutor. Niskier (2000), aponta que é significativo que o tutor assuma nas atividades não presenciais as funções de comentar os trabalhos realizados pelos estudantes; responder aos questionamentos dos estudantes sobre a instituição e o conteúdo; auxiliar no planejamento de seu trabalho; organizar grupos de estudo; fornece instruções; supervisionar trabalhos práticos; atualizar informações sobre o progresso dos alunos e servir de intermediário entre a instituição e os estudantes.

A falta de apoio da família e dificuldades financeiras foram outros dois itens bem destacados pelos estudantes. Conforme Carvalho (1984), as razões da existência dos cursos noturnos, bem como de seu funcionamento, precisam ser procuradas fora da escola, já que o trabalho dos estudantes e sua escolarização à noite fazem parte da presente trajetória de vida da família das classes trabalhadoras. É necessário avaliar simultaneamente como o fator de gravidez na adolescência, pois são situações que, mutuamente, contribuem para a evasão escolar. De acordo com Ferreira (2009), em uma escola pública, identificou que a dedicação total que exige um bebê leva muitas adolescentes a deixarem a escola, ou seja, ocorre a evasão escolar como consequência de uma gravidez, muitas não se sentem à vontade e motivadas a continuar os estudos. Embora existam leis e respaldos legais que garantam o direito à amamentação, ainda há ineficiência da escola em relação a esse novo ritmo de vida da adolescente, ressaltando ainda que falta estruturas físicas para auxiliar essas mães na escola. A dificuldade financeira torna o ensino em segundo plano, sendo assim, a efetiva aplicação de políticas de inclusão como o Bolsa Família, poderia viabilizar a continuidade do ensino e adiar a entrada do mercado de trabalho com uma melhor qualificação.

O IDEB avalia o comprometimento da família e sua participação na vida do estudante e essa interação. Para Fernandes (2013), a integração da família a vida escolar do aluno pode evitar a evasão escolar. A escola precisa desenvolver estratégias que estreitem a relação com a família procurando saber as dificuldades do aluno em permanecer nos estudos. Em muitos casos, a própria família não vê alternativa a não ser a interrupção dos estudos. Com diálogo e ações políticas, a

escola pode contribuir para buscar soluções. Para isso, o acompanhamento da frequência dos estudantes semanalmente é de grande importância para reduzir os índices de evasão desde que a escola assuma o papel de resgatar e incluir medidas didáticas que motivem e criem alternativas de recuperação e acolhimento desses casos.

Assim percebeu-se que o referido estudo do Insper (2018) apontou 3 principais itens para evasão ou abandono, e os três itens apareceram nas respostas dos jovens de Santa Terezinha de Goiás, e com grande impacto apareceu em primeiro lugar a desmotivação, e os demais itens, ligados à estrutura e acesso quando somados também apresentam o cenário de grande dificuldade de oportunidades para famílias e, conseqüentemente para os jovens.

CONCLUSÃO

Pensar no papel social desempenhado pela educação na sociedade brasileira, mais especificamente, sob a ótica da evasão no ensino médio, é imprescindível em função dos dados apresentados de evasão nessa etapa da educação básica. Dos 3,6 milhões que se matriculam no ensino médio, apenas 1,8 milhão concluem esse grau. A taxa de evasão é de 13,3% no ensino médio contra 6,7%, de 5ª a 8ª série, e 3,2%, de 1ª a 4ª série.

Este trabalho buscou realizar um diagnóstico da evasão nas escolas de Ensino Médio em Santa Terezinha de Goiás, as possíveis causas que levam os jovens a evadirem e propor subsídios para Políticas Públicas. Para isso foram realizados levantamentos teóricos, conceituais e de dados sobre a Educação, especialmente Educação para o Ensino Médio, foram realizados levantamento de matriculados no ensino médio e, dos desafios existentes que culminam em evasão.

Para tratar das questões teóricas conceituais, no primeiro capítulo foram utilizados autores como Queiroz (2011), Digiácomo (2005), Arroyo (1997), Fernandes (2005), Menezes (2011), Dias (2013), Souza (2011), Klein (2008), Patto (1997), Marun (2008), Abramovay e Castro (2003) dentre outros, tem pesquisado sobre a evasão escolar, com o objetivo de encontrar meios de diminuir tal problema.

Entende-se que as políticas públicas são ações que visam dar oportunidade ao educando de continuar seus estudos na idade certa. Para comprovar este fato, foi levantado um estudo bibliográfico de fontes fidedignas que comprovam a importância destas políticas para combater a evasão escolar.

Nesse âmbito, as relações de poder e de classe que permearam a história brasileira e que impactaram a educação tem como pano de fundo o modo de regulação taylorista-fordista que influenciou tanto o plano social, educacional quanto o tecnológico, pois mesmo que a sociedade atual esteja em pleno desenvolvimento tecnológico, a globalização estimula e impulsiona a competitividade, fato que consolida relações sociais voltadas para a desigualdade. Na educação, cita-se como exemplo dessa competitividade, o fato de que o aluno da classe dominante, que tem oportunidade e acesso a tecnologias avançadas, estará sempre à frente do aluno que estuda em escola pública onde o acesso à tecnologia é precário e limitado.

Os estudos deste capítulo demonstraram que ocorreram avanços na legislação e nas políticas educacionais voltadas para o Ensino Médio, ao longo das décadas,

porém mesmo com esses avanços, a universalização do acesso a essa etapa, com qualidade que a sociedade brasileira precisa, ainda não se concretizou.

No segundo capítulo foi apresentada a discussão sobre o tema da Evasão ou Abandono que ocorrem com grande impacto no Ensino Médio, e foi apresentado o cenário dos principais desafios do Ensino Médio em Goiás, especialmente no que diz respeito ao abandono e a evasão.

A seguir foi apresentada a metodologia para abordar o objeto de estudo. Definiu-se esta como uma pesquisa bibliográfica, documental e de campo, com uma abordagem qualitativa. Foram realizados levantamento teórico conceitual, levantamento de dados e aplicados questionários com jovens para buscar compreender razões que os levam à evasão. Apresentou-se a opção por fazer uma análise regional, especialmente da microrregião de Porangatu para posteriormente avançar para um município. Um dos fatores principais para essa análise regional foi o fato de existirem trabalhos que atentam para uma relação de proximidade entre índices de IDMH e abandono e evasão. Foi percebido que na microrregião em questão, não se podem fazer análises de correlação direta, pois alguns municípios de fato apresentam índice mais alto de IDMH, e menor de abandono. No entanto, há casos de índices maiores de IDMH e também índices altos de abandono ou reprovação.

Por fim foram apresentados os principais resultados com apresentação do município dos dois Colégios, São Geraldo e Maria Lopes. Diante dos resultados, é necessário avançar em estudos que tratam de políticas voltadas para a realidade de cada microrregião. Assim, direcionando mecanismos que combatem os problemas de evasão escolar em conjunto com os programas sociais, é possível minimizar as desigualdades regionais para atingir as metas mínimas para o setor, contribuindo para incentivar os estudantes a concluir seus estudos.

As secretarias de educação municipais precisam atender às ações, auxiliando os repasses das demandas ao estado, e criando programas de bolsas nas unidades escolares da rede particular, para garantir vagas para crianças da pré-escola, possibilitando que as mães tenham apoio para concluir seus estudos e entrar no mercado de trabalho. Essa proposta pode garantir o funcionamento das escolas particulares, e atender às demandas de falta de vagas nos CMEIS (centros municipais de educação infantil).

Sugestões para trabalhos futuros:

- Avaliar as condições dos CMEIS de Santa Terezinha de Goiás quanto ao número de vagas e disponibilidade oferta x procura.

- Apresentar um estudo de centralidades para definir o deslocamento dos alunos para outras cidades bem como deslocamento para o trabalho. Como os trabalhadores residentes de Santa Terezinha de Goiás são absorvidos pelo mercado de trabalho e qual a necessidade de mão de obra mais escassa.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARAÚJO, P. P. P. **Inserção no mercado de trabalho: um estudo para conhecer a colocação profissional do egresso do curso de Administração da Faculdade Católica Santa Teresinha entre 2011 e 2013.** CAICÓ–RN: Faculdade Católica Santa Teresinha, 2013.

ATLAS DO DESENVOLVIMENTO HUMANO. Disponível em: <http://atlasbrasil.org.br/2013/>. Acesso 18/07/2020.

ARAÚJO, R. M. L. FILHO, R. B. S. **Evasão e abandono escolar na educação básica no Brasil: fatores, causas e possíveis consequências.** Disponível: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/revistapsico/ojs/index.php/porescrito/article/view/24527>. Acesso: 10/07/2020.

AZEVEDO, F. V. M. de. **Causas e consequências da evasão escolar no ensino de jovens e adultos na escola municipal “Expedito Alves” - 2013.** Disponível em: http://webserver.falnatal.com.br/revista_nova/a4_v2. Acesso: 05/10/2019.

AZEVEDO, J. C.; REIS, J. T. - **Reestruturação do ensino médio: pressupostos teóricos e desafios da prática.** — 1ª. ed. — São Paulo: fundação Santillana, 2013.

BATISTA, S. D.; SOUZA, A. M.; OLIVEIRA, J. M da S. **A Evasão escolar no ensino médio: um estudo de caso.** Revista Profissão Docente, Uberaba, v.9, n.19, 2009.

BORBA, H. A. **Políticas públicas nacionais para o Ensino Médio no Brasil (1996/2009): avanços e retrocessos na luta pelo direito à educação na era da cidadania.** Dissertação de Mestrado. Universidade Católica de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2011.

BRASIL. Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na modalidade da Educação de Jovens e Adultos. Documento Base, Brasília: agosto de 2007.

BRASIL. Programa de Melhoria e Expansão do Ensino Médio Projeto Escola Jovem Síntese. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Média e Tecnológica. Fevereiro, 2000.

BRASIL. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Nota técnica: Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – Ideb. Disponível em: <http://ideb.inep.gov.br/Files/Site/Download/>. Acesso: 12/07/2020.

BOGDAN, Roberto C.; BIKLEN, Sari Knopp. **Investigação qualitativa em educação.** Tradução Maria João Alvarez, Sara Bahia dos Santos e Telmo Mourinho Baptista. Porto: Porto Editora, 1994.

BRIDGELAND, J.M., DILULIO JR., J.J, MORISON, K. B. **The Silent Epidemic: Perspectives of High School Dropouts.** Civic Enterpresis Reports in Association

with **Peter D.** Hart Research Associates for the Bill & Melinda Gates Foundation, March 2006.

CAETANO, Lucília. **Abandono Escolar: Repercussões Sócio-Econômicas na Região Centro.** Algumas Reflexões. Finisterra, Lisboa, XL,79, 2005.

CARVALHO, C. P. **Ensino Noturno: Realidade e Ilusão.** São Paulo: Cortez, 1984.

CERATTI, Márcia Rodrigues Neves. **Evasão escolar: Causas e consequências.** 2014. Disponível: <https://www.seduc.go.gov.br/imprensa/documentos/Arquivos/15%20%20Manual%20de%20Gest%C3%A3o%20Pedag%C3%B3gico%20e%20Administrativo/2.10%20Combate%20%C3%A0%20evas%C3%A3o/EVAS%C3%83O%20ESCOLAR%20-%20CAUSAS%20E%20CONSEQU%C3%84NCIAS.pdf>. Acesso: 16/07/2020.

CASTRO, Mário C. G. **Mineração e Economia de Goiás.** In: **CASTRO, Joana D'arc Bardella (org.). Economia Goiana: Cadeias Produtivas, Reestruturação, Mineração, Agricultura e Industrialização.** Anápolis: Editora da UEG, 2006, p. 87-111.

CEE. Conselho Estadual de Educação de Goiás. Ministério da Educação. **Certificação do ENCEJA NACIONAL.** Goiânia, 2017.

CIAVATTA, M.; RAMOS, M. **O trabalho como princípio educativo no projeto de educação integral de trabalhadores.** In: COSTA, H.; CONCEIÇÃO, M. (Org.). Educação integral e sistema de reconhecimento e certificação educacional e profissional. São Paulo: 2011.

COMARELLA, R. L. **Educação superior a distância: evasão discente.** 2009. 146f. Dissertação (Mestrado em Engenharia e Gestão do Conhecimento) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.

DIGIÁCOMO, M. J. **Evasão escolar: não basta comunicar e as mãos lavar.** 2005. Disponível em: www.mp.mg.gov.br. Acesso em: 14/07/2020.

DINIS, Nilson; ASINELLI-LUZ, Araci. Educação sexual na perspectiva histórico-cultural. Educ. ver. N.30 Curitiba, 2007. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010440602007000200006&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 16/07/2020.

DOURADO, L. F. (Org.). **Plano Nacional de Educação (2011-2020): avaliação e perspectivas.** Goiás: Autêntica e Editora UFG, 2011.

FERNANDES, R. F. Causas de evasão escolar da educação básica na percepção de alunos da educação de jovens e adultos. Trabalho de Conclusão de curso. UnB, 2013, 27p. Disponível: <https://bdm.unb.br/bitstream/10483/6885/1/2013RoseaneFreitasFernandes.pdf>. Acesso: 17/07/2020.

FERREIRA, M. C. T. **Ambiente familiar e os problemas do comportamento apresentados por crianças com baixo desempenho escolar.** Porto Alegre, 2009.

FERRETTI, C.J. **A reforma do ensino médio: uma crítica em três níveis.** *Linguagens, Educação e Sociedade*, Teresina, n. 9, p. 41-49, jan./dez. 2003.

FONSECA, J. J. S. **Metodologia da pesquisa científica.** Fortaleza: UEC, 2002. Apostila.

FILHO, Lima. M. F. - **A MP do Ensino Médio – ponte para o passado.** Blog do pensar a educação. Disponível em: <https://blogdopensar.wordpress.com/2016/09/22/a-mp-doensino-medio-ponte-para-o-passado/> acesso em: 13/07/2020.

FRITSCH, R., VITELLI, R. F., ROCHA, C. S. - **Para que jovens? Que políticas? – perfil de alunos ingressantes no ensino médio e políticas educacionais.** Brasília: IFB/CEPROTEC/RIMEPES, 2014.

FRIGOTTO, G.; CIAVATTA M. **Perspectivas sociais e políticas da formação de nível Médio: avanços e entraves nas suas modalidades.** *Educação e Sociedade*. Campinas, v. 32, n. 116, p. 619-638, julho-setembro/2011.

FRIGOTTO, G.; MOTTA, V. **Por que a urgência da reforma no ensino médio? Medida provisória nº 746/2016 (Lei nº13.415/2017).** *Educ. Soc.*, Campinas, v. 38, n. 139, p. 355-372, abr./jun. 2017. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/es/v38n139/1678-4626-es-38-139-00355.pdf>. Acesso em: 12/10/2019.

FUCK, R. A. et al. **Mapa geológico de Santa Terezinha de Goiás**, escala 1:25.000. Brasília: Universidade de Brasília, 2003.

GERHARDT, T. E. SILVEIRA, Denise Tolfo. **Método de Pesquisa.** Coordenado pela Universidade Aberta do Brasil- UAB/UFRGS e pelo Curso de Graduação Tecnológica –Planejamento e Gestão para o desenvolvimento Rural da SEAD/UFRGS. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

GUIMARÃES, A. Q. ALMEIDA, M. E. JOVENS E O MERCADO DE TRABALHO. Cedeplar. Artigo apresentado a UFMG.Diamantina, 2012.

GUIMARÃES, A. Q.; ALMEIDA, Ma. E. **Jovens e o mercado de trabalho.** Cedeplar. Diamantina, 2012.

HONDA, K. M. **Um estudo sobre os determinantes do atraso escolar.** 2006. 80 f. Dissertação (Mestrado em Economia Aplicada) – Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, 2006.

INSTITUTO AYRTON SENNA Disponível:https://www.institutoayrtonsenna.org.br/pt-br/como-atuamos/Atuacao2/Reducao_abandono.html. Acesso: 20/07/2020.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. **Sinopse Estatística da Educação Básica 2018.** Brasília: Inep, 2019. Disponível em <<http://portal.inep.gov.br/sinopses-estatisticas-da-educacao-basica>>. Acesso: 10/05. /2019.

INEP. INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. **Dicionário de Indicadores Educacionais: Fórmulas de Cálculo**. Ministério da Educação. 2004. _____. Indicador de adequação da formação do docente da educação básica. Brasília: Ipea/MEC, 2014. (Nota Técnica, n. 020/2014).

INSPER. **Políticas públicas para redução do abandono e evasão escolar de jovens**. 1.ed. São Paulo: Galeria de Estudos e Avaliações de Iniciativas Públicas. S.d. Disponível em: https://www.insper.edu.br/?msclkid=9b183d641a91120011696256d5c0cd9c&utm_source=bing&utm_medium=cpc&utm_campaign=CA_INS_T_AQUI_Bing_N_N_Inspere_Institucional_N_N_SCH&utm_term=%2Binsper&utm_content=Inspere%20-%20Ampla Acesso em: 08/07/2020.

INSTITUTO MAURO BORGES. Disponível em: <https://www.imb.go.gov.br/files/docs/publicacoes/estudos/2018/estudo-analise-do-ensino-medio-goiano-201803.pdf>. Acesso:12/07/2020.

JAKOB, A.; BARÊA, V. **Mobilidade populacionais intrametropolitana de Goiânia no período 1970- 1991**. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 12., 2000, Caxambu-MG. Anais eletrônicos... Campinas: ABEP, 2000. Disponível em: Acesso: 10/10/2019.

KUENZER, A. Z. **Política educacional e planejamento no Brasil: os descaminhos da transição**. Brasil. São Paulo, Cortez, 2010.

LÖWY, Michael. **Marxismo e teologia da libertação**. São Paulo: Cortez Editora e Autores Associados, 1991.

MCNEAL, R. B. **High School Dropouts: A Closer Examination of School Effects**. School Science Quarterly, vol. 78, n. 1, pp. 209-222, 1997.

MELO, S. D. G. DUARTE, Adriana. **Políticas para o Ensino Médio no Brasil: perspectivas para a universalização**. Cad. Cedes, v. 31, n. 84. p. 231-251. Campinas, 2011.

MENESES, J. D. **A Problemática da Evasão Escolar e as Dificuldades da Escolarização**. (2011). Disponível em: <http://www.artigonal.com/ensino-superior/artigos/a-problematika-da-evasao-escolar-da-escolarizacao-2761092.html>. Acesso: 20/06/2020.

MINAYO, M.C.S. **O desafio do conhecimento científico: pesquisa qualitativa em saúde**. 2. ed. São Paulo: Hucitec-Abrasco, 1994.

Faria Filho I. M, Gil M.C. **Moderno, modernidade e modernização: a educação nos projetos de Brasil, séculos XIX e XX**. Mazza Edições, São Paulo, 2017.

NICOLODI, Elaine. **Políticas públicas de reestruturação do Ensino Médio: as reformas Implantadas pela Secretaria de Estado da Educação de Goiás no período 2000-2010**. 2013. Tese de Doutorado. Goiania, 2013.

NISKIER, Arnaldo. **Educação à distância: a tecnologia da esperança**. São Paulo: Editora Loyola, 2000.

NOVELLI, P. **A sala de aula como espaço de comunicação: reflexões em torno do tema**. Interface — Comunicação, Saúde, Educação, v.1, n.1, 1997.

OLIVEIRA, M. J. C. **Trajetórias escolares de alunos trabalhadores do ensino médio noturno: o significado da volta à escola**. Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1994.

PACHECO, M. M. D. R.; SILVA, A. L.; SILVA, J. E. ; GOMES, L. C. G. C. **A evasão escolar na microrregião de Guaratinguetá: uma análise a partir de indicadores educacionais**. Revista de Educação, Cultura e Comunicação, Lorena SP, v. 7, n. 14, jul./dez. 2016 Disponível: <http://unifatea.com.br/seer3/index.php/ECCOM/article/view/489/439>. Acesso: 20/07/2020.

PERONI, V. **Política Educacional e Papel do Estado no Brasil dos anos 1990**. São Paulo: Xamã, 2003.

QUEIROZ, L. D. **Um Estudo sobre a Evasão Escolar**. UFMT, 1998. Disponível em: <http://www.anped.org.br/reuniões/25/lucileidedomingosqueirozt13.rtf>. Acesso: 17/07/2020.

Regiões de Influência das Cidades (REGIC). Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101728_folder.pdf. Acesso: 18/07/2020.

RIBEIRO, F. W. & LACERDA FILHO, J. V. **Geologia da região de Santa Terezinha de Goiás**. In: SBG/Núcleo Centro-Oeste, Simp. Geologia Centro-Oeste. 1985, p 174-184.

RIBEIRO, A. C. & SÁ, W.L. 1983. **Garimpos de esmeraldas de Santa Terezinha de Goiás-GO**, In: DNPM. Garimpos do Brasil. Brasília, DNPM. p.269-283.

SANTOS, A. L.; GIMENEZ, D. M. Inserção dos jovens no mercado de trabalho. **REV. Estud.** v.29, n.85, São Paulo, 2015.

SANTOS, M. T. **Mapa da educação profissional e tecnológica: experiências internacionais e dinâmicas regionais brasileiras**. Brasília: Centro de Gestão e Estudos Estratégicos, 2015.

SAAR, E. UNT, M. KOGAN, I. **Transition from Educational System to Labour Market in the European Union: a comparison between New and Old Members**. n. 4. 2008.

SAQUET, M. A. **Abordagens e concepções de território**. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

SHIRASU, M. R.; ARRAES, R. A. **Determinantes da evasão e repetência escolar.** In: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA, 43., 2015, Florianópolis. Anais... Florianópolis: Anpec, 2015.

SORDI D. A. **Aerofísica aplicada à compreensão dos sistemas de empurrões da sequência, Santa Terezinha de Goiás, Brasil Central.** Dissertação de Mestrado. UnB. 2007, p. 48.

VELHO, Gilberto. **Subjetividade e sociedade: uma experiência de geração.** Rio de Janeiro: Ed.Jorge Zahar, 2006.

ANEXOS

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Declaro, por meio deste termo, que concordei em ser entrevistado(a) e/ou participar na pesquisa de campo referente à dissertação de mestrado intitulada: **EVASÃO E ABANDONO ESCOLAR DE JOVENS DO ENSINO MÉDIO: O CASO DAS ESCOLAS ESTADUAIS DE SANTA TEREZINHA DE GOIÁS** desenvolvida por EDIFÁTIMA FREITAS DE SOUZA, a quem poderei contatar / consultar a qualquer momento que julgar necessário através do telefone nº(62) 999415187. Afirmo que aceitei participar por minha própria vontade, sem receber qualquer incentivo financeiro ou ter qualquer ônus e com a finalidade exclusiva de colaborar para o sucesso da pesquisa. Fui informado(a) dos objetivos estritamente acadêmicos da pesquisa. Minha colaboração se fará de forma anônima, por meio de resposta ao questionário. O acesso e a análise dos dados coletados se farão apenas pela pesquisadora e/ou seu(s) orientador(es) / coordenador(es). Fui ainda informado(a) de que posso me retirar desse(a) estudo / pesquisa / programa a qualquer momento, sem prejuízo para meu acompanhamento ou sofrer quaisquer sanções ou constrangimentos. Atesto recebimento de uma cópia assinada deste Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, conforme recomendações da Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP). Santa Terezinha de Goiás, ____ de _____ de ____ Assinatura do(a) participante: _____

Assinatura do(a) pesquisador(a): _____

QUESTIONÁRIO DE ENTREVISTA DA PESQUISA

Você está sendo convidado(a) para participar, como voluntário(a), do Projeto de Pesquisa sob o título: **EVASÃO E ABANDONO ESCOLAR NO ENSINO MÉDIO: Uma análise nas escolas de ensino médio de Santa Terezinha de Goiás**, do Programa de pós-graduação *strictu sensu* do Programa de Mestrado em Desenvolvimento Regional.

1- Você concorda em Participar dessa pesquisa

() Sim () Não

2- Sexo: () feminino Masculino () Prefiro não sinalizar ()

3- Qual a sua faixa etária:

() entre 12 a 15 anos () entre 16 a 18 anos () maior de 18 anos

4- Está cursando o Ensino Médio:

☐ Sim ☐ Não

5- Qual modalidade de ensino:

☐ Médio normal

☐ Médio técnico integrado

☐ EJA

6- Qual meio de transporte utilizado para se chegar ao Colégio:

☐ transporte público

☐ carro

☐ moto

☐ caminhando

☐ bicicleta

7- Você trabalha: ☐ Sim ☐ Não

8- Com relação a evasão escolar, conhece alguém que não concluiu o Ensino Médio

☐ sim

☐ não

9- Na sua opinião quais são os principais fatores que te levaram a parar de estudar?

Você pode marcar até três respostas

☐ a falta de motivação e interesse;

☐ a dificuldade de conciliar o trabalho e o colégio;

☐ falta de meio de transporte;

☐ fatores sociais como: uso de drogas; trabalho precoce; violência doméstica.

☐ problemas com bullying;

☐ falta de professores;

☐ gravidez na adolescência;

☐ falta de vaga nos colégios próximos as suas residências;

☐ renda insuficiente para manter os estudos (ônibus, materiais escolares, entre outros);

☐ falta de apoio dos pais e familiares;

☐ dificuldade na compreensão dos conteúdos;

☐ desmotivação.

☐ Insatisfação com o curso escolhido

☐ Problemas familiares

☐ Paternidade ou maternidade

☐ Dificuldades financeiras

☐ Moro muito longe da escola

☐ Doença

☐ Outro motivo?.

Qual?.

10- Onde você iniciou o Ensino Médio?

☐ Colégio Estadual São Geraldo

- ☐ Colégio Estadual Maria Lopes
- ☐ Colégio Estadual Santa Terezinha
- ☐ em outra escola de outra cidade.

Qual? _____

11- Antes de tomar a decisão de abandonar o curso, você chegou a conversar com alguém?

- ☐ Não. Decidi sozinho (a)
- ☐ Sim. Conversei com amigos e/ ou familiares
- ☐ Sim. Conversei com outros colegas do curso
- ☐ Sim. Conversei com o coordenador e/ ou professores do curso

12- No momento da escolha, entre parar ou continuar estudando você teve dúvidas

- ☐ sim ☐ Não ☐ um pouco de dúvidas

Comente:

13- Seus familiares e/ou amigos aprovaram a sua decisão

- ☐ Não, e isso influenciou na minha decisão de abandonar o curso
- ☐ Não, mas isso não influenciou na minha decisão de abandonar o curso
- ☐ Sim

14- Você precisou exercer alguma atividade remunerada que o atrapalhou durante o curso?

- ☐ Sim, e isso influenciou na minha decisão de abandonar o curso
- ☐ Sim, mas isso não influenciou na minha decisão de abandonar o curso
- ☐ Não

ANEXOS

RESUMO GASTOS TRANSPORTE ESCOLAR ZONA RURAL DE GOIÁS.



SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE
SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA
DIRETORIA DE TRANSPORTE ESCOLAR, LOGÍSTICA E SERVIÇOS

LEI FEDERAL Nº 20.070/2013, LEI ESTADUAL Nº 4.433/2013, REGULAMENTO Nº 001 DE 2013 E RESOLUÇÃO Nº 001/2013.

RESUMO PARCIAL DOS PLANEJADOS DO TRANSPORTE ESCOLAR RURAL DOS ALUNOS EM REGIME ESPECIAL DE ENSINO / 2019.

MUNICÍPIO		CNPJ	BANCO	AGÊNCIA	Nº CONTA	Nº PLANILHA	1º Parcela 2019	2º Parcela 2019	3º Parcela 2019	4º Parcela 2019	5º Parcela 2019	6º Parcela 2019	7º Parcela 2019	8º Parcela 2019	9º Parcela 2019	10º Parcela 2019	TOTAL
RESUMO-Parcial-Transp.-Esc.-2019-novembro.pdf																	
5 / 10																	
130	Santa Bárbara de Goiás	02.264.189/0001-43	ITAU	0108	02090-3	03	30.553,00	30.553,00	30.553,00	30.553,00	30.553,00	30.553,00	30.553,00	30.553,00	30.553,00	30.553,00	306.871,00
131	Santa Cruz de Goiás	02.264.567/0001-67	CET	1827	00800030084-6	236	89.780,00	89.780,00	89.780,00	89.780,00	89.780,00	89.780,00	89.780,00	89.780,00	89.780,00	89.780,00	718.120,00
132	Santa Fé de Goiás	26.107.511/0001-05	B6	3638-4	30086-7	140	26.143,00	26.143,00	26.143,00	26.143,00	26.143,00	26.143,00	26.143,00	26.143,00	26.143,00	26.143,00	217.203,00
133	Santa Helena de Goiás	12.056.711/0001-63	B6	2638-4	33005-8	133	26.888,00	26.888,00	26.888,00	26.888,00	26.888,00	26.888,00	26.888,00	26.888,00	26.888,00	26.888,00	227.762,00
134	Santa Isabel	06.337.723/0001-00	B6	3458-6	7828-4	278	47.748,00	47.748,00	47.748,00	47.748,00	47.748,00	47.748,00	47.748,00	47.748,00	47.748,00	47.748,00	419.731,00
135	Santa Rita do Araguaia	31.087.980/0001-48	B6	0312-6	0140439-6	88	36.456,00	36.456,00	36.456,00	36.456,00	36.456,00	36.456,00	36.456,00	36.456,00	36.456,00	36.456,00	308.305,00
136	Santa Rita do Novo Destino	31.812.780/0001-04	CET	752	00800073386-0	438	98.118,00	98.118,00	98.118,00	98.118,00	98.118,00	98.118,00	98.118,00	98.118,00	98.118,00	98.118,00	725.351,00
137	Santa Rosa de Goiás	31.761.103/0001-72	CET	4783	00800073011-1	83	15.051,00	15.051,00	15.051,00	15.051,00	15.051,00	15.051,00	15.051,00	15.051,00	15.051,00	15.051,00	125.409,00
138	Santa Tereza de Goiás	12.072.886/0001-04	CET	3638-6	008000307190-3	179	47.809,00	47.809,00	47.809,00	47.809,00	47.809,00	47.809,00	47.809,00	47.809,00	47.809,00	47.809,00	419.731,00
139	Santa Terezinha de Goiás	31.137.130/0001-50	B6	3621-8	0103-3	356	38.718,00	38.718,00	38.718,00	38.718,00	38.718,00	38.718,00	38.718,00	38.718,00	38.718,00	38.718,00	336.465,00
200	Santo Antônio do Rio Preto	07.076.000/0001-00	B6	0201-8	0080000	889	71.458,00	71.458,00	71.458,00	71.458,00	71.458,00	71.458,00	71.458,00	71.458,00	71.458,00	71.458,00	600.000,00
863	Santo Antônio de Goiás	37.823.490/0001-60	ITAU	0415	07733-6	52	8.909,00	8.909,00	8.909,00	8.909,00	8.909,00	8.909,00	8.909,00	8.909,00	8.909,00	8.909,00	89.099,00
202	Santo Antônio do Descoberto	06.287.587/0001-71	ITAU	0400	0080000	1.371	155.898,00	155.898,00	155.898,00	155.898,00	155.898,00	155.898,00	155.898,00	155.898,00	155.898,00	155.898,00	1.309.964,00

Fonte: Disponível em: <https://site.educacao.go.gov.br/transporte-escolar/>. Acesso: 22/07/2020.

RECEITAS E TRANSFERENCIAS PARA ENSINO



132

ANEXO - IV Receitas e transferências destinadas ao MDE - Manutenção e Desenvolvimento do Ensino - Municípios goianos - 2012 - 2013 (R\$)

Localidade	2012	2013	Crescimento 12/13 (%)
------------	------	------	--------------------------



138

Santa Helena de Goiás	11.192.778,44	13.052.868,09	16,62
Santa Isabel	2.188.114,35	2.578.892,53	17,86
Santa Rita do Araguaia	2.493.829,49	2.545.340,38	2,07
Santa Rita do Novo Destino	1.904.594,69	2.213.273,92	16,21
Santa Rosa de Goiás	1.913.638,02	1.913.638,02	0,00
Santa Tereza de Goiás	1.920.847,68	2.209.041,92	15,00
Santa Terezinha de Goiás	2.707.010,93	2.430.166,70	-10,23

Fonte: <https://site.educacao.go.gov.br/wp-content/uploads/2019/08/ANEXO-IV-UV.pdf>. Acesso: 22/07/2020.

ANEXO 2 – FORMULÁRIOS DA PESQUISA

Prestado(a),

Você está sendo convidado(a) para participar, como voluntário(a), do Projeto de Pesquisa sob o título: **EVASÃO ESCOLAR NO ENSINO MÉDIO: Uma análise nas escolas de ensino médio de Santa Terezinha de Goiás, do Programa de pós-graduação *stricto sensu* do Programa de Mestrado em Desenvolvimento Regional.**

1. Você concorda em Participar dessa pesquisa
☒ Sim ☐ Não
2. – Sexo ☒ feminino ☐ Masculino ☐ Prefiro não sinalizar ☐
3. Qual a sua faixa etária:
☐ entre 12 a 15 anos ☒ entre 16 a 18 anos ☐ maior de 18 anos
4. Está cursando o Ensino Médio:
☒ Sim ☐ Não
5. Qual modalidade de ensino:
☒ Médio normal
☐ Médio técnico integrado
☐ EJA
6. Qual meio de transporte utilizado para se chegar ao Colégio:
☐ transporte público ☒ carro ☐ moto
☐ caminhando ☐ bicicleta
7. Você trabalha: ☐ Sim ☒ Não
8. Com relação a evasão escolar, conhece alguém que não concluiu o Ensino Médio:
☒ sim ☐ não
9. Se você respondeu sim, na sua opinião quais são os principais fatores que o levaram a parar de estudar? Você pode marcar até três respostas
☐ a falta de motivação e interesse;
☒ a dificuldade de conciliar o trabalho e o colégio;
☐ falta de meio de transporte;
☒ fatores sociais como: uso de drogas; trabalho precoce; violência doméstica;
☐ problemas com bullying;
☐ falta de professores;
☒ gravidez na adolescência;
☐ falta de vaga nos colégios próximos as suas residências;
☐ renda insuficiente para manter os estudos (ônibus, materiais escolares, entre outros);
☐ falta de apoio dos pais e familiares;
☐ dificuldade na compreensão dos conteúdos;
☐ desmotivação;
☐ insatisfação com o curso escolhido
☐ Problemas familiares
☐ Paternidade ou maternidade
☐ Dificuldades financeiras

- () Moro muito longe da escola
 () Doença
 () Outro motivo? Qual _____

10- Onde você iniciou o Ensino Médio?

- ☒ Colégio Estadual São Geraldo
 () Colégio Estadual Maria Lopes
 () Colégio Estadual Santa Terezinha
 () Em outra escola de outra cidade.
 Qual? _____

10. Antes de tomar a decisão de abandonar o curso, você conversaria com alguém?

- () Não. Decidia sozinho(a)
☒ Sim. Conversaria com amigos e/ou familiares
 () Sim. Conversaria com outros colegas do curso
 () Sim. Conversaria com o coordenador e/ou professores do curso

11. No momento da escolha, entre parar ou continuar estudando você teria dúvidas?

- ☒ Sim () Não () Um pouco de dúvidas

Comente:

Sim, é uma escolha muito difícil, porque
condena o meu futuro.

12. Seus familiares e/ou amigos aprovariam a sua decisão?

- ☒ Não, e isso influenciaria na minha decisão de abandonar o curso
 () Não, mas isso não influenciaria na minha decisão de abandonar o curso
 () Sim

13. Você exerce alguma atividade remunerada que poderia te atrapalhar durante o curso?

- () Sim, e isso influenciaria na minha decisão de abandonar o curso
 () Sim, mas isso não influenciaria na minha decisão de abandonar o curso
☒ Não

Prezado(a),

Você está sendo convidado(a) para participar, como voluntário(a), do Projeto de Pesquisa sob o título: **EVASÃO ESCOLAR NO ENSINO MÉDIO: Uma análise nas escolas de ensino médio de Santa Terezinha de Goiás**, do Programa de pós-graduação strictu sensu do Programa de Mestrado em Desenvolvimento Regional.

1. Você concorda em Participar dessa pesquisa

☒ Sim ☐ Não

2. - Sexo ☐ feminino ☐ Masculino ☒ Prefiro não sinalizar ☐

3. Qual a sua faixa etária

☐ entre 12 a 15 anos: ☒ entre 16 a 18 anos ☐ maior de 18 anos

4. Está cursando o Ensino Médio:

☒ Sim ☐ Não

5. Qual modalidade de ensino

☒ Médio normal

☐ Médio técnico integrado

☐ EJA

6. Qual meio de transporte utilizado para se chegar ao Colégio:

☐ transporte público

☐ carro ☐ moto

☒ caminhando

☐ bicicleta

7. Você trabalha ☒ Sim ☐ Não

8. Com relação a evasão escolar, conhece alguém que não concluiu o Ensino Médio:

☒ sim

☐ não

9. Se você respondeu sim, na sua opinião quais são os principais fatores que o levaram a parar de estudar? Você pode marcar até três respostas

☒ a falta de motivação e interesse;

☐ a dificuldade de conciliar o trabalho e o colégio;

☐ falta de meio de transporte;

☒ fatores sociais como: uso de drogas; trabalho precoce; violência doméstica;

☐ problemas com bullying;

☐ falta de professores;

☒ gravidez na adolescência;

☐ falta de vaga nos colégios próximos as suas residências;

☐ renda insuficiente para manter os estudos (ônibus, materiais escolares, entre outros);

☐ falta de apoio dos pais e familiares;

☐ dificuldade na compreensão dos conteúdos;

☐ desmotivação;

☐ insatisfação com o curso escolhido

☐ Problemas familiares

☐ Paternidade ou maternidade

☐ Dificuldades financeiras

- ☐ Moro muito longe da escola
☐ Doença
☐ Outro motivo? Qual _____

10- Onde você iniciou o Ensino Médio?

- ☐ Colégio Estadual São Geraldo
☒ Colégio Estadual Maria Lopes
☐ Colégio Estadual Santa Terezinha
☐ Em outra escola de outra cidade.
 Qual? _____

10. Antes de tomar a decisão de abandonar o curso, você conversaria com alguém?

- ☐ Não. Decidia sozinho(a)
☒ Sim. Conversaria com amigos e/ ou familiares
☐ Sim. Conversaria com outros colegas do curso
☐ Sim. Conversaria com o coordenador e/ ou professores do curso

11. No momento da escolha, entre parar ou continuar estudando você teria dúvidas?

- ☐ Sim ☐ Não ☒ Um pouco de dúvidas

Comente

12. Seus familiares e/ou amigos aprovariam a sua decisão?

- ☒ Não, e isso influenciaria na minha decisão de abandonar o curso
☐ Não, mas isso não influenciaria na minha decisão de abandonar o curso
☐ Sim

13. Você exerce alguma atividade remunerada que poderia te atrapalhar durante o curso?

- ☐ Sim, e isso influenciaria na minha decisão de abandonar o curso
☐ Sim, mas isso não influenciaria na minha decisão de abandonar o curso
☒ Não

Prezado(a),

Você está sendo convidado(a) para participar, como voluntário(a), do Projeto de Pesquisa sob o título: **EVASÃO ESCOLAR NO ENSINO MÉDIO: Uma análise nas escolas de ensino médio de Santa Terezinha de Goiás, do Programa de pós-graduação strictu sensu do Programa de Mestrado em Desenvolvimento Regional.**

1. Você concorda em Participar dessa pesquisa

☒ Sim ☐ Não

2. - Sexo ☐ feminino ☒ Masculino ☐ Prefiro não sinalizar ()

3. Qual a sua faixa etária:

☐ entre 12 a 15 anos; ☒ entre 16 a 18 anos ☐ maior de 18 anos

4. Está cursando o Ensino Médio:

☒ Sim ☐ Não

5. Qual modalidade de ensino:

☒ Médio normal

☐ Médio técnico integrado

☐ EJA

6. Qual meio de transporte utilizado para se chegar ao Colégio:

☐ transporte público ☐ carro ☐ moto

☒ caminhando ☐ bicicleta

7. Você trabalha: ☐ Sim ☒ Não

8. Com relação a evasão escolar, conhece alguém que não concluiu o Ensino Médio:

☒ sim ☐ não

9. Se você respondeu sim, na sua opinião quais são os principais fatores que o levaram a parar de estudar? Você pode marcar até três respostas

☐ a falta de motivação e interesse;

☒ a dificuldade de conciliar o trabalho e o colégio;

☐ falta de meio de transporte;

☐ fatores sociais como: uso de drogas; trabalho precoce; violência doméstica;

☐ problemas com bullying;

☐ falta de professores;

☒ gravidez na adolescência;

☐ falta de vaga nos colégios próximos as suas residências;

☐ renda insuficiente para manter os estudos (ônibus, materiais escolares, entre outros);

☐ falta de apoio dos pais e familiares;

☐ dificuldade na compreensão dos conteúdos;

☐ desmotivação;

☐ insatisfação com o curso escolhido

☒ Problemas familiares

☐ Paternidade ou maternidade

☐ Dificuldades financeiras

() Moro muito longe da escola

() Doença

() Outro motivo? Qual Doença, mas compensa e outro motivo que influencia a vida de alunos

10- Onde você iniciou o Ensino Médio?

() Colégio Estadual São Geraldo

☒ Colégio Estadual Maria Lopes

() Colégio Estadual Santa Terezinha

() Em outra escola de outra cidade.

Qual? Colégio Estadual Maria Lopes

10. Antes de tomar a decisão de abandonar o curso, você conversaria com alguém?

☒ Não. Decidia sozinho(a)

() Sim. Conversaria com amigos e/ou familiares

() Sim. Conversaria com outros colegas do curso

() Sim. Conversaria com o coordenador e/ou professores do curso

11. No momento da escolha, entre parar ou continuar estudando você teria dúvidas?

☒ Sim () Não () Um pouco de dúvidas

Comente

Não conversei com a família que não influenciou a decisão de abandonar o curso. Foi uma decisão minha.

12. Seus familiares e/ou amigos aprovaram a sua decisão?

() Não, e isso influenciaria na minha decisão de abandonar o curso

() Não, mas isso não influenciaria na minha decisão de abandonar o curso

☒ Sim

13. Você exerce alguma atividade remunerada que poderia te atrapalhar durante o curso?

() Sim, e isso influenciaria na minha decisão de abandonar o curso

☒ Sim, mas isso não influenciaria na minha decisão de abandonar o curso

() Não

Prezado(a),

Você está sendo convidado(a) para participar, como voluntário(a), do Projeto de Pesquisa sob o título: **EVASÃO ESCOLAR NO ENSINO MÉDIO: Uma análise nas escolas de ensino médio de Santa Terezinha de Goiás, do Programa de pós-graduação strictu sensu do Programa de Mestrado em Desenvolvimento Regional.**

1. Você concorda em Participar dessa pesquisa
☒ Sim ☐ Não
2. - Sexo ☒ feminino Masculino ☐ Prefiro não sinalizar ☐
3. Qual a sua faixa etária:
☐ entre 12 a 15 anos; ☒ entre 16 a 18 anos; ☐ maior de 18 anos
4. Está cursando o Ensino Médio:
☒ Sim ☐ Não
5. Qual modalidade de ensino:
☒ Médio normal
☐ Médio técnico integrado
☐ EJA
6. Qual meio de transporte utilizado para se chegar ao Colégio:
☐ transporte público ☐ carro ☐ moto
☒ caminhando ☐ bicicleta
7. Você trabalha, ☐ Sim ☒ Não
8. Com relação a evasão escolar, conhece alguém que não concluiu o Ensino Médio:
☒ sim ☐ não
9. Se você respondeu sim, na sua opinião quais são os principais fatores que o levaram a parar de estudar? Você pode marcar até três respostas
☒ a falta de motivação e interesse;
☐ a dificuldade de conciliar o trabalho e o colégio;
☐ falta de meio de transporte;
☒ fatores sociais como: uso de drogas; trabalho precoce; violência doméstica;
☐ problemas com bullying;
☐ falta de professores;
☐ gravidez na adolescência;
☐ falta de vaga nos colégios próximos as suas residências;
☐ renda insuficiente para manter os estudos (ônibus, materiais escolares, entre outros);
☐ falta de apoio dos pais e familiares;
☐ dificuldade na compreensão dos conteúdos;
☒ desmotivação;
☐ Insatisfação com o curso escolhido
☐ Problemas familiares
☐ Paternidade ou maternidade
☐ Dificuldades financeiras

- () Moro muito longe da escola
 () Doença
 () Outro motivo? Qual _____

19- Onde você iniciou o Ensino Médio?

- () Colégio Estadual São Geraldo
☒ Colégio Estadual Maria Lopes
 () Colégio Estadual Santa Terezinha
 () Em outra escola de outra cidade.
 Qual? _____

10. Antes de tomar a decisão de abandonar o curso, você conversaria com alguém?

- () Não. Decidia sozinho(a)
☒ Sim. Conversaria com amigos e/ ou familiares
 () Sim. Conversaria com outros colegas do curso
 () Sim. Conversaria com o coordenador e/ ou professores do curso

11. No momento da escolha, entre parar ou continuar estudando você teria dúvidas?

- ☒ Sim () Não () Um pouco de dúvidas

Comente:

Tive algumas dúvidas antes de tomar a decisão de abandonar o curso, mas quando decidi abandonar, não fiquei com dúvidas, pois já estava cansado de estudar e queria ir trabalhar. Não sei se vou voltar a estudar, mas não tenho certeza.

12. Seus familiares e/ou amigos aprovariam a sua decisão?

- ☒ Não, e isso influenciaria na minha decisão de abandonar o curso
 () Não, mas isso não influenciaria na minha decisão de abandonar o curso
 () Sim

13. Você exerce alguma atividade remunerada que poderia te atrapalhar durante o curso?

- () Sim, e isso influenciaria na minha decisão de abandonar o curso
 () Sim, mas isso não influenciaria na minha decisão de abandonar o curso
☒ Não

Prezado(a),

Você está sendo convidado(a) para participar, como voluntário(a), do Projeto de Pesquisa sob o título: **EVASÃO ESCOLAR NO ENSINO MÉDIO: Uma análise nas escolas de ensino médio de Santa Terezinha de Goiás, do Programa de pós-graduação strictu sensu do Programa de Mestrado em Desenvolvimento Regional.**

1. Você concorda em Participar dessa pesquisa
☒ Sim ☐ Não
2. - Sexo ☒ feminino Masculino ☐ Prefiro não sinalizar ☐
3. Qual a sua faixa etária:
☐ entre 12 a 15 anos; ☒ entre 16 a 18 anos ☐ maior de 18 anos
4. Está cursando o Ensino Médio
☒ Sim ☐ Não
5. Qual modalidade de ensino:
☒ Médio normal
☐ Médio técnico integrado
☐ EJA
6. Qual meio de transporte utilizado para se chegar ao Colégio:
☐ transporte público ☒ carro ☐ moto
☐ caminhando ☐ bicicleta
7. Você trabalha ☐ Sim ☒ Não
8. Com relação a evasão escolar, conhece alguém que não concluiu o Ensino Médio.
☒ sim ☐ não
9. Se você respondeu sim, na sua opinião quais são os principais fatores que o levaram a parar de estudar? Você pode marcar até três respostas
☐ a falta de motivação e interesse;
☐ a dificuldade de conciliar o trabalho e o colégio;
☐ falta de meio de transporte;
☐ fatores sociais como: uso de drogas; trabalho precoce; violência doméstica;
☐ problemas com bullying;
☐ falta de professores;
☐ gravidez na adolescência;
☐ falta de vaga nos colégios próximos as suas residências;
☐ renda insuficiente para manter os estudos (ônibus, materiais escolares, entre outros);
☒ falta de apoio dos pais e familiares;
☐ dificuldade na compreensão dos conteúdos;
☐ desmotivação;
☐ insatisfação com o curso escolhido
☒ Problemas familiares
☐ Paternidade ou maternidade
☐ Dificuldades financeiras

() Moro muito longe da escola

() Doença

() Outro motivo? Qual _____

19- Onde você iniciou o Ensino Médio?

() Colégio Estadual São Geraldo

(X) Colégio Estadual Maria Lopes

(X) Colégio Estadual Santa Terezinha

() Em outra escola de outra cidade.

Qual? _____

10. Antes de tomar a decisão de abandonar o curso, você conversaria com alguém?

() Não. Decidia sozinho(a)

(X) Sim. Conversaria com amigos e/ ou familiares

() Sim. Conversaria com outros colegas do curso

() Sim. Conversaria com o coordenador e/ ou professores do curso

11. No momento da escolha, entre parar ou continuar estudando você teria dúvidas?

() Sim

(X) Não

() Um pouco de dúvidas

Comente

Esta decisão é uma coisa que tem
que ser uma decisão não

12. Seus familiares e/ou amigos aprovariam a sua decisão?

(X) Não, e isso influenciaria na minha decisão de abandonar o curso

() Não, mas isso não influenciaria na minha decisão de abandonar o curso

() Sim

13. Você exerce alguma atividade remunerada que poderia te atrapalhar durante o curso?

(X) Sim, e isso influenciaria na minha decisão de abandonar o curso

() Sim, mas isso não influenciaria na minha decisão de abandonar o curso

() Não

Prezado(a),

Você está sendo convidado(a) para participar, como voluntário(a), do Projeto de Pesquisa sob o título: **EVASÃO ESCOLAR NO ENSINO MÉDIO: Uma análise nas escolas de ensino médio da Santa Terezinha de Goiás, do Programa de pós-graduação strictu sensu do Programa de Mestrado em Desenvolvimento Regional.**

1. Você concorda em Participar dessa pesquisa

☒ Sim ☐ Não

2. - Sexo ☒ feminino ☐ Masculino ☐ Prefiro não sinalizar ☐

3. Qual a sua faixa etária:

☐ entre 12 a 15 anos; ☒ entre 16 a 18 anos ☐ maior de 18 anos.

4. Está cursando o Ensino Médio:

☒ Sim ☐ Não

5. Qual modalidade de ensino:

☒ Médio normal

☐ Médio técnico integrado

☐ EJA

6. Qual meio de transporte utilizado para se chegar ao Colégio

☐ transporte público

☐ carro ☒ moto

☐ caminhando

☐ bicicleta

7. Você trabalha ☐ Sim ☒ Não

8. Com relação a evasão escolar, conhece alguém que não concluiu o Ensino Médio:

☒ sim ☐ não

9. Se você respondeu sim, na sua opinião quais são os principais fatores que o levaram a parar de estudar? Você pode marcar até três respostas

☐ a falta de motivação e interesse;

☐ a dificuldade de conciliar o trabalho e o colégio;

☐ falta de meio de transporte;

☒ fatores sociais como: uso de drogas; trabalho precoce; violência doméstica;

☒ problemas com bullying;

☐ falta de professores;

☒ gravidez na adolescência;

☐ falta de vaga nos colégios próximos as suas residências;

☐ renda insuficiente para manter os estudos (ônibus, materiais escolares, entre outros);

☐ falta de apoio dos pais e familiares;

☐ dificuldade na compreensão dos conteúdos;

☐ desmotivação;

☐ Insatisfação com o curso escolhido;

☐ Problemas familiares;

☐ Paternidade ou maternidade;

☐ Dificuldades financeiras

- () Moro muito longe da escola
 () Doença
 () Outro motivo? Qual _____

10- Onde você iniciou o Ensino Médio?

- () Colégio Estadual São Geraldo
 () Colégio Estadual Maria Lopes
 () Colégio Estadual Santa Teresinha
 () Em outra escola de outra cidade
 Qual? _____

10. Antes de tomar a decisão de abandonar o curso, você conversaria com alguém?

- () Não. Decidia sozinho(a)
 () Sim. Conversaria com amigos e/ou familiares
 () Sim. Conversaria com outros colegas do curso
 () Sim. Conversaria com o coordenador e/ou professores do curso

11. No momento da escolha, entre parar ou continuar estudando você teria dúvidas?

- () Sim () Não () Um pouco de dúvidas

Comente:

12. Seus familiares e/ou amigos aprovariam a sua decisão?

- () Não, e isso influenciaria na minha decisão de abandonar o curso
 () Não, mas isso não influenciaria na minha decisão de abandonar o curso
 () Sim

13. Você exerce alguma atividade remunerada que poderia te atrapalhar durante o curso?

- () Sim, e isso influenciaria na minha decisão de abandonar o curso
 () Sim, mas isso não influenciaria na minha decisão de abandonar o curso
 () Não

Prezado(a),

Você está sendo convidado(a) para participar, como voluntário(a), do Projeto de Pesquisa sob o título: **EVASÃO ESCOLAR NO ENSINO MÉDIO: Uma análise nas escolas de ensino médio de Santa Terezinha de Goiás**, do Programa de pós-graduação *strictu sensu* do Programa de Mestrado em Desenvolvimento Regional.

1. Você concorda em Participar dessa pesquisa
☒ Sim ☐ Não
2. - Sexo ☒ feminino Masculino ☐ Prefiro não sinalizar ☐
3. Qual a sua faixa etária:
☐ entre 12 a 15 anos ☒ entre 16 a 18 anos ☐ maior de 18 anos
4. Está cursando o Ensino Médio:
☒ Sim ☐ Não
5. Qual modalidade de ensino:
☒ Médio normal
☐ Médio técnico integrado
☐ EJA
6. Qual meio de transporte utilizado para se chegar ao Colégio:
☐ transporte público ☐ carro ☐ moto
☒ caminhando ☐ bicicleta
7. Você trabalha : ☐ Sim ☒ Não
8. Com relação a evasão escolar, conhece alguém que não concluiu o Ensino Médio,
☒ sim ☐ não
9. Se você respondeu sim, na sua opinião quais são os principais fatores que o levaram a parar de estudar? Você pode marcar até três respostas
☒ a falta de motivação e interesse;
☐ a dificuldade de conciliar o trabalho e o colégio;
☐ falta de meio de transporte;
☐ fatores sociais como: uso de drogas, trabalho precoce, violência doméstica;
☐ problemas com bullying;
☐ falta de professores;
☐ gravidez na adolescência;
☐ falta de vaga nos colégios próximos as suas residências;
☐ renda insuficiente para manter os estudos (ônibus, materiais escolares, entre outros);
☒ falta de apoio dos pais e familiares;
☐ dificuldade na compreensão dos conteúdos;
☐ desmotivação;
☐ insatisfação com o curso escolhido;
☐ Problemas familiares;
☐ Paternidade ou maternidade;
☒ Dificuldades financeiras

- ☐ Moro muito longe da escola
☐ Doença
☐ Outro motivo? Qual _____

10- Onde você iniciou o Ensino Médio?

- ☐ Colégio Estadual São Geraldo
☒ Colégio Estadual Maria Lopes
☐ Colégio Estadual Santa Teresinha
☐ Em outra escola de outra cidade
 Qual? _____

10. Antes de tomar a decisão de abandonar o curso, você conversaria com alguém?

- ☐ Não. Decidia sozinho(a)
☒ Sim. Conversaria com amigos e/ ou familiares
☐ Sim. Conversaria com outros colegas do curso
☐ Sim. Conversaria com o coordenador e/ ou professores do curso

11. No momento da escolha, entre parar ou continuar estudando você teria dúvidas?

- ☐ Sim ☒ Não ☐ Um pouco de dúvidas

Comente:

Sim, em uma pequena decisão.

12. Seus familiares e/ou amigos aprovariam a sua decisão?

- ☒ Não, e isso influenciaria na minha decisão de abandonar o curso
☐ Não, mas isso não influenciaria na minha decisão de abandonar o curso
☐ Sim

13. Você exerce alguma atividade remunerada que poderia te atrapalhar durante o curso?

- ☐ Sim, e isso influenciaria na minha decisão de abandonar o curso
☐ Sim, mas isso não influenciaria na minha decisão de abandonar o curso
☒ Não